

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS**

THIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA

**OS DOCUMENTOS ESPECIAIS À LUZ DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro
2014

THIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA

**OS DOCUMENTOS ESPECIAIS À LUZ DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação Arquivística

Orientador: Prof^a Dr^a Anna Carla Almeida Mariz

Rio de Janeiro
2014

Vieira, Thiago de Oliveira.

V 658 Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro / Thiago de Oliveira Vieira. - 2014.
137f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Carla Almeida Mariz

1. Arquivologia. 2. Arquivologia contemporânea. 3. Arquivos especiais. 4. Documentos especiais. I. Mariz, Anna Carla Almeida. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025.17

THIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA

OS DOCUMENTOS ESPECIAIS À LUZ DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Orientador:

Prof^a. Dr^a. Anna Carla Almeida Mariz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Interno:

Prof^a. Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Externo:

Prof^a. Dr^a. Rosa Inês de Novais Cordeiro
Universidade Federal Fluminense

Suplente

Interno:

Prof^o. Dr^o. Luiz Cleber Gak
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Suplente

Externo:

Prof^o. Dr^o. Joaquim Marçal Ferreira de Andrade
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2014

Para Pedro, Bento e Paola, meu alicerce familiar. Pai e mãe, sem eles não seria possível.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo amor e apoio dado em todas as minhas escolhas acadêmicas e profissionais. À minha mãe, pai e avó, responsáveis por toda a minha formação e educação, sem isso não estaria escrevendo esta dissertação.

À minha esposa, companheira de vida, trabalho e estudo. No desenrolar de muitas discussões arquivísticas, enfim mestres. Ainda é pouco, queremos mais...

À minha maior surpresa durante o desenvolvimento do mestrado, Pedro, meu filho amado. Estou no seu aguardo, ansioso para lhe ver.

Ao Bento, filho canino responsável por muitos ensinamentos.

À minha orientadora, professora e amiga Anna Carla Almeida Mariz. Muito mais que orientadora, esta dissertação é fruto de um trabalho em equipe. Esta dissertação é nossa!

Aos meus amigos e compadres Marcelo, Suzana, Cláudio e Carmen pela presença e amizade.

A todos os meus amigos e colegas que de alguma forma contribuíram no desenrolar desta pesquisa.

Ao PPGARQ, professores e coordenador, realizado por fazer parte da primeira turma. Este mestrado foi conquistado com muito estudo!

Ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Ricardo Silva Cardoso, por todo apoio dado.

Aos professores Maria Celina, Rosa Inês, Aline Lacerda, Luis Gak e Joaquim Marçal, que gentilmente aceitaram nosso convite para compor as bancas de qualificação e defesa de dissertação.

Aos professores Luis Gak e Julia Belesse por todo incentivo dado no decorrer da graduação em Arquivologia.

Ao Arquivo Nacional, instituição que muito me ensina.

RESUMO

Busca compreender o surgimento da noção de documentos especiais na arquivologia e sua utilização na perspectiva de uma arquivologia contemporânea. Analisa a influência da noção de documentos especiais nas práticas arquivísticas e na estruturação interna das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro - Arquivo Nacional (AN), Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) – e o risco da perda do vínculo orgânico entre os diversos documentos que compõem um fundo de arquivo (consequência da estruturação interna). Como marcos teóricos desta pesquisa, discutem-se os conceitos de arquivo e documento de arquivo e as noções de informação arquivística, documentos especiais e instituições arquivísticas. Para estudo do campo empírico, as instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, será feita uma análise qualitativa dos dados levantados a partir dos regimentos internos, atos legais e organogramas destas instituições, além de uma entrevista com os responsáveis pelo processamento técnico destes documentos. A pesquisa aponta, a partir dos dados analisados, que as instituições arquivísticas ainda se estruturam com uma separação entre os setores de processamento técnico de documentos especiais e documentos textuais e que esta separação já acarretou a perda do vínculo orgânico de documentos que compõem um mesmo fundo de arquivo, fruto da ausência de um controle intelectual no momento da separação física dos documentos.

Palavra-chave: Arquivologia. Arquivologia contemporânea. Arquivos especiais. Documentos especiais.

ABSTRACT

In order to search the arise's view of special documents and its uses in archival science. It examines critically this view of special documents in archival practice and internal structure in public archives in Rio de Janeiro city, as : Arquivo Nacional (AN) and Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). It also examines the organic chain lose risk between the several documents that constitutes a archive's fond in consequence of institution internnal structure. This research's theoretical limits are the discussion of archives , record's documents , archival's information ideas, special documents and archival institutions. For the empirical field study , the public archives of Rio de Janeiro city, a qualitative analysis of the institutions's internal law researched data, legal acts and organization parts, besides interviews with the people who is responsible for record's technical processing. The research shows, from analyzed data, that archival institutions have a structure which separates special documents's from textual documents tecnicl processing areas and this separation caused the documents's organic chain lost between the documents fond, consequence of control's lack in documents split moment.

Key words: Archival science. Contemporary archival science. Special archives. Special documets.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Novas formulações da Arquivologia pós-moderna	30
Quadro 2 - Diferentes ênfases para o conceito de arquivo	41
Quadro 3 - Relação de termos x autores para os documentos especiais	69
Quadro 4 - Diferentes ênfases para diferentes termos, uma relação ênfase x autor	71
Quadro 5 - Formação acadêmica dos entrevistados	109
Quadro 6 - Formação acadêmica dos entrevistados	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo do nível representacional	56
Figura 2 - Exemplo do nível simbólico	56
Figura 3 - Exemplo do nível abstrato	57
Figura 4 - Organograma do National Archives of Australia	86
Figura 5 - Organograma do National Archives and Records Administration	87
Figura 6 - Organograma do Archives Nationales, da França	89
Figura 7 - Estrutura do Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, do Arquivo Nacional, em 1958	91
Figura 8 - Estrutura da Divisão de Documentação Audiovisual, do Arquivo Nacional, em 1975	93
Figura 9 - Proposta de Estrutura da Divisão de Documentação Audiovisual, do Arquivo Nacional, na primeira metade da década de 1980	94
Figura 10 - Proposta de Estrutura da Divisão de Documentação Audiovisual, do Arquivo Nacional, na segunda metade da década de 1980	95

Figura 11 - Estrutura da Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, do Arquivo Nacional, em 1991 96

Figura 12 - Estrutura da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, do Arquivo Nacional, em 2001 98

Figura 13 - Estrutura da Coordenadoria de Documentação Permanente do APERJ, em 1994. 101

Figura 14 - Estrutura do Serviço de Documentação Permanente e Intermediária do AGCRJ, em 1979. 103

Figura 15 - Estrutura do Serviço de Arquivo Permanente e do Serviço de Apoio Técnico do AGCRJ, em 1986. 104

Figura 16 - Estrutura da Divisão de Documentação Escrita e Especial do AGCRJ, em 1991. 106

Figura 17 - Estrutura da Gerência de Documentação Escrita e Especial do AGCRJ, em 2006. 107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CGI	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
COMARQ	Conselho Municipal de Arquivos
CONEARQ	Conselho Estadual de Arquivos
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
NATIS	Sistema Nacional de Informação Científico Tecnológico
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISIST	Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 UM BREVE OLHAR SOBRE A EPISTEMOLOGIA ARQUIVÍSTICA: DE UMA ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA À UMA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA	22
2.1 DA ORIGEM DOS ARQUIVOS AO SURGIMENTO DA ARQUIVOLOGIA.....	22
2.2 ALGUNS APORTES PARA OS LIMITES DE UMA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA	27
2.3 A NOÇÃO DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS: DE UM MODELO HISTÓRICO A UM MODELO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	33
2.4 O ARQUIVO	36
2.5 O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A SUA CARACTERÍSTICA ORGÂNICA	42
2.6 A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	47
2.7 A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	50
3 OS DOCUMENTOS ESPECIAIS A PARTIR DO REGISTRO DE NOVAS LINGUAGENS DE COMUNICAÇÃO: UMA RELAÇÃO LINGUAGEM X SUPORTE	54
3.1 A LINGUAGEM VISUAL, AUDIOVISUAL E SONORA.....	54
3.2 A NOÇÃO DE DOCUMENTOS ESPECIAIS	61
3.3 O DOCUMENTO AUDIOVISUAL, ICONOGRÁFICO E SONORO.....	72
4 INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: OS DOCUMENTOS ESPECIAIS NA ESTRUTURA INTERNA DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	80
4.1 ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL	80
4.2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	82
4.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	83
4.4 A ESTRUTURA INTERNA DO ARQUIVO NACIONAL, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM QUADRO EM CONSTANTE ALTERAÇÃO.....	85
4.4.1 Arquivo Nacional.....	90
4.4.2 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.....	100
4.4.3 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.....	102
4.5 AS ENTREVISTAS.....	108
4.5.1 O que dizem os atores responsáveis pelo setor de processamento técnico	

dos documentos especiais?	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	135

1 INTRODUÇÃO

Por meio da necessidade do homem em registrar e comunicar as informações resultantes de seus atos, com o surgimento da escrita que se originam os arquivos e a Arquivologia. Para Silva et al. (2009, p. 45) “a origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana. Poder-se-á definir como um fenómeno espontâneo”.

Durante muito tempo os arquivos restringiram-se ao armazenamento e tratamento apenas dos documentos em linguagem textual e em suportes como pergaminho, papiro e papel.

É a partir da prática empírica nos arquivos, sobretudo públicos, que a Arquivologia se desenvolve.

Os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não deve surpreender que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos estatais. (COOK, 2012, p. 140)

Considerada por diversos autores¹ como um marco para a disciplina arquivística, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, publicado pela Associação de Arquivistas Holandeses, em 1898 e traduzido e publicado no Brasil, pelo Arquivo Nacional, em 1973, define arquivo como:

Conjunto de **documentos escritos, desenhos e material impresso**, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13, grifo nosso)

Conforme a definição acima, apenas os documentos escritos, desenhos e materiais impressos podem ser considerados documentos que constituem arquivos. O Manual ainda ressalta que “[...] outros objetos não podem formar parte de arquivos. Isso se aplica não apenas às antiguidades e objetos similares, que

¹ Fonseca (2005, p. 32) destaca os diversos autores que consideram o Manual dos Arquivistas Holandeses um “marco inaugural” da disciplina arquivística.

pertencem, pela natureza das coisas, aos museus e coleções de antiguidades [...]” (1973, p. 14-15).

Há que ressaltar que na edição traduzida e publicada no Brasil, pelo Arquivo Nacional, consta uma nota quanto à definição de arquivo, publicada na edição original, datada de 1898: “A definição foi redigida há muitos anos, antes de generalizadas as reproduções fotográficas, ou outras. Se escrita hoje, nela seriam, sem dúvida, incluídas” (1973, p. 14).

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 227), os arquivos não textuais eram reunidos em coleções ou confiados a profissionais de outras áreas. Destacam ainda que “foi apenas durante os anos de 1960 e 1970 que os arquivistas se interessaram verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo²”. Fica evidente a afirmação de Rousseau e Couture se analisada à luz da definição de arquivo do Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado pelo Arquivo Nacional em 1973.

O surgimento e a utilização em larga escala de novas linguagens de comunicação fizeram os arquivistas se interessarem por esses novos tipos de documentos, registrados em diferentes suportes: documento audiovisual (fitas videomagnéticas, filmes, etc.), documento iconográfico (filmes fotográficos, papel emulsionado, etc.) e documento sonoro (fitas audiomagnéticas, discos etc.). Paes (1986, p. 102), ressalta que “subsiste ainda a ideia, embora errônea, de que os arquivistas manipulam apenas documentos convencionais e meramente administrativos [...]”.

Os materiais audiovisuais e cartográficos apresentam quase o mesmo interesse tanto para os bibliotecários quanto para os arquivistas. As películas cinematográficas, por exemplo, quando produzidas ou recebidas por uma administração no cumprimento de funções específicas, podem ser consideradas arquivos. (SCHELLENBERG, 1974, p. 22)

Para Bellotto, “a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem [...], e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo [...]” (1991, p. 14).

² Fundo de Arquivo: “O conjunto de peças de qualquer natureza que todo o corpo administrativo, pessoa física ou moral, reuniu orgânica e automaticamente em virtude das suas funções ou da sua actividade” (FRANÇA, DIRECTION DES ARCHIVES, 1970 apud ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 227)

As informações registradas nesses diferentes suportes foram denominadas pela Arquivologia de documentos especiais, documentos não textuais e documentos audiovisuais. Essas denominações se devem ao fato desses suportes necessitarem de tratamentos específicos para armazenamento, acondicionamento, organização, conservação e acesso. De acordo com Paes (1986, p. 6), durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia³, no âmbito das discussões da proposta de um currículo mínimo para o Curso Superior de Arquivo, a questão dos documentos especiais foi amplamente debatida e incluída no programa do curso.

Na presente pesquisa é utilizado o termo documento especial. Esta escolha deve-se ao termo documento especial ser mais utilizado na realidade brasileira. Além disso, trabalha-se a categoria documentos especiais como uma noção⁴, pois percebe-se que não há na Arquivologia consistência teórica que permita defini-lo como um conceito⁵.

Sendo os documentos especiais, admitidos pela área como documentos de arquivo, a partir da prática empírica, novos métodos para o tratamento técnico dos documentos especiais foram criados pelos arquivistas e profissionais de arquivos ao longo do tempo.

Apesar da definição de documento especial⁶ ser contemplada nos dicionários de terminologia arquivística existentes, percebe-se uma variedade de termos e conceitos no âmbito dos documentos especiais, o que reflete uma possível falta de padronização da terminologia arquivística para esses documentos.

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documento especial é o:

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75).

³ O I Congresso Brasileiro de Arquivologia foi realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1972, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros.

⁴ “Noções dizem respeito aos elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o status de conceito e são usados como 'imagens' para explicações aproximadas do real.” (MINAYO, 2010, p. 176)

⁵ “Conceitos são unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria.” (MINAYO, 2010, p. 176)

⁶ Em alguns dicionários encontramos o termo documentação especial.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, documentação especial é a “documentação composta por gêneros documentais não textuais. Ver também: documentação audiovisual, documentação fonográfica e documentação iconográfica”. (CAMARGO E BELLOTTO, 1996).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia utiliza o termo documento especial com a mesma definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 134).

Sobre a confusão terminológica e conceitual da Arquivologia, Duchein (2007) destaca que “é exatamente por esta razão que o estudo dos problemas terminológicos é uma das chaves da Arquivologia. Ela ajuda a precisar noções, a dissipar o vapor do empirismo [...]”.

A noção de documentos especiais é construída a partir do surgimento de novas linguagens de comunicação e de novos suportes onde as informações passaram a ser registradas, diferentes do suporte tradicional papel. Tais registros, produzidos em razão das funções e atividades de uma instituição, pública ou privada, ou pessoa, passam a serem considerados documentos de arquivo somente a partir das décadas de 1960 e 1970.

Uma hipótese que possa justificar o tardio reconhecimento por parte dos arquivistas por estes novos suportes é o fato destes trabalharem em arquivos “históricos” do Estado, composto em sua grande maioria de documentos oficiais, registros das ações governamentais.

Na perspectiva de uma Arquivologia contemporânea, fruto do desenvolvimento e disseminação das tecnologias de informação e comunicação, há uma enorme variedade de suportes onde as informações são registradas.

O documento digital, codificado em dígitos binários e acessível via sistema computacional, também utiliza suportes não convencionais para o registro das informações. Isto não significa que o documento digital é um documento especial. Um documento digital pode comunicar-se por meio das linguagens textual, iconográfica, audiovisual, sonora e etc.

Para esta pesquisa, o documento especial tem como principal atributo a linguagem utilizada na comunicação da informação arquivística - audiovisual, iconográfica e sonora.

Passados cerca de 50 anos da construção da noção de documentos especiais na Arquivologia, como esta noção se configura na perspectiva de uma

Arquivologia contemporânea? Como esta noção aparece nas práticas das instituições arquivísticas públicas? Esta noção ainda influencia as metodologias de processamento técnico dos documentos e a estruturação interna destas instituições?

O pressuposto desta pesquisa é que as instituições arquivísticas públicas ainda utilizam esta noção - documentos especiais - e como resultado, pode-se observar a divisão de sua estrutura interna de tratamento técnico e preservação. A partir desta divisão da estrutura interna das instituições arquivísticas públicas, percebe-se, como consequência, um risco de perda da relação orgânica entre os diversos documentos, em diferentes suportes, formatos e linguagens, que compõem os fundos de arquivos custodiados nestas instituições.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar a construção da noção de documentos especiais na Arquivologia. Esse objetivo desdobrou-se em três específicos:

1. Identificar e compreender como os documentos especiais, a partir do momento em que foram reconhecidos como documentos de arquivo, influenciaram, e ainda influenciam, as práticas arquivísticas das instituições arquivísticas públicas;
2. Analisar a estruturação interna das instituições arquivísticas públicas, na cidade do Rio de Janeiro, buscando identificar uma divisão entre setores de processamento técnico de documentos "tradicionais" e documentos "especiais".
3. Verificar se uma possível divisão entre setores de processamento técnico, na estrutura das instituições arquivísticas públicas, podem acarretar a perda da relação orgânica entre os documentos de diferentes suportes e linguagens que compõem um fundo de arquivo.

A opção pelo tema justifica-se na atuação profissional, desde a formação em Arquivologia, em arquivos audiovisuais e sonoros. A prática arquivística nestes acervos propiciou um amadurecimento de diversas questões presentes e "ausentes" na teoria arquivística. É nesse intenso diálogo, entre a teoria e a prática, que se

constitui um privilegiado espaço de problematizações, possibilitando um aumento da produção de conhecimento arquivístico.

Claro está que o trabalho arquivístico, em si mesmo, já implica pesquisa. [...] O conhecimento arquivístico disponível tem resultado da nossa capacidade em relacionar dialeticamente estas práticas com suas consequências e pressupostos teóricos. Esta é a diferença entre um arquivista e um “guardador de documentos”, entre gerenciar a informação e ordenar os documentos, entre uma prática teórica e cientificamente construída e um fazer calcado em um bem intencionado senso-comum. [...] Gerenciar arquivos com “qualidade total” pressupõe cientificidade. (JARDIM, 1999c)

A escassa produção bibliográfica sobre o tema proposto sustenta a relevância desta pesquisa.

No desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se uma revisão de literatura com o objetivo de fundamentar as categorias de análise a serem desenvolvidas a partir do estudo do campo empírico. A revisão de literatura foi realizada predominantemente no âmbito da Arquivologia, traçando um diálogo entre autores nacionais e internacionais, desde o marco fundador da área (1898, Manual dos Holandeses) até os dias atuais. Recorreu-se a outras áreas do conhecimento - Ciência da Informação, Comunicação, História e Linguística - para auxiliar na definição de algumas categorias.

Trabalhou-se com as seguintes categorias: arquivo, documento de arquivo, informação arquivística, organicidade, arquivologia contemporânea e instituição arquivística. Estas categorias sustentaram a análise e estudo do campo empírico desta dissertação.

Para estudo do campo empírico, as instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, foi feita uma análise qualitativa dos dados levantados a partir dos regimentos internos, atos legais e organogramas destas instituições.

Por meio dos regimentos internos e organogramas por qual passaram as instituições arquivísticas públicas, analisadas nesta pesquisa, buscou-se observar os impactos nas estruturas destas instituições após o surgimento da noção de documentos especiais, nas décadas de 1960 e 1970.

Também foi alvo desta pesquisa, observar como os documentos especiais foram inseridos no programa de modernização do Arquivo Nacional, na década de 1980, por meio dos relatórios de atividades deste período. A escolha deste período

deve-se à importância que o programa de modernização teve para o Arquivo Nacional.

Outro método de investigação empírica realizado nesta pesquisa, foi uma entrevista semi-estruturada com os dirigentes dos setores responsáveis pelo processamento técnico dos documentos especiais destas instituições, visando o levantamento de informações complementares à análise qualitativa dos regimentos internos, atos legais e organogramas.

Por meio de um questionário de entrevista semi-estruturada foi averiguado, a partir da fala dos entrevistados, o risco da perda da relação orgânica dos documentos especiais com os demais documentos de um fundo de arquivo, parte do pressuposto desta pesquisa.

Pode-se observar na cidade do Rio de Janeiro, a concentração de três instituições arquivísticas ligadas às três diferentes esferas de poder: Municipal, Estadual e Federal. São elas: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Essa concentração de instituições arquivísticas na cidade do Rio de Janeiro confere a cidade um papel de destaque no cenário arquivístico nacional.

A escolha dessas três instituições arquivísticas públicas, como campo empírico de pesquisa, deve-se ao fato delas estarem localizadas na cidade do Rio de Janeiro, possuírem um relevante acervo de documentos especiais e serem instituições arquivísticas responsáveis pela gestão dos documentos, bem como o recolhimento, preservação, custódia, processamento técnico e acesso, dos documentos públicos produzidos e recebidos em suas específicas esferas de competência.

Esta dissertação é composta de cinco seções. A seção um apresenta a introdução da pesquisa; as seções dois e três correspondem aos marcos teórico-conceituais da pesquisa; a seção quatro corresponde à investigação empírica da pesquisa e a cinco traz as considerações finais de toda a pesquisa.

A seção dois intitulada "Um breve olhar sobre a epistemologia arquivística: de uma Arquivologia clássica à uma Arquivologia contemporânea" apresenta uma discussão teórica com início na origem dos arquivos ao surgimento da disciplina Arquivística; delimita o que a pesquisa entende por arquivologia contemporânea, termo que vem sendo frequentemente utilizado na área; apresenta a noção de instituições arquivísticas e seus modelos, além de discorrer acerca dos conceitos de

arquivo e documento de arquivo, na perspectiva de uma arquivologia clássica, à uma abordagem informacional da área - a informação arquivística - resultado de uma mudança paradigmática na arquivologia. Ao verticalizar a noção de informação arquivística, discuti-se a transferência da informação arquivística. Aborda-se a organicidade dos documentos de arquivo, característica fundamental que diferencia a Arquivologia de outras áreas do conhecimento (Biblioteconomia, Museologia e etc.)

A seção três intitulada "A noção de documentos especiais a partir do registro de novas linguagens de comunicação: uma relação linguagem x suporte" apresenta um debate teórico acerca da noção de documentos especiais, objeto central desta pesquisa. Para fundamentar a ênfase do documento especial na sua linguagem, apresentam-se as seguintes categorias: linguagem, linguagem audiovisual, linguagem iconográfica e linguagem sonora.

A seção quatro intitulada "Investigação empírica: os documentos especiais na estrutura interna das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro" expõe a problematização proposta nesta pesquisa. Recorre-se, para isso, a análise de dados e entrevistas nas instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro.

A última seção, cinco, traz as considerações finais desta dissertação.

2 UM BREVE OLHAR SOBRE A EPISTEMOLOGIA ARQUIVÍSTICA: DE UMA ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA À UMA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Nesta seção percorre-se a trajetória da Arquivologia, da origem dos arquivos à construção de uma disciplina Arquivística, delimitando alguns marcos que evidenciam uma Arquivologia contemporânea. Além disso, verticalizam-se os conceitos de arquivo e documento de arquivo e as noções de instituição arquivística e informação arquivística, que segundo alguns autores, a partir de uma mudança paradigmática da Arquivologia, constitui o novo objeto da área.

2.1 DA ORIGEM DOS ARQUIVOS AO SURGIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

Como compreender o corpo teórico da disciplina arquivística sem entender as circunstâncias do nascimento da Arquivologia?

Para Rousseau e Couture (1998, p. 29), "conhecer as origens de uma profissão e da sua missão não revela da simples curiosidade. Antes de mais, demonstra uma preocupação em querer situar a sua actividade no tempo".

Investigar a origem do surgimento da Arquivologia permite aos arquivistas apreender as conjunturas técnicas e políticas que propiciaram a criação das teorias e dos conceitos que balizam a disciplina arquivística.

Arquivistas devem sentir a necessidade de explorar as origens de sua profissão, para entender as circunstâncias e as forças que determinaram a sua evolução e, com tal entendimento, antecipar e preparar para o futuro. (ERNEST POSNER, 1972, p. 1 apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 29)

Apesar disso, Fonseca (2005, p. 29) destaca não ser prioritário entre os arquivistas uma reflexão sobre o surgimento da Arquivologia como área do conhecimento com limites e fronteiras próprios.

Portanto, pretende-se lançar um breve olhar sobre a epistemologia arquivística, buscando situar no tempo e espaço as teorias e os conceitos objetos desta dissertação.

A origem dos arquivos se dá a partir da necessidade do homem de registrar e comunicar suas ações. Para Leopoldo Sandri (1968 apud CRUZ MUNDET, 2012, p. 21, tradução nossa) "a história dos arquivos está estreitamente ligada a história da escrita e, mais precisamente, a história da difusão e do uso da mesma, portanto, do material escrito."

Rousseau e Couture destacam que a história dos arquivos começa no Oriente, porém é no Ocidente que se observa a "evolução dos usos administrativos que estão na origem dos nossos comportamentos contemporâneos." (1998, p. 30)

Silva et al. (2009, p. 47-50) aponta que já nas civilizações pré-clássicas, em Ebla (Síria), era possível identificar uma rede de depósitos de arquivos dotada do que se conhece hoje por organicidade.

Na Grécia, o surgimento do conceito de publicidade como característica dos arquivos públicos, unindo a noção de democracia, será a base, séculos mais tarde, do direito de acesso aos arquivos públicos por todo cidadão. (CRUZ MUNDET, 2012, p. 25)

O Império Romano contava com um sistema público de arquivos que espelhava a complexidade da administração descentralizada do Império. Já era possível identificar problemas que atingem as administrações modernas: roubo e falsificação de documentos, para isso, verifica-se a implementação de maior segurança nos arquivos e algumas formalidades para validação dos documentos, e dificuldades para a conservação dos documentos, já existindo eliminações formais de documentos em desuso e que ocupavam espaço (SILVA et al., 2009, p. 68). No Império Romano, ao contrário dos gregos, o acesso aos documentos era reservado a determinados funcionários. Isso demonstra a importância dos documentos como instrumentos para o exercício do poder. (CRUZ MUNDET, 2012, p. 25)

Para Silva et al., "é apenas na transição do Mundo Antigo para a Idade Média que se dá a cristalização do conceito e se assiste à vulgarização do termo arquivo. O seu significado abrangente, torná-lo-á mais consensual, explicando o seu posterior sucesso." (2009, p. 70)

O século XVI é marcado pelas grandes concentrações de arquivos nos depósitos, observa-se a fusão de diferentes acervos em um mesmo local de guarda. Segundo Silva et al.:

Os depósitos de documentos aumentaram consideravelmente a partir do século XVI (em número, em extensão e em diversidades de acervos), mas o caráter prático da profissão manteve-se inalterável e o conceito de serviço foi sempre relativamente fechado. Só mais tarde com a ruptura do sistema político e burocrático e com o advento de novas preocupações sociais é que, efectivamente, surgirá a teorização arquivística. A partir de então estarão criadas as condições para que surja uma disciplina autónoma e para que os arquivos se afirmem como sistemas de informação. (2009, p. 81)

O desenvolvimento da profissão e do "saber" arquivístico começam a se delinear a partir do século XVI, disciplinadas por normas regulamentares, sobretudo de caráter oficial. "[...] verifica-se que elas têm já iminentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina - a Arquivística - [...] prática milenar da gestão dos arquivos" (SILVA et al., 2009, p. 93).

Durante os séculos XVII e XVIII, as pesquisas históricas e acadêmicas intensificam a procura aos arquivos. Este período é marcado pela intensiva produção de instrumentos de pesquisa e pela reclassificação temático-funcionais dos documentos. Neste sentido, Silva et al. apontam:

A aproximação entre a arquivística e a crítica documental vai, no século seguinte, abalar de algum modo a identidade da disciplina. O iluminismo deu veste cultural à Arquivística, mas foi também germe de consideráveis desvios. A fase imediata será caracterizada precisamente por um penoso esforço de reconstrução da teoria e da prática arquivística, no sentido de uma disciplina autónoma com objecto próprio e uma metodologia adequada. (2009, p. 96)

A queda do Antigo Regime e a Revolução Francesa, em 1789, causaram grandes impactos aos arquivos. No seio da Revolução há a criação do Arquivo Nacional da França (decreto de 18 Brumário) e o reconhecimento, pelo Estado, do direito público de acesso aos arquivos aos cidadãos (Lei de 7 Messidor).

O direito de acesso público aos arquivos é marcado por contradições, como pontua Fonseca:

A formulação desse princípio de acesso não significou, no período imediatamente posterior à revolução ou ao longo de todo o século XIX e até meados do século XX, uma mudança substantiva em relação ao acesso extensivo aos documentos recolhidos às instituições arquivísticas, tampouco um maior controle da sociedade civil sobre a administração pública. Consolidava-se uma visão

positivista da história e tornava-se um conceito generalizado a ideia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa histórica, de modo que os Estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis. (2005, p. 40-41)

O poder dos arquivos era compreendido pela Revolução, prova disso era a transferência, para Paris, dos arquivos dos territórios conquistados por Napoleão I. Esta concentração de arquivos e os ideais herdados dos iluministas levaram a classificação temática dos arquivos, em um só conjunto. (SILVA et al., 2009, p. 101 - 105)

Em 1841, assiste-se a criação do princípio do respeito aos fundos, formulado por Natalis de Wailly.

Este princípio foi rapidamente adoptado por vários países da Europa, consagrando o conceito através do termo fundo. A sua aplicação aparece perfeitamente contextualizada numa época em que o historicismo e o romantismo contribuíram para fazer dos arquivos autênticos laboratórios da história. Reconhecido desde então, de forma generalizada, não apenas como uma regra de carácter prático, mas também como um postulado com valor teórico evidente o princípio de respeito pelos fundos tem sido considerado como o fundamento essencial da Arquivística, em contraposição à ordenação por assuntos defendida no tempo dos iluministas. (SILVA et al., 2009, p. 107)

Em 1898, publica-se o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos⁷, por Muller, Freith e Fruin. Para Silva et al., o Manual dos Holandeses "representa a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX. Ainda hoje surpreende pela sua grande actualidade." (2009, p. 116)

De acordo com Fonseca,

A partir do estabelecimento do *Manual dos holandeses* como marco fundador da condição da disciplina arquivística podem ser apontados alguns tópicos importantes na análise das características de configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto de inserção histórica e geográfica. A análise desses pontos remete: a) à inserção da arquivologia na *episteme* da modernidade, especialmente na chamada "esfera política"; b) à consequente importância das instituições arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública que deve ser eficiente;

⁷ O Manual dos Holandeses consiste no estabelecimento de 100 regras para o arranjo e descrição de arquivos.

c) à subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia; e d) à tradição manualística da área, às suas limitações e às tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma. (2005, p. 33, grifo do autor)

Para Cruz Mundet, Arquivística é a "ciência emergente cujo objeto são os documentos e os arquivos, cuja finalidade é armazenar informação e fazê-la recuperável para seu uso, e cujo método se articula em torno das normas arquivísticas". (CRUZ MUNDET, 2011, p. 77 apud CRUZ MUNDET, 2012, p. 83, tradução nossa)

É ciência porque possui um objeto, os arquivos em sua dupla consideração: os fundos documentais e seu entorno [contexto]; possui, também, um método, composto por um conjunto de princípios teóricos e procedimentos práticos, cuja evolução constante a constroem com maior nitidez dia a dia. E tem um fim: fazer recuperável para seu uso a informação contida nos documentos e os documentos mesmos. (CRUZ MUNDET, 2011, p. 77 apud CRUZ MUNDET, 2012, p. 83, tradução nossa)

Parece evidente, a partir de um breve olhar sobre a epistemologia arquivística, que a Arquivologia é fruto da prática empírica nos arquivos, sobretudo públicos. Para Jardim (2012a, p. 137).

Se a publicação do *'Manual de arranjo e descrição de arquivos'* ou *'Manual dos Holandeses'* por Muller, Feith e Fruin, em 1898, é um marco fundador da Arquivologia, a sua configuração como área está fortemente ligada à invenção dos arquivos públicos como instituição, a partir da Revolução Francesa e a um conjunto de práticas na organização dos arquivos do Estado moderno. A Arquivologia, saber de Estado, é filha do Estado moderno europeu. Surge fortemente associada, naquele momento, ao quadro de uma memória que ao constituir-se em lastro ao reconhecimento da nação configura-se numa narrativa autolegitimadora do Estado. (grifo do autor)

Na mesma linha de Jardim, Cook afirma:

Os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não deve surpreender que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos estatais. (2012, p. 140)

Nesse sentido, da origem dos arquivos ao surgimento da Arquivologia podem-se destacar alguns elementos que contribuíram na formação da área: o desenvolvimento de práticas para organização dos arquivos, o papel dos arquivos como fonte de poder, a legitimação do Estado na preservação e acesso aos documentos públicos, a criação dos arquivos nacionais, o surgimento de princípios norteadores para organização dos arquivos e a sistematização das práticas e princípios - o início da manualização da disciplina arquivística.

2.2 ALGUNS APORTES PARA OS LIMITES DE UMA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A expressão Arquivologia contemporânea ou arquivística contemporânea tem sido, nos últimos anos, muito utilizada. Observa-se que inúmeros trabalhos acadêmicos se utilizam deste termo para abordar os mais diversos temas relacionados à área.

A palavra contemporâneo vem do latim "contemporâneus" (CUNHA, 1999), tem como significado: "1 que ou o que viveu ou existiu na mesma época [...], 2 que ou o que é do tempo atual [...]". (HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 534)

A expressão "Arquivologia contemporânea" é formada por um substantivo (Arquivologia) e um adjetivo (contemporâneo). O adjetivo indica um atributo/qualidade ao substantivo. Portanto, conforme a acepção dois de Houaiss e Villar, a Arquivologia contemporânea é a Arquivologia do tempo atual.

O surgimento do termo Arquivologia contemporânea leva-nos a algumas indagações: O que é a Arquivologia contemporânea ou do tempo atual? Quais os seus limites temporais? Há uma nova Arquivologia?

Desde o final do século XIX até a década de 1980, do século XX, a prática empírica foi fundamentalmente a base do conhecimento arquivístico, predominava uma forte tradição manualística da área. Este cenário começa a se alterar a partir do desenvolvimento e difusão das tecnologias de informação e comunicação, durante o final século XX.

A sociedade contemporânea tem, com o passar do tempo, se organizado por meio de complexas redes socialmente estruturadas pela disseminação de

informações e pelo impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais presente na vida dos cidadãos.

Considero que o desenvolvimento das tecnologias da informação revoluciona a ciência arquivística de modo tal que se manifesta uma autêntica mudança paradigmática neste novo milênio.

A aparição de suportes eletrônicos, a utilização de micro-computadores e a criação de redes Intranet e Internet levão o arquivista a rever seus princípios e seus procedimentos até agora utilizados, em função das novas possibilidades e novas obrigações que promovem a incorporação da informação eletrônica. (SZLEJCHER, 2011, p. 21, tradução nossa)

A disseminação das tecnologias de informação e comunicação está promovendo uma alteração nas bases teóricas da Arquivologia, ou seja, a Arquivologia está passando por uma renovação epistemológica. Segundo Thomassen (1999 apud FONSECA, 2005, p. 58), "o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação seria a anomalia que está conduzindo a uma mudança de paradigma na Arquivologia".

As tecnologias de informação e comunicação marcam a migração para uma nova fase da Arquivologia: da Arquivologia clássica para uma Arquivologia contemporânea. Segundo Tognoli e Guimarães (2010, p. 7), "na arquivística contemporânea, os princípios e conceitos são repensados, assim como na sociedade em geral."

Em nosso caso, o assombroso desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas ideias, as quais, num certo ponto, não podem ser integradas às tradições arquivísticas existentes [...]. No início dos anos 1980 ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maioria dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica. (THOMASSEN, 1999 apud FONSECA, 2005, p. 58)

Fonseca (2005, p. 57) identifica atualmente, duas abordagens mutuamente referentes, predominantes no campo de conhecimento arquivístico: a que identifica uma mudança de paradigma na área e a que identifica a sua colocação na pós-modernidade.

Utilizando as teorias de Thomas Khun⁸ em *A estrutura das revoluções científicas*, alguns autores afirmam que o surgimento da Arquivologia pós-moderna significa uma mudança paradigmática na área. Fonseca cita Thomassen para afirmar que "o novo paradigma da arquivologia é mais do que a passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos - é a passagem para uma arquivologia pós-custódia, ou arquivologia pós-moderna". (THOMASSEN, 1999 apud FONSECA, 2005, p. 59)

Os pós-modernos procuram desnaturalizar o que a sociedade encara como natural e inquestionável. "O pós-modernista pega o tal fenômeno "natural" [...] e os declara "construídos" social ou culturalmente e, portanto, precisando de desconstrução e reformulação para refletir melhor a diversidade dos tempos atuais" (COOK, 2013, p. 171)

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; [...]Para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). (COOK, 2012. p. 125)

A Arquivologia pós-moderna tem origem no Canadá, na década de 1990. O canadense Terry Cook é considerado o criador do pensamento pós-moderno na Arquivologia.

[...] o discurso arquivista pós-moderno mudaria de produto a processo, de estrutura a função, de arquivo a arquivamento, de registro a contexto de registro, de resíduos "naturais" ou subprodutos passivos de atividade administrativa a "arquivização", construída conscientemente e mediada ativamente, da memória social. Tais mudanças em si sinalizam uma consistência profunda e real com o pensamento pós-modernistas: os conceitos arquivistas não são eles verdades universais a serem defendidas em todos os lugares e tempos como uma meta-narrativa sagrada mas, antes, conceitos em constante evolução e mutação pois

⁸ Para Khun (2011, p. 116), paradigma é "aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma". "A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma." (KHUN, 2011, p. 221)

refletem mudanças na natureza dos registros, organizações de criação de registros, sistemas de manutenção de registros, usos dos registros, e a sua ampla orientação cultural, legal, tecnológica, social e filosófica na sociedade. As ideias arquivísticas formadas num lugar e tempo refletem muitos desses fatores externos, ideias que são frequentemente reconstruídas, até redescobertas em outro tempo lugar, ou reformuladas através de gerações no mesmo lugar (COOK, 2013, p. 178)

O pensamento pós-moderno repensa a disciplina arquivística, seus conceitos e técnicas, e a própria atuação do arquivista. A partir do pensamento pós-moderno, Cook (2012, p. 144) propõe novas formulações para o que ele chama de “velhos conceitos”:

Quadro 1: Novas formulações da Arquivologia pós-moderna.

Conceitos	Arquivologia clássica DE	Arquivologia pós-moderna PARA
Documento arquivístico	Objeto físico e passivo	Objeto virtual e ativo
Arquivos (instituições)	Lugares físicos	Virtuais; “não-lugares”
Princípio da proveniência	Físico	Virtual
	Estrutura e lugar	Função e atividade
Princípio da ordem original	Respeito ou reconstituição da ordem interna do fundo	Armazenamento virtual aleatório; diferentes ordens para diferentes usuários
Fundo de arquivo	Ordem física estática organicamente acumulada; “de um para um”	Realidade virtual; produtor múltiplo e dinâmico; autoria múltipla focada na função/atividade; “de muitos para muitos”
Arranjo e descrição	Entidades e grupos de documentos físicos	Contexto e inter-relacionamentos
Preservação	Conservação e restauração de objetos físicos	Preservação de objetos virtuais
Avaliação	Físico	Virtual
	Documento; microavaliação	Função e atividade; macroavaliação

Fonte: elaboração própria, baseada em COOK (2012)

Para Cook (2012, p. 32), a Arquivologia pós-moderna é processo ao invés de produto, contexto no lugar do texto e dinâmico em vez de estático. Na Arquivologia pós-moderna não há absolutos universais.

Como dito anteriormente, a Arquivologia nasce por meio da prática empírica nos arquivos públicos e durante muito tempo teve uma forte tradição manualística. Esse quadro altera-se após a década de 1990.

A situação da Arquivologia tem mudado de maneira favorável nas últimas décadas, época em que seu *corpus* científico ganhou um notável impulso. Este crescimento tem vindo em grande medida propiciado por sua incorporação nos Programas de Pós-Graduação ofertados pelas universidades no campo das Ciências da Informação e Documentação e pelo conseqüente abandono do âmbito protetor das Ciências Históricas. (HERNÁNDEZ OLIVEIRA ET AL., 2012, p. 34, tradução nossa)

O deslocamento nas últimas décadas da produção de conhecimento arquivístico, das instituições arquivísticas para as universidades, permitiu o desenvolvimento de mais pesquisas na área, consolidando o papel do ensino e pesquisa nas universidades.

Para Oddo Bucci, há uma distinção entre Arquivologia e conhecimento arquivístico.

Conhecimento arquivístico é a forma articulada da prática diária por vários momentos, lugares, usos, mídias e “valores” de arquivos, enquanto que Arquivologia é “a construção sistemática e conceitual” do conhecimento arquivístico em integridade disciplinar. [...] ao realizar essa tarefa de elaboração teórica, a Arquivologia trabalha para canalizar, estruturar, organizar sistematicamente e estabelecer ordem no conhecimento arquivístico. Este último abre o caminho para a Arquivologia, mas ainda não a tem nele. Os termos não estão, no entanto, destinados a permanecer separados sem nunca se encontrar. Existe entre ambas uma relação dialética. É necessário que o conhecimento arquivístico se transforme por si mesmo em Arquivologia, assim como é necessário que a Arquivologia elabore conhecimento arquivístico dentro de si. (BUCCI, 2000, apud COOK, 2012, p. 132-133)

Uma pesquisa de Hernández de Oliveira et al. (2012) sobre investigação arquivística, por meio das teses produzidas no período de 2000-2010, nos seguintes países: Brasil, Espanha, Canadá e Austrália, apontou: das 94 teses produzidas neste período e que atendiam aos critérios da pesquisa, 35% foram produzidas na Espanha, 34% foram produzidas no Brasil, 17% foram produzidas no Canadá e 14% foram produzidas na Austrália.

Esta pesquisa aponta uma internacionalização na produção de conhecimento arquivístico nos últimos 10 anos. Além disso, percebe-se uma descentralização desta produção de conhecimento arquivístico em países com realidades distintas.

A pesquisa Arquivística tem experimentado uma evolução positiva na última década, tanto no que se refere a quantidade de trabalhos como na qualidade. A análise bibliométrica, cujo uso se apoia no importante papel que desempenham as teses na criação de

conhecimento, tem assinalado um crescimento de produção científica. [...] A evolução tem sido grande e produtiva, contudo há muito para melhorar. A análise dos resultados obtidos serve para contextualizar a situação mundial e a de cada um dos países e para detectar os déficits existentes e, com isso, contribuir para o progresso de novas ações. (HERNÁNDEZ OLIVEIRA ET AL., 2012, p. 62, tradução nossa)

Entende-se que a Arquivologia contemporânea começa a se delinear a partir da década de 1990, do século XX, com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação. A partir disso, observa-se o surgimento da Arquivologia pós-moderna e o aumento na produção de conhecimento arquivístico, fruto do desenvolvimento do ensino e pesquisa na área.

Portanto, para esta pesquisa, a Arquivologia contemporânea se sustenta em três eixos: o avanço das tecnologias de informação e comunicação, as reflexões advindas da Arquivologia pós-moderna e o aumento do ensino e pesquisa na Arquivologia. Cabe destacar que os dois últimos eixos derivam do primeiro.

Embora o pensamento pós-moderno ainda não seja hegemônico na área, suas ideias permitem um processo de mudança ao repensar os "velhos conceitos" da Arquivologia "clássica", produto da prática empírica nos arquivos de Estado.

Além do pós-modernismo, as tecnologias de comunicação e informação também têm desafiado os arquivistas a reformularem os principais preceitos da Arquivologia. As tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para uma mudança paradigmática na área.

O aumento na produção de pesquisas revela a emergência na produção de conhecimento arquivístico. Não faltam temas para pesquisa na área, as tecnologias de informação impõem uma agenda de pesquisa duradoura. Novos espaços de pesquisa em Arquivologia devem emergir, tanto em universidades quanto em instituições arquivísticas.

Há nova Arquivologia? Acredita-se que não. Pelo contrário, ao rever as bases da Arquivologia "clássica" - seus objetos, métodos, teorias e conceitos - se está fortalecendo a Arquivologia enquanto campo de conhecimento científico.

2.3 A NOÇÃO DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS: DE UM MODELO HISTÓRICO A UM MODELO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

A necessidade de preservar os documentos produzidos pelo Estado fez com que se criasse no âmbito da Revolução Francesa, em 1789, o Arquivo Nacional da França, órgão estatal responsável pela guarda dos documentos produzidos pela administração pública francesa, em seus diferentes níveis.

Os Arquivos Nacionais franceses desempenharam um importante papel na reconstrução da memória e na história francesa, na medida em que, durante o período revolucionário, continuaram a recolher os documentos das instituições do Antigo Regime, visando a subsidiar os atos do governo. Dessa forma, mesmo involuntariamente, evitaram a destruição de importantes fontes documentais. (COSTA, 1997, p. 21)

Para Fonseca (2005, p. 40) o modelo de instituição arquivística criado a partir da Revolução Francesa tinha como características: a criação de uma administração orgânica, responsável por uma cadeia de departamentos públicos produtores de documentos, o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade com a preservação dos documentos por ele produzidos e o direito aos cidadãos de acesso aos arquivos.

Esse modelo de instituição arquivística foi reproduzido por diversos países, resguardando suas especificidades.

A história das instituições arquivísticas públicas pressupõe reconhecermos a emergência de um tipo de organização que rompe com os tesouros do príncipe e do papa medievais ou o "gabinete de curiosidades" do homem culto renascentista. Tais instituições nascem associadas à intervenção do Estado nacional e a necessidade de construção de uma memória nacional que desse suporte à nacionalidade como componente ideológico do Estado burguês nascente. (JARDIM, 2012b, p. 398-399)

Jardim define a noção de instituição arquivística:

Consideram-se instituições arquivísticas públicas, aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada

esfera governamental (ex.: o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e os arquivos municipais). (1999b, p. 22)

Apesar dos ideais surgidos a partir da Revolução Francesa, de preservar e reconhecer o direito de acesso aos documentos públicos, isso não significou até meados do século XX, o pleno acesso aos documentos que estavam sob a custódia das instituições arquivísticas.

Em nenhum país – salvo na Suécia, caso único – o direito de acesso aos arquivos estava explicitamente vinculado ao exercício dos direitos democráticos; dito de outra maneira, as leis e os regulamentos foram concebidos para facilitar a investigação de índole histórica e erudita que se baseie nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais. (DUCHEIN, 1983, p. 5 apud FONSECA, 2005, p. 41)

Portanto, do surgimento das instituições arquivísticas até meados do século XX, pode-se perceber as instituições arquivísticas como órgãos voltados exclusivamente para a guarda dos documentos de "valor histórico". Este modelo de instituição arquivística "histórica" altera-se a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento do conceito de gestão de documentos.

Após a Segunda Guerra Mundial, o aumento no volume da produção de documentos e o surgimento de grandes massas documentais acumuladas, levam a necessidade de racionalizar a produção de documentos, com objetivo de controlar o volume das massas documentais acumuladas.

É nesse contexto que ocorre o surgimento do conceito de gestão de documentos, que tem por finalidade promover a eficiência e eficácia na produção, uso e destinação final dos documentos.

Como marcos do processo do surgimento do conceito de gestão de documentos, destaca-se nos Estados Unidos:

- I. A promulgação, em 1950, do *Federal Records Act*, que determina as agências federais americanas a possuírem um programa de gestão de documentos.
- II. Em 1975 é publicado o *Federal Records Management Act*, que exige o estabelecimento de normas e procedimentos para assegurar a eficiência e eficácia da gestão de documentos no Governo Federal dos Estados Unidos.

- III. O *Amendments on Federal Records Management Act*, no ano de 1976, determina as agências federais americanas a prestação de contas de seus programas de gestão de documentos ao Arquivo Nacional americano. (INDOLFO, 2007, p. 33)

A partir do surgimento do conceito de gestão de documentos e da responsabilidade da aplicação de seus preceitos pelas instituições arquivísticas, observa-se uma transformação do modelo "histórico" de instituições arquivísticas para um modelo que contemple todo o ciclo vital dos documentos produzidos pela administração pública. As instituições arquivísticas passam a ter um papel mais ativo nas administrações públicas.

Após a II Guerra Mundial, sob um processo de crescente produção documental, modifica-se a concepção de instituição arquivística, ampliando-se seu espectro e funções, à luz dos preceitos da gestão de documentos. As instituições arquivísticas são obrigadas à reformulação de suas estruturas e redefinição de seu papel. A partir de então, tende-se a considerar instituição arquivística como o órgão responsável pela gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização. (JARDIM, 2012b, p. 399-400)

O Arquivo Nacional do Brasil foi criado no ano de 1838, como Arquivo Público do Império. Seguindo a tradição de outras instituições arquivísticas nacionais, o Arquivo Nacional tinha como modelo o "valor histórico".

A Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo 2º, do Artigo 216, define que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, 1988)

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, chamada Lei de Arquivos, em seu Artigo 18, define que "compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos" (BRASIL, 1991).

Embora a Constituição Federal de 1988 contemple a gestão de documentos como uma atividade da administração pública, somente com a Lei de Arquivos essa atividade passa a ser oficialmente desempenhada pelo Arquivo Nacional.

Percebe-se nesse momento uma transformação no modelo de instituição arquivística do Arquivo Nacional, que passa de um modelo histórico para um modelo que contemple todo o ciclo vital dos documentos, ou seja, o Arquivo Nacional passa a atuar também em todo o ciclo de vida dos documentos da administração pública federal.

Coadjuvante como construtor da memória nacional, o Arquivo Nacional e os demais arquivos públicos brasileiros tampouco encontrarão na sua função instrumental uma atuação protagonista. Isto implicou no desenvolvimento de instituições e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública e incapazes de fornecer informações suficientes, em níveis quantitativo e qualitativo, ao próprio aparelho de Estado, à pesquisa científica e tecnológica e à sociedade civil. (JARDIM, 2008, p. 8)

Apesar de a legislação garantir a gestão de documentos como função do Arquivo Nacional, Jardim destaca:

De maneira geral, as instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam características comuns no que se refere à sua atuação. Tratam-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de “valor histórico” (presumivelmente documentos permanentes), ignorando a gestão dos documentos correntes e intermediários produzidos pela administração pública. (2008, p. 9)

As instituições arquivísticas públicas estão, ou deveriam estar, no epicentro de elaboração e implementação de macro e micro políticas públicas arquivísticas. Seu papel, nos tempos atuais, está muito além da custódia, preservação e acesso aos documentos por ela custodiados.

2.4 O ARQUIVO

Conforme destacado anteriormente, o Manual dos Holandeses define arquivo como:

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse

órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13)

De acordo com o Manual, esta definição foi aprovada unanimemente pela Associação dos Arquivistas Holandeses e pelos Arquivistas de Estado dos Arquivos de Estado do Reino da Holanda. Foi aprovado, com pequenas modificações, pelo Ministério do Interior do Reino da Holanda, ao qual os Arquivos de Estado estavam subordinados na época em que a definição foi construída. (1973, p. 13)

Alguns pontos na definição de arquivos, apresentada pelos Arquivistas Holandeses, merecem destaque:

1. O conjunto, ou seja, o arquivo como um todo - composto pelo conjunto de documentos. Se o arquivo, por alguma razão, contiver apenas uma parte do conjunto, esta parte constitui o arquivo.

Implícito na ideia do conjunto está a relação orgânica entre os documentos de um arquivo. Os Arquivistas Holandeses afirmam que o arquivo é "um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo". (1973, p. 18)

2. Para o Manual, apenas os documentos escritos, desenhos (mapas e cartas) e material impresso fazem parte de arquivos. Segundo o Manual (1973, p. 14), "a definição refere-se, apenas, aos documentos escritos, desenhos e matéria impressa".

Pode-se pressupor que a decisão de outros documentos não fazerem parte de arquivos, deve-se a prática estabelecida nos Arquivos de Estado do Reino da Holanda. Conforme o próprio Manual, os outros objetos fazem parte de museus e coleções de antiguidade. (1973, p. 14-15)

3. Ao destacar "[...] recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários [...]" (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13), apreende-se que a definição proposta pelos Arquivistas Holandeses contempla os documentos recebidos e produzidos por um organismo (pessoa jurídica), público ou privado, e por uma pessoa física.

Contudo, para o Manual, os arquivos privados de uma pessoa ou família, constituídos de documentos diversos, não são arquivos por não possuírem relação

orgânica, não formarem um todo. "As regras para o arquivo em sua acepção própria, não se aplicam, pois, aos arquivos de família". (1973, p. 21)

Hilary Jenkinson, arquivista inglês, em seu Manual de Administração de Arquivos, com 1ª edição publicada em 1922 e 2ª edição publicada em 1937, escreve que o arquivo:

São os documentos produzidos ou utilizados no curso de uma atividade administrativa ou executiva (pública ou privada), ou que faça parte, e, posteriormente, preservados em sua custódia para uso da pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e seus sucessores legítimos. (1937, p. 11, tradução nossa)

Ao afirmar que os documentos se tornam arquivos a partir do momento em que "terminado o seu uso corrente, sejam definitivamente separados para preservação uma vez julgada conveniente a sua guarda" (JENKINSON, 1937, p. 8-9), Schellenberg frisa que Jenkinson "embora essencialmente interessado em arquivos do passado, formula observações posteriormente enunciadas por arquivistas que se ocupam de documentos modernos." (1974, p. 16)

O arquivista italiano Eugenio Casanova, em seu manual Archivistica, publicado em 1928, define que "o arquivo é a acumulação ordenada de documentos produzidos por uma instituição ou indivíduo, produzidos durante o exercício da sua atividade e conservado para a consecução dos objetivos políticos, legais e culturais dessa instituição ou indivíduo." (1928, p. 19, tradução nossa)

Para o autor, o arquivo possui uma dupla função: administrativa e cultural. Além disso, Casanova assinala que um indivíduo pode produzir arquivos, diferentemente do que aponta o Manual dos Holandeses, quando afirma que uma pessoa ou família não produz arquivos.

Schellenberg (1974, p. 18-19) salienta que o arquivista moderno necessita de uma nova definição para o termo arquivo. Uma definição que leve em conta o elemento seleção, implícito na própria definição, que segundo o autor, selecionar da massa de documentos criados por instituições públicas ou privadas os que irão ser preservados permanentemente, constitui o maior problema para os arquivistas.

Nesse sentido, Schellenberg define arquivo como:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados

ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (1974, p. 19)

O autor enfatiza que as características basilares de um arquivo são as razões pela quais os documentos foram criados e as razões pelas quais os documentos foram preservados. (SCHELLENBERG, 1974, p. 19)

Para Elio Lodolini, arquivo é:

O conjunto de documentos acumulados por uma pessoa física ou jurídica (ou um grupo de serviços ou órgãos do último) - ou mesmo, acrescentamos, de uma associação - no curso de sua atividade e, portanto, ligada por um vínculo orgânico, que, uma vez perdido o interesse para a função/atividade ao qual foram criados, foram selecionados para preservação permanente, como patrimônio cultural. (1970, p. 355, apud Lodolini, 2011, p. 185, tradução nossa)

Lodolini afirma que o arquivo é constituído de dois elementos: o conjunto de documentos e as complexas relações entre os documentos. (2011, p. 185) Além disso, Lodolini aborda os documentos selecionados para preservação permanente como patrimônio documental.

Jean Favier considera o arquivo um:

Conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, ou por um órgão público ou privado, resultado de sua atividade, organizado em consequência dela e preservado para uma eventual utilização. (1959, p. 5 apud TANODI, 2009, p. 12, tradução nossa)

Para Vázquez Murillo (2008, p. 67, tradução nossa), o estudo do arquivo como conjunto orgânico de documentos gera uma lacuna se não se tem o conceito de arquivo-instituição, que segundo o autor "é um tópico imprescindível de reflexão e investigação para os administradores de documentos e arquivos."

Vázquez Murillo cita Susana Gordo, que segundo o autor, é uma ferrenha crítica do emprego da palavra arquivo como conjunto de documentos.

Se tratarmos de determinar as funções de um dique, não as identificamos com as da água que contém. [...] são funções da água concentrar-se, nivelar-se, distribuir-se, proporcionar energia, etc... Não é competência dos arquivos (como conjunto de documentos) a coleta, organização, etc. (GORDO, 1992 apud VÁZQUEZ MURILLO, 2008, p. 67-68, tradução nossa)

Para Vázquez Murillo, a palavra arquivo significa:

A instituição ou o órgão de uma instituição que conduz a política de gestão e guarda dos documentos e seus serviços aos usuários como recursos e patrimônio de seus criadores, dos cidadãos e das comunidades municipal, provincial ou nacional, segundo sua jurisdição. (VÁZQUEZ MURILLO, 2008, p. 82, tradução nossa)

O termo que designa, conforme Vázquez Murillo, o conjunto de documentos é *archivalía*: "são os conjuntos de documentos de gestão ou de arquivo que se conservam organicamente desde que se inicia a produção e tramitação, até o fim de sua existência." (VÁZQUEZ MURILLO, 2008, p. 68, tradução nossa)

Embora se reconheça a discussão proposta por Vázquez Murillo, esta pesquisa não adota o termo *archivalía* e o conceito de arquivo colocado pelo autor, pois se considera uma visão redutora do termo arquivo.

Os conceitos aqui apresentados, por alguns autores da área, destacam com maior ou menor ênfase, explícito, implícito ou ausente:

1. a relação orgânica dos documentos;
2. a relação com a entidade produtora dos documentos;
3. tipos de documentos;

Somente o Manual dos Holandeses especifica quais os documentos que podem compor um arquivo (escrito, desenho e impresso). Isto não significa que os outros autores considerem, na época de sua definição, um documento produzido em qualquer suporte ou linguagem como arquivo.

4. os fins aos quais os documentos são produzidos;
5. os fins aos quais os documentos são preservados.

O quadro abaixo sintetiza algumas características abordadas pelos autores.

Quadro 2: Diferentes ênfases para o conceito de arquivo.

Autores	Ênfase na relação orgânica	Ênfase na relação com a entidade produtora dos documentos	Ênfase no tipo de documentos que compõem arquivo	Ênfase nos fins para qual os documentos são produzidos	Ênfase para os fins na qual os documentos são preservados
Arquivistas Holandeses (1898)	"Conjunto de documentos [...]"	"[...] determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários [...]"	"[...] escritos, desenhos e material impresso [...]"		
Jenkinson (1937)		"[...] pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e seus sucessores legítimos [...]"		"[...] atividade administrativa ou executiva [...]"	"[...] preservados em sua custódia para uso da pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e seus sucessores legítimos. [...]"
Casanova (1928)	"[...] Acumulação ordenada [...]"	"[...] instituição ou indivíduo [...]"		"[...] atividade [...]"	"[...] objetivos políticos, legais e culturais [...]"
Schellenberg (1974)		"[...] qualquer instituição pública ou privada [...]"			"[...] fins de referência e de pesquisa [...]"
Lodolini (1970)	"[...] ligada por um vínculo orgânico [...]"	"[...] pessoa física ou jurídica (ou um grupo de serviços ou órgãos do último) - ou mesmo, acrescentamos, de uma associação [...]"		"[...] atividade [...]"	"[...] patrimônio cultural [...]"
Favier (1959)	"Conjunto de documentos [...]"	"[...] pessoa física ou jurídica, ou por um órgão público ou privado [...]"		"[...] atividade [...]"	"[...] eventual utilização [...]"
Vázquez Murillo (2008)	"[...] conservam organicamente [...]"				

Fonte: elaboração própria.

Como os dicionários de terminologia arquivística compreendem o conceito de arquivo? Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística:

- 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
- 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.

- 3 Instalações onde funcionam arquivos.
- 4 Móvel destinado à guarda de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27)

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística:

- 1 Conjunto de documentos que independente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.
- 2 Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição.
- 3 Edifícios em que são guardados os arquivos.
- 4 Móvel destinado à guarda de documentos. (CAMARGO; BELLOTO, 2010, p. 21)

Com definições similares, ambos os dicionários entendem o conceito de arquivo como o conjunto de documentos, instituição, edifício e móvel.

O arquivo composto por um conjunto de documentos organicamente acumulados, produzidos ou recebidos em razão das funções e atividades de uma instituição, pública ou privada, de uma pessoa, física ou jurídica, ou de uma família. Os elementos "organicamente acumulados" e "produzidos ou recebidos em razão das funções e atividades" conferem ao documento o *status* de documento de arquivo.

2.5 O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A SUA CARACTERÍSTICA ORGÂNICA

Segundo Le Goff (2003, p. 526), etimologicamente o termo documento procede do latim *documentum*, derivado de *docere* (ensinar, instruir), evoluindo para o significado de "prova" no vocabulário jurídico.

O documento de arquivo tem a característica de provar a existência de uma transação, pois um documento de arquivo é criado para execução de um ato, em razão das funções e atividades de seu produtor.

Schellenberg define documento, no âmbito arquivístico, como:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em

função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (1974, p. 18)

O autor chama atenção para o uso do termo entidade, que segundo ele, "aplica-se também a organizações como igrejas, firmas comerciais, associações, ligas e até mesmo famílias" (1974, p. 19)

Importante apontar que Schellenberg não restringe no conceito acima, nenhuma característica ou apresentação física de um documento de arquivo. Isto significa que qualquer suporte onde são registradas as informações, qualquer linguagem utilizada na comunicação e qualquer forma utilizada na captação/gravação da informação pode ser considerado documentos de arquivo e conseqüentemente, constituírem arquivos.

Cruz Mundet (1996, p. 99 apud Heredia Herrera, 2007, p. 95, tradução nossa) diz que o documento de arquivo é a "combinação de um suporte e a informação registrada, que pode ser utilizado como prova e como consulta." Heredia Herrera (2007, p. 95) ressalta que o autor imediatamente após, reconhece que sua utilização é insuficiente para o documento de arquivo.

Segundo Martín-Pozuelo:

Considero documento de arquivo o documento que resulta de um processo administrativo ou jurídico, assim como todos aqueles que fazem possível tal processo, armazenados em um arquivo, aonde paulatinamente vão prescrevendo seus valores originais substituindo-se por outros de prova e informação. (1996, p. 98, tradução nossa)

Heredia Herrera discorda de Martín-Pozuelo, pois para Heredia Herrera (2007, p. 95, tradução nossa), "a natureza de um documento de arquivo não determina que este seja ou não um arquivo. Mas que o resultado de um processo administrativo é testemunho deste processo."

Ainda segundo Heredia Herrera (2007, p. 95), os valores de prova e informação são inerentes aos documentos de arquivo desde o momento de sua produção.

Cabe destacar que Martín-Pozuelo, ao afirmar que os documentos de arquivo resultam de um processo administrativo ou jurídico, não considera documentos produzidos por um indivíduo ou família como documentos de arquivo.

Para Tanodi, o documento arquivístico é aquele “produzido por uma pessoa ou instituição no decorrer das transações dessa pessoa ou instituição”. (2009, p. 22, tradução nossa)

Lanza e Golinelli destacam que o documento arquivístico “é uma mensagem produzida ou recebida, por uma pessoa física ou jurídica, como instrumento e resíduo de suas atividades. Um documento é informação fixada em um suporte de forma estável” (2006, p. 25, tradução nossa).

Os documentos, relevantes ou irrelevantes juridicamente, produzidos pelo Estado ou por instituições públicas, por instituições privadas, por famílias ou pessoas, sempre possuem um potencial específico, que pode ser estudado com fins práticos ou como fontes para a história. (LANZA; GOLINELLI, 2006, p. 28, tradução nossa)

Cruz Mundet, considerando a difusão dos documentos eletrônicos e entendendo que algumas definições de documento de arquivo não os consideram, afirma que um conceito de documento mais completo seria:

Entidade de informação de caráter único, produzida ou recebida na iniciação, desenvolvimento ou finalização de uma atividade; cujo conteúdo estruturado e contextualizado se apresenta como evidência e suporte das ações, decisões e funções próprias das organizações e das pessoas físicas e jurídicas. Os componentes de um documento são conteúdo (a mensagem), estrutura (o uso de cabeçalhos e outros dispositivos para identificar e etiquetar partes do documento), contexto (o entorno e a rede de relações nas quais o documento tenha sido criado e utilizado) e apresentação (consiste na combinação do conteúdo, da estrutura e, no caso dos documentos eletrônicos, também do software de apresentação utilizado). (2012, p. 57, tradução nossa)

Fonseca discorre sobre as quatro características do documento e arquivo:

- **Autenticidade:** a autenticidade está ligada ao processo de criação, manutenção e custódia; os documentos são produto de rotinas processuais que visam ao cumprimento de determinada função, ou consecução de alguma atividade, e são autênticos quando criados e conservados de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados, a partir destas rotinas estabelecidas .

- **Naturalidade:** os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados de modo natural nas administrações, em função dos seus objetivos práticos; os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, e isto os dota de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada (organicidade).
- **Inter-relacionamento:** os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações para as quais foram criados; eles estão ligados por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua criação e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado e sua autenticidade; os registros arquivísticos são um conjunto indivisível de relações.
- **Unicidade:** cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence; cópias de um registro podem existir em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo de suas relações com os demais registros do grupo é sempre único. (FONSECA, 1998, p. 35-36)

O documento é a informação registrada num suporte. O documento produzido em razão de uma função/atividade e dotado de organicidade é considerado um documento de arquivo. Conforme Belloto, "o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador". (1991, p. 28)

Belloto deixa claro a relação orgânica existente entre os documentos de arquivo. Os documentos isolados de seu contexto orgânico não possuem sentido no todo ao qual pertencem. É a estruturação orgânica dos documentos, produzidos e recebidos, que vai refletir a estrutura e funções de seu produtor.

[...] organicidade, que está vivamente presente na própria conceituação de fundo, é o fator que melhor esclarece a diferença entre os conjuntos documentais arquivísticos e as coleções características das bibliotecas e centros de documentação [...]. (BELLOTTO, 1991, p. 85).

A organicidade, ou inter-relacionamento, é uma característica singular que difere os documentos de arquivo dos outros conceitos de documento presentes em outras áreas do conhecimento. Esta característica, inerente ao documento de arquivo, trata um conjunto de documentos como um todo orgânico, onde um documento isolado não reflete seu contexto de produção.

A ideia de organicidade já é observada, segundo Silva et al. (2009, p. 49-52), no século XXIV a.C., em Ebla.

Do ponto de vista organizativo, a descoberta mais notável deu-se há cerca de vinte anos, em Ebla, onde foram encontradas várias secções de uma rede de arquivos do palácio real. Trata-se de um dos maiores achados de tabuinhas em escrita cuneiforme e, sem dúvida, aquele que melhor **evidenciou a existência de uma estrutura orgânica da documentação**. (SILVA et al., 2009, p. 49, grifo nosso)

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística a organicidade é a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127)

Os documentos de arquivo são produzidos para o cumprimento das funções e atividades de uma instituição ou pessoa, nesse sentido diversos tipos documentais são produzidos em razão dessas funções e atividades. Os documentos produzidos em razão de uma determinada atividade possuem um vínculo orgânico que efetivam a ação e são capazes de comprovar esta atividade, considerados, portanto, documentos de arquivo.

A manutenção da organicidade é basilar em um fundo de arquivo, refletem a ordem de acumulação dos documentos e as funções e atividades do organismo produtor.

Segundo Sousa (2003, p. 241) a classificação arquivística é a função que preserva a organicidade dos conjuntos documentais.

É a função/intervenção que dá sentido e que **preserva o caráter orgânico do conjunto**, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação. A classificação insere-se em um espaço informacional que de um lado se coloca o estoque informacional (arquivo) e de outro o "necessitador" da informação (o usuário). Ela aparece como uma ponte entre o sujeito (usuário) e o objeto (o arquivo), dando a este

último inteligibilidade não apenas como instrumento organizador, mas, também, como canal de comunicação. (SOUSA, 2003, p. 241, grifo nosso)

Ao ser classificado, os documentos de arquivo são **contextualizados** com outros documentos, independente da linguagem, suporte ou formato, que fazem parte de uma mesma função/atividade (vínculo orgânico).

A classificação refere-se ao estabelecimento de classes nas quais se identificam as funções e as atividades exercidas, e as unidades documentárias a serem classificadas, permitindo a visibilidade de uma relação orgânica entre uma e outra, determinando agrupamentos e a representação, sob a forma de hierarquia, do esquema de classificação proposto. (INDOLFO, 2007, p. 45)

Para Delmas,

Há, portanto, unanimidade a respeito da definição dos arquivos: documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para uso posteriores. Tais utilizações são, [...], numerosas, diversas, mutáveis e imprevisíveis. (2010, p. 56)

A partir das definições apresentadas por diversos autores para documento de arquivo, sintetizam-se os elementos fundamentais que caracterizam o documento de arquivo em forma de uma definição: o documento produzido e/ou recebido por uma instituição, pública ou privada, por uma pessoa ou família, dotado de organicidade, produzido em razão das funções e atividades desta instituição ou pessoa, independente da linguagem (textual, audiovisual, sonoro, iconográfico e etc.), suporte (papel, filme, disco e etc.) e das formas de registro (magnético, ótico e etc.).

2.6 A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A Arquivologia não tem contemplado as relações interdisciplinares com a Ciência da Informação. Nesse sentido, a informação não tem sido considerada como

objeto da Arquivologia e sim como uma consequência do documento de arquivo. (FONSECA, 2005, p. 9-10)

Alguns autores não defendem uma abordagem informacional da área.

Não é a informação contida no documento o que interessa, e a arquivística não é uma “ciência da informação” (como muito frequentemente se diz), ou só uma “ciência da informação”, senão que tem um conteúdo muito mais amplo; o que interessa é o significado pleno de cada documento, que se evidencia somente por meio do vínculo com todos os outros documentos do mesmo arquivo; o que interessa é conhecer como este documento foi produzido, ao longo de que procedimento administrativo e com que validade jurídico-administrativa (LODOLINI, 1988, p. 1 apud SILVA, 2010, p. 12).

Fonseca (2005, p. 57) destaca as reflexões de Theo Thomassen, que identifica uma primeira revolução científica na Arquivologia com a publicação do Manual dos Holandeses, no final do século XIX. Fonseca destaca ainda que, para Thomassen, uma nova mudança de paradigma está em curso na Arquivologia, fruto do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Para Thomassen, "o *objeto* da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do 'arquivo' para a informação arquivística, ou a 'informação registrada orgânica'." (1999 apud FONSECA, 2005, p. 59, grifo do autor)

Como afirmam as definições, os documentos de arquivo, ou melhor, **as informações orgânicas**, têm uma natureza própria que não depende do suporte nem da forma, nem da escrita ou da antiguidade. Tal natureza é substancialmente a essa **informação**, fora de toda contingência, acontecimento ou acidente. No instante em que foi criada ou recebida por um organismo ou por uma pessoa no decorrer de sua atividade, uma **informação**, por isso mesmo, é uma **informação de arquivo** e faz parte do fundo de arquivo do seu autor ou do seu destinatário, tanto quanto os documentos mais antigos. (DELMAS, 2010, p. 132, grifo nosso)

Fonseca identifica dois níveis de informação presentes em um arquivo: a informação registrada no documento de arquivo e a informação contida no arquivo, que revela sobre seu produtor. (2005, p. 59)

Silva et al. destaca "os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso - é a defesa da Arquivística como Ciência da Informação". (2009, p. 156)

A noção de informação arquivística vem sendo construída na Arquivologia desde a década de 1980. Embora a Arquivologia ainda privilegie, hegemonicamente, como seu objeto o documento de arquivo, a informação arquivística vem sendo cada vez mais verticalizada na área. No ano de 1999, Jardim apontava que:

A noção de **informação arquivística** é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivologia tende a reconhecer os **arquivos** como seu objeto e não a **informação arquivística**. Em torno dessas duas perspectivas, situam-se as escolas de pensamento mais conservadoras - e predominantemente na área - e a mais renovadora. De modo geral, a primeira tendência encontra acolhida nos arquivos públicos europeus e, a segunda, nas escolas de Ciência da Informação nos Estados Unidos e Canadá. (1999b, p. 29-30, grifo do autor)

A partir das citações acima, é possível observar que a noção de informação arquivística é fruto de uma aproximação da Arquivologia com a Ciência da Informação, evidenciando uma forte relação interdisciplinar entre estas duas áreas do conhecimento.

Ao que Ampudia Mello (1988) denomina **informação institucional**, Couture, Ducharme e Rousseau (1988, p. 51) intitulam **informação registrada orgânica**. Os **arquivos** expressam, portanto, o conjunto dessas **informações orgânicas**, quaisquer que sejam sua data de produção, seu suporte material, sua natureza, acumuladas por uma organização (ou pessoa física), em decorrência das suas ações. (JARDIM, 1999b, p. 30, grifo do autor)

De acordo com Silva (2008, p. 45), informação arquivística é "aquela produzida, recebida e acumulada por um organismo em razão das competências e atividades necessárias para a realização de seus objetivos".

Entendemos informação dentro de uma perspectiva arquivística como uma representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo de uma entidade coletiva ou de vida de uma pessoa ou família, passível de organização, tratamento, preservação, contextualização e comunicação, e como recurso para geração de conhecimento ou para o processo de tomada de decisões, podendo ser utilizada por multi-usuários e produzir vários sentidos. (OLIVEIRA, 2006, p. 31)

Num contexto de ampla difusão das tecnologias de informação e comunicação percebe-se no uso da noção de informação arquivística uma abordagem informacional dos arquivos.

Com a aproximação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, novas abordagens emergem na Arquivologia. As tecnologias de informação e comunicação e abordagem informacional dos arquivos levam a emergência de novos enfoques no processo de transferência da informação arquivística.

2.7 A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Segundo dados da pesquisa referente ao ano de 2012 sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil, feita pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI: em 2012, 46% dos domicílios brasileiros possuíam computador, 21% a mais do que comparado ao ano de 2008 e 40% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à Internet, 22% maior do que comparado ao ano de 2008, ou seja, no ano de 2012 o número de domicílios com acesso à internet é de 24,3 milhões. (COMITÊ, 2012).

A crescente ampliação das tecnologias de informação tendo como uma de suas expressões mais evidentes a Internet, amplia a discussão em torno do tema, associando-se à novas possibilidades de usos da informação e a emergência de espaços informacionais virtuais. (JARDIM, 1999a, p. 1).

Ainda segundo Jardim (1999a, p. 2), com a crescente ampliação das tecnologias de informação "instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, renovam funções que lhe são históricas e superam outras."

A internet é uma importante rede de comunicação de informações e transferência de dados. Constitui uma das dimensões das tecnologias de informação e comunicação.

Belkin, segundo Gonzalez de Gómez, afirma que a transferência da informação é um "conjunto de práticas e ações de informação, institucionalizadas ou não, que interferem entre a produção de um recurso de conhecimento e sua

transferência em informação, gerando um novo estado de conhecimento no receptor” (BELKIN apud GONZALEZ DE GÓMEZ, 1990, p. 120).

Para Gonzalez de Gomez, transferência da informação é:

[...] um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso. Para isso, os centros sociais de transferência de informação (científica, tecnológica, econômica e política) interferem em um ou mais aspectos: a forma e a potência de sua transmissão, os procedimentos e suportes usados para a sua armazenagem, e a natureza e destinação das operações de transformação tendentes a organizar o acesso de determinados agentes a determinadas informações: tradução, representação, análises e sínteses de informação. (1993, p. 217)

A transferência da informação arquivística em uma instituição arquivística ou serviço arquivístico não está restrita apenas ao acesso aos documentos. O processo de transferência da informação deve ser entendido por meio de todas as atividades técnicas (preservação, classificação, avaliação, seleção, arranjo e descrição) envolvidas num arquivo, desde sua produção até a guarda permanente (dos documentos que foram identificados com valor para tal), visando o acesso às informações arquivísticas contidas no arquivo e que são capazes de gerar um novo estado de conhecimento para quem a informação é transferida.

Vemos a Transferência da Informação em um arquivo, como um processo que se inicia com o recebimento de um documento até a divulgação de seu conteúdo. Mas é através do aspecto contextual da informação, que é posta a questão de sua transmissão e de seu aproveitamento pelo público, mesmo considerando a parcela inerente de incerteza ligada ao uso efetivo e à validade da informação transferida. (GUIMARÃES E SILVA, 1996, p. 67)

Não importa o meio em que se dê a transferência da informação, virtual ou físico. “O fluxo da informação realizado através da comunicação eletrônica, mais especificamente graças às redes, torna-se fator diferencial para o processo de transferência da informação arquivística”. (MARIZ, 2005, p. 24)

O advento e ampliação das tecnologias de informação e comunicação levam a emergência de novas formas de transferência da informação arquivística, tanto nas instituições arquivísticas quanto nos serviços arquivísticos. Para Jardim (1999a, p. 1, grifo do autor), "a ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para

o **acesso**, do estoque para o **fluxo da informação**, dos sistemas para as **redes**"; "o conceito de "lugar" torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários"; "**onde** a informação se encontra não é o mais importante e sim o **acesso à informação**."

As instituições arquivísticas e os serviços arquivísticos devem emergir a um espaço virtual de transferência da informação arquivística, buscando atingir um número de usuários cada vez maior. Nesse sentido, a internet é um espaço virtual, um não lugar, onde as informações arquivísticas podem ser transferidas.

O uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de transferência da informação arquivística pressupõe que as instituições arquivísticas, serviços arquivísticos e arquivistas movam-se, como assinala Fonseca e Jardim, dos "arquivos direcionados para os arquivistas" para os "arquivos direcionados para os usuários". (2004)

[...] reconhece-se que os processos de **transferência e uso** da informação em seus diversos matizes constituem um dos cerne da contemporaneidade. Considera-se ainda que tais processos envolvem diversos sujeitos informativos – em especial o profissional e o usuário da informação - sendo a satisfação das necessidades deste último uma variável fundamental na avaliação de qualquer serviço de informação. Como observa Le Coadic (1997), o paradigma predominante nos serviços de informação – a abordagem mais voltada ao emissor que ao receptor da mensagem – tende a ser substituída por aquela voltada ao receptor-usuário. ... O modelo emissor-receptor, considerado linear, mecanicista, hierárquico e desigual enfrenta, portanto, vários questionamentos." (JARDIM, 1999a, p. 1, grifo do autor)

Nessa perspectiva, arquivos voltados para os usuários, existe a emergência de um novo modelo de estudos de usuários, ou seja, aquele que tem como objetivo conhecer a necessidade de informação dos usuários da instituição arquivística ou serviço arquivístico.

Segundo Fonseca e Jardim (2004), o modelo clássico de estudos de usuários é orientado para a própria instituição arquivística ou serviço arquivístico. Neste modelo, prevalece o método quantitativo de pesquisa.

Na proposta de um novo modelo, Jardim e Fonseca afirmam que:

Os serviços de informação buscam avaliar o uso das informações que disponibilizam, mas enfatizam a importância de se conhecer quais informações devem ser disponibilizadas. Continua-se a buscar

identificar o uso, mas é preciso também e, antes de tudo, identificar as necessidades de informação do usuário. (2004)

Os usuários da informação arquivística possuem as mais diversas necessidades de informação. Para Le Coadic (2004, p. 38), "o conhecimento da necessidade de informação permite compreender por que as pessoas se envolvem num processo de busca de informação."

A disseminação das tecnologias de informação e comunicação está promovendo uma alteração nas bases teóricas da Arquivologia, ou seja, a Arquivologia está passando por uma renovação epistemológica.

Dentro desta perspectiva, os usuários ganham uma nova dimensão na Arquivologia. O deslocamento do pensamento de "arquivos para arquivistas" para "arquivos para os usuários" colocam os usuários no epicentro das práticas arquivísticas.

As tecnologias de informação e comunicação promovem novas formas de interação entre arquivos e usuários. Nesse sentido, a inserção de instituições arquivísticas e serviços arquivísticos na internet tendem a atingir muito mais usuários, ampliando o processo de transferência da informação arquivística e gerando novos estados de conhecimentos.

3 OS DOCUMENTOS ESPECIAIS A PARTIR DO REGISTRO DE NOVAS LINGUAGENS DE COMUNICAÇÃO: UMA RELAÇÃO LINGUAGEM X SUPORTE

Será verticalizada acerca da noção de documentos especiais na literatura arquivística. Nesse sentido, recorre-se a conceituação de linguagem visual, audiovisual e sonora e seus meios de registro e difusão enquanto linguagens de comunicação informacional.

3.1 A LINGUAGEM VISUAL, AUDIOVISUAL E SONORA

A linguagem é o meio que o homem utiliza, por meio de signos, para se comunicar. Para Houaiss e Villar (2009, p. 1183), a linguagem é "qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc."

O limiar da humanidade coincide com o advento da linguagem, que funda uma nova relação do homem consigo mesmo e com o mundo. A linguagem suscita uma consciência da consciência. A história introduz, sobreposta à hereditariedade natural, uma hereditariedade cultural. Esboça, assim, uma nova dimensão da consciência humana (JAPIASSÚ, 1978, p. 103).

A comunicação pressupõe a utilização de uma linguagem. Nesse sentido, tem-se como elementos da comunicação:

1. Emissor: indivíduo que envia a mensagem;
2. Receptor: indivíduo que recebe a mensagem;
3. Mensagem: aquilo que se transmite;
4. Canal: meio na qual a mensagem é transmitida;
5. Contexto: objeto ou situação na qual a mensagem se refere;
6. Código: signos utilizados para elaborar a mensagem.

A mensagem é o objetivo de uma comunicação, ou seja, transmitir algo entre o emissor e o receptor. O que faz o receptor entender a mensagem enviada pelo destinatário é o sistema de signos utilizados nesta mensagem, pressupondo que o

receptor tenha o domínio do signo utilizado pelo emissor, sendo capaz de decodificá-lo.

Santaella (2005), afirma que toda a multiplicidade das formas de linguagens estão primordialmente amparadas em três matrizes de linguagem-pensamento: a sonora, a visual e a verbal.

Portanto, linguagem tem um papel fundamental na comunicação humana. É a partir da linguagem que uma mensagem, registrada ou não, é comunicada. Entende-se que a imagem e o som são linguagens de comunicação utilizadas pelo homem. Estas linguagens - visual, audiovisual e sonora - passam a constituir registros a partir do momento em que o homem consegue fixar estas linguagens em um suporte material.

Segundo Dondi (2003, p. 85), as mensagens visuais se dividem em três níveis: representacional, abstrato e simbólico.

o representacional - aquilo que vemos e identificamos com base no meio ambiente e na experiência; *o abstrato* - a qualidade cinestésica de um fato visual reduzido a seus componentes visuais básicos e elementares, enfatizando os meios mais diretos, emocionais e mesmo primitivos da criação de mensagens, e *o simbólico* - o vasto universo de sistemas de símbolos codificados que o homem criou arbitrariamente e ao qual interligados se sobrepõem, mas é possível estabelecer distinções suficientes entre eles, de tal modo que possam ser analisados tanto em termos de seu valor como táctica potencial para a criação de mensagens quanto em termos de sua qualidade no processo de visão. (DONDI, 2003, p. 85)

A partir das figuras abaixo, é possível exemplificar os três níveis presentes nas mensagens visuais.

Figura 1: Exemplo do nível representacional



Fonte: <<http://bibliotecarocambole.blogspot.com.br/2011/08/conhecendo-alguns-animais-leao.html>>, acesso em 02 de junho de 2014.

A figura 1 demonstra o nível representacional da mensagem visual. Por meio do ambiente e da experiência é possível facilmente identificar a mensagem visual contida na figura acima, um leão.

Figura 2: Exemplo do nível simbólico



Fonte: <http://www.gazetaam.com/wp-content/uploads/2013/04/pomba_paz-300x240.jpg>, acesso em 02 de junho de 2014.

A figura 2 exemplifica o nível simbólico da mensagem visual. O desenho de um pássaro com um ramo de oliveira simboliza a paz. Se estivessem isoladas, estas imagens seriam identificadas como o nível representacional, porém a combinação das duas imagens as transforma num símbolo, que será decodificado se o receptor da mensagem visual possuir um determinado nível cultural que o permita compreender o simbolismo representado na imagem.

Figura 3: Exemplo do nível abstrato



Fonte: <http://www.artmajeur.com/files/demetrius/images/artworks/650x650/3707992_fig6.jpg>, acesso em 02 de junho de 2014.

A figura 3 evidencia o nível abstrato de uma mensagem visual. O nível abstrato tende a ser mais geral e abrangente. Para Dondi, "a abstração pode existir não apenas na pureza de uma manifestação visual reduzida a mínima informação representacional, mas também como abstração pura e desvinculada de qualquer relação com dados visuais conhecidos, sejam eles ambientais ou vivenciais." (2003, p. 95).

A linguagem visual é uma das mais antigas formas, registradas em um suporte material, de comunicação. Além das pinturas rupestres, as pinturas artísticas delimitaram épocas (pintura barroca, pintura renascentista etc.).

A linguagem audiovisual constitui-se como um conjunto de signos visuais e sonoros. Esta forma de linguagem nasce a partir de imagens, que ao serem projetadas dão a ilusão de movimento, associadas ao som. Portanto, a linguagem audiovisual caracteriza-se pela integração de imagem em movimento e som.

De acordo com CÔRTEZ (2003, p. 32), "a linguagem audiovisual constrói continuamente suas características, transformando-se à medida que novas formas de captação e registro de sons e imagens vão sendo descobertos/criados."

A linguagem sonora deriva da capacidade do homem de emitir e ouvir sons. O som se torna uma linguagem a partir do momento em que eles se tornam signos que passam a ser codificados e decodificados pelo emissor e receptor num sistema de comunicação. Diferentemente da linguagem visual que é evidenciada na forma de

registros há cerca de 22 mil anos (com as pinturas rupestres), a linguagem sonora só consegue ser registrada em um suporte material apenas no século XIX.

A partir do registro destas linguagens - visual, audiovisual e sonora - e da evolução tecnológica para reprodução em larga escala destes registros, elas se tornam cada vez mais presentes na sociedade humana. Nesta perspectiva, serão abordados alguns marcos no processo de registro e difusão destas linguagens de informação: a fotografia, o cinema, a televisão e o rádio. Estes canais de comunicação permitiram o avanço tecnológico de registro destas linguagens em suportes materiais e sua consequente difusão.

Para Ignace Gelb (1973 apud JOLY, 2005. p. 17), "por toda parte no mundo o homem deixou vestígios de suas faculdades imaginativas sob a forma de desenhos, nas pedras, dos tempos mais remotos do paleolítico à época moderna". Para Joly (2005, p. 17-18), esses desenhos representam os primeiros meios de comunicação entre os homens e são considerados os precursores da escrita. Ainda segundo a autora, "são consideradas imagens porque imitam, esquematizando visualmente, as pessoas e os objetos do mundo real" (2005, p.18).

Embora a linguagem textual seja a principal forma de comunicação e constituição de registros, em seus diferentes suportes materiais (tábua de argila, pergaminho, papiro e papel), o início do século XIV marca o desenvolvimento de técnicas de produção em larga escala de registros, via equipamentos, em linguagem audiovisual e sonora.

A fotografia é o registro em linguagem visual mais encontrado hoje nos arquivos. É um processo de produzir, por meio da ação da luz, sobre uma superfície sensibilizada, imagens captadas mediante uma câmara escura.

A fotografia fixa um objeto, mas, ao fixá-lo, revela movimentos de emissão: o emissor escolheu o objeto, preparou tecnicamente a máquina, incidiu maior ou menor intensidade de luz, angulou, permitiu sombras... as marcas aí se fazem visíveis. Relações entre a referência e os traços do emissor, mas, sobretudo, cuidado e zelo com a mensagem. (CHALHUB, 2006, p. 21)

A história da fotografia remonta a 350 a.C com Aristóteles, que obtinha o conhecimento da produção de imagens pela passagem da luz através de um pequeno orifício. Somente em 1826, Joseph Nicéphore Niépce consegue captar a

primeira fotografia permanente (embora se tenha conhecimento de outros experimentos fotográficos em que as imagens desapareciam rapidamente).

Considerado como o marco da história da fotografia, o processo de daguerreotipia, inventado por Louis Daguerre em 1837, consistia na formação de imagens sobre uma placa de cobre recoberta por uma camada de prata, colocada numa câmara escura (daguerreótipo) contendo um pequeno orifício por onde entra um feixe de luz que projeta sobre a placa as imagens captadas no exterior do orifício.

Nesta pesquisa, considera-se a linguagem visual diferente da linguagem audiovisual. Ainda que a linguagem audiovisual tenha como característica a presença do visual, a presença do som e da ilusão de movimento marca a existência de uma linguagem própria.

Para Joly (2005, p. 15), não deve haver confusão entre a imagem fixa (visual) e a imagem animada (audiovisual).

[...] considerar que a imagem contemporânea é a imagem da mídia - e que a imagem da mídia por excelência é a televisão ou o vídeo - é esquecer que coexistem, ainda hoje, nas próprias mídias, a fotografia, a pintura, o desenho, a gravura, a litografia etc., todas as espécies de meios de expressão visual que se consideram "imagens". (JOLY, 2005, p. 15)

O surgimento da linguagem audiovisual dá-se com o aparecimento do cinema, no ano de 1895, data da projeção pública dos irmãos Lumière, que denominaram o invento de cinematógrafo. O cinema tem como base a captação da imagem mediante as técnicas fotográficas e a projeção da imagem com a ilusão de movimento.

No início do cinema, não havia a presença da imagem com o registro sonoro sincronizado. Os filmes silenciosos eram muitas vezes acompanhados de música ao vivo. Em 1928 é apresentado o primeiro filme cinematográfico com a presença do som totalmente sincronizado.

Embora o começo do cinema seja marcado pela ausência do som, considera-se nesta pesquisa o início do registro da linguagem audiovisual. Justifica-se esta afirmação à presença da ilusão de movimento, característica típica da linguagem audiovisual.

O desenvolvimento do cinema não foi o documento, mas concebido como um meio de contar histórias com a finalidade de entreter ou emocionar, como um produto dirigido a um público massivo e com uma intenção comercial [...]. Ao largo da história do cinema a evolução tecnológica se traduziu em mudanças de composição dos suportes e emulsões, na forma e nas dimensões das películas (velocidades, formatos, perfurações...), nos sistemas de cor, nos sistemas de som ou nos processos de montagem. (SAAVEDRA BENDITO, 2011, p. 26-27, tradução nossa)

A televisão surge em 1929 a partir da primeira emissão experimental. Apenas no ano de 1936 que a televisão inicia suas emissões regulares. A televisão consiste na captação de imagens em movimento e sua transmissão à distância, é uma combinação do cinema e do rádio.

No início da televisão, a película cinematográfica era o meio utilizado para gravação e reprodução de imagens. A partir da necessidade de captar e armazenar as imagens provenientes de suas atividades, em um meio mais barato que a película cinematográfica, nasce o vídeo. Esta tecnologia permite a gravação de imagem em movimento e som em uma fita magnética (desenvolvida anteriormente para gravação exclusivamente sonora) (SAAVEDRA BENDITO, 2011, p. 36).

A primeira gravação de uma onda sonora se deu em 1857, por meio de um invento chamado fonógrafo. Este equipamento era capaz de registrar a onda sonora, mas não era capaz de reproduzi-la.

Em 1876 foi patenteado o primeiro instrumento capaz de captar as vibrações sonoras e converte-las em sinais elétricos. No ano de 1878, Thomas Edison construiu um equipamento, o fonógrafo, capaz de gravar e reproduzir o som. A gravação em discos plano, por meio de um gramófono, se deu em 1887. Em 1920 tem início as primeiras transmissões regulares de rádio.

A partir do desenvolvimento de técnicas capazes de registrar, aliados as técnicas de reprodução em larga escala e sua consequente difusão por meio do surgimento do cinema, televisão, rádio e outras formas de comunicação, tornam as linguagens visual, audiovisual e sonora, mais usuais na sociedade.

O registro destas linguagens em suportes materiais, no exercício das funções e atividades de uma instituição ou pessoa, constituem-se em documentos arquivísticos, devendo ser objeto de processamento técnico de arquivistas e profissionais de arquivo e custodiados em instituições e serviços arquivísticos.

3.2 A NOÇÃO DE DOCUMENTOS ESPECIAIS

A ideia de outros documentos, para além do texto, como fonte histórica, a partir da fundação da Escola dos Annales, amplia a concepção de documento. A Escola dos Annales tinha como proposta, ir além da visão positivista da história. No espírito positivista, o documento é o texto. Para Fustel, "o melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos" (FUSTEL DE COULANGES, 1888 apud LE GOFF, 2003, p. 536)

Para Samaran, "há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira" (SAMARAN, 1961, p. XII apud LE GOFF, 2003, p. 540)

Paul Otlet propõe o alargamento da definição de documento, para o autor "o documento é o livro, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda parte documental que procede ou sucede a emissão radiofônica" (1937 apud FONSECA, 2005, p. 15)

A ampliação da ideia de arquivo permite a utilização de "novos documentos" no âmbito da administração, no exercício de suas funções/atividades e como prova das suas ações. Esses "novos documentos" passaram a integrar os arquivos.

Conforme apontado anteriormente, Rousseau e Couture (1998, p. 227) afirmam que entre as décadas de 1960 e 1970 os arquivos passaram a receber, tratar e preservar os documentos em outros suportes e linguagens, diferente dos documentos textuais em suportes papel, papiro e pergaminho. Estes foram denominados pela Arquivologia de documentos especiais.

Lacerda (2008, p. 28-29) assinala que embora os profissionais da área de arquivo se preocuparem, mais profundamente, com os documentos visuais a partir da década de 1930, a fotografia já era encontrada, de forma incipiente, nos arquivos, bibliotecas e museus já no século XIX.

[...] a notícia mais antiga recolhida é a dos arquivos públicos do Canadá, que fizeram uma seção especial desse tipo de documento em 1908. Com relação à legislação, por exemplo, o decreto dos comissários do povo na URSS, de fevereiro de 1926, parece ser a mais antiga iniciativa nesta área, ordenando a integração, nos arquivos centrais, dos positivos e negativos fotográficos e cinematográficos que tiveram interesse para a história da Revolução

de Outubro. Na Alemanha, depois da I Guerra Mundial, se recolheu todo o material fotográfico do *Reicharchiv* fundado em 1920, produzindo-se um desdobramento entre fotografias e filmes, em 1935, ao criar para estes uma instituição especial. Os arquivos nacionais em Washington também constituíram seção especial para esses documentos em 1934. Em outros países formaram-se arquivos independentes, como já mencionado na URSS, cujo exemplo seguiu a Polônia em 1955, criando arquivos especiais para a "documentação mecânica." (PESCADOR DEL HOYO, 1986, p. 20 apud LACERDA, 2008, p. 41 - 42)

Em trabalho apresentado no XI Congresso Internacional de Arquivos, em Paris, no ano de 1988, Fedor M. Vaganov discorre sobre a conservação dos "novos documentos de arquivo" (filmes cinematográficos, fotografias, fitas e discos magnéticos, disco fonográficos entre outros).

Segundo Vaganov (1990. p. 89), em alguns países estes "novos documentos" estão sob a custódia das instituições arquivísticas, enquanto em outros países estão a cargo dos museus (Museu de Cinema dos Países Baixos, Museu de Cinema da Dinamarca e Museu de Arte Moderna dos Estados Unidos), das bibliotecas (Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos) ou de instituições especializadas (Arquivo Cinematográfico do Instituto de Cinema da Noruega e Instituto de Cinema da Suécia).

Nos países que responderam o questionário, a conservação dos materiais audiovisuais segue modelos diferentes; em uns existem arquivos especializados em documentação audiovisual (Arquivo de Documentos Cinematográficos da China, Arquivo Estatal de Cinema da República Democrática da Alemanha, Arquivo Estatal de Cinema na Finlândia). Na Checoslovaquia, Estados Unidos, Canadá e Espanha (Arquivo do Reino de Galícia) **os documentos audiovisuais são depositados em seções especiais dentro dos arquivos gerais**. Nestes países também se guardam documentos audiovisuais em depósitos especializados anexos aos organismos de rádio, cinema e televisão. (VAGANOV, 1990, p. 89-90, grifo nosso, tradução nossa).

O panorama apresentado por Vaganov em 1988 ainda pode ser observado nos dias de hoje, ou seja, além de instituições e serviços arquivísticos, outras instituições guardam, preservam, tratam e disponibilizam para consulta documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. No caso brasileiro, cita-se como exemplo, a Cinemateca Brasileira, Biblioteca Nacional, Museus da Imagem e do Som, entre outras instituições.

Ainda que os documentos ditos não tradicionais já fossem encontrados, de forma escassa, em alguns arquivos, muito antes das décadas de 1960 e 1970, esta pesquisa assume este período como referência para a massiva entrada destes documentos em arquivos e a conseqüente preocupação dos profissionais de arquivo com a sua conservação e processamento técnico.

Apesar do tardio reconhecimento das instituições e serviços arquivísticos e dos profissionais de arquivo com relação aos documentos especiais enquanto documentos de arquivo pode-se observar que estes registros já eram produzidos há muitos anos.

Os documentos especiais despertaram a inquietação, dos profissionais de arquivo, para sua conservação. Muito mais do que o tratamento técnico arquivístico visando seu acesso, os profissionais de arquivo estavam preocupados em como preservar estes documentos.

Nesse sentido, os documentos especiais⁹ foram assim denominados por conta de seus suportes exigirem condições específicas de preservação. Para Vaganov (1990, p. 88, tradução nossa), "dada a proliferação e a importância crescente dos "novos documentos", se faz cada vez mais urgente resolver os problemas de seu armazenamento e conservação nos arquivos."

De acordo com Lacerda (2008, p. 80-81), a ausência de questionamentos sobre a metodologia de processamento arquivístico dos documentos fotográficos¹⁰, dá lugar a uma abordagem que privilegie a questões relativas à preservação dos suportes.

Em nome da preservação, os documentos especiais são fisicamente desmembrados do seu conjunto ao qual pertencem. Cada suporte exige condições específicas de preservação: o acondicionamento, a forma de armazenamento, a temperatura, a umidade etc. Como aponta Camargo, "os suportes não convencionais de informação, [...], apresentam propriedades físicas e químicas particulares que determinam a maneira em que deve ser assegurada sua conservação." (1990, p. 119, tradução nossa)

Lacerda chama atenção para o risco que essa separação física, em nome da preservação pode acarretar.

⁹ Também chamados de não textuais, não tradicionais, novos documentos, materiais especiais e etc.

¹⁰ Embora Lacerda, em sua tese de doutorado, trabalhe especificamente sobre documentos fotográficos, a autora destaca esses documentos como denominados documentos especiais.

[...] a justificativa da **separação desses registros de seu conjunto original para intervenções de conservação encontra no argumento da preservação dos suportes** seu tom mais eloqüente e, via de regra, imprime ao tratamento peça a peça uma legitimidade naturalizada pela necessidade de preservar. A origem do termo “**documentos especiais**”, aplicado tanto às fotografias, quanto aos documentos fílmicos e sonoros, nasce da mistura, de um lado, da dificuldade em contextualizar esses registros de natureza tão peculiar, se comparados aos documentos textuais nos arquivos e, de outro, da facilidade da substituição do tratamento arquivístico pelo tratamento de conservação, dada a fragilidade de seu suporte, se comparado, mais uma vez, à estabilidade do papel. **Atualmente não é mais possível manter a afirmação da qualidade “especial” desses registros, pois ela carrega em si a falta de conhecimento mais profundo acerca da sua natureza documental bem como e enfoque exagerado no tratamento de conservação em detrimento de sua organização contextualizada.** (2008, p. 80-81, grifo nosso)

Ao que Lacerda chama de organização contextualizada, pode-se apreender o documento especial, neste caso o fotográfico, contextualizado com os demais documentos do fundo de arquivo ou coleção. Expressando, portanto, o inter-relacionamento dos documentos de arquivo.

Agrupá-los por suporte seria romper com sua procedência, e desvincular a relação existente entre o conteúdo informativo dos documentos: em materiais magnéticos pode-se ter a mesma informação textual, iconográfica, sonora ou audiovisual. Contudo, em um arquivo fotográfico, independente de existir suportes magnéticos, película, papel ou plástico, entre outros, persistirá sempre a mesma linguagem que responderá as necessidades de administração da entidade produtora. (DAMIAM CERVANTES, 2008, p. 59, tradução nossa)

A organicidade reflete as relações entre os diversos documentos que compõem um fundo de arquivo, criados em razão das funções e atividades de uma instituição ou pessoa. Estas relações orgânicas dos documentos evidenciam a relação entre o arquivo e seu organismo produtor.

Sendo os documentos especiais produzidos e recebidos em razão das funções e atividades de uma instituição ou pessoa, estes são documentos de arquivo e, portanto, possuem vínculo orgânico com os demais documentos, independente da linguagem, formato e suporte.

A separação física apontada por Lacerda pode acarretar na separação lógica dos conjuntos documentais. Nesse caso, temos a perda do vínculo orgânico dos documentos que compõem o fundo de arquivo.

Ao discutir as diferenças entre os métodos empregados, abordarei primeiro as técnicas que se aplicam a materiais especiais que tanto podem ser mantidos por bibliotecas como por arquivos. **Esses materiais, convém lembrar, têm em comum a característica de consistirem em peças individuais, separadas umas das outras, cada qual com significado próprio, independentemente de sua relação para com os demais.** (SCHELLENBERG, 1974, p. 25, grifo nosso)

Schellenberg chama atenção ao fato dos materiais especiais serem tratados como peças individuais e isoladas de seu contexto. A posição do autor ratifica a ideia da separação física e lógica (orgânica) dos documentos especiais com os demais documentos de um fundo de arquivo, por conta da preservação.

Nesta pesquisa, defende-se a importância do vínculo orgânico dos documentos de arquivo, independente da linguagem, formato e suporte. Devem-se separar fisicamente os documentos especiais, em determinados suportes, dos outros que compõem o fundo de arquivo, por conta da forma de preservação específica, mantendo-se o inter-relacionamento entre estes documentos. A preservação não deve ser o único tratamento dado a estes documentos, necessitam passar por todas as etapas do processamento arquivístico, enquanto documentos de arquivo. Lacerda (2008, p. 42) corrobora com este ponto de vista ao mencionar que:

Com freqüência, depósitos especiais são reservados a filmes, até mais do que a fotografias, e esta especialização em relação aos locais de armazenamento – que deve ter como argumento a questão da preservação – pode ter contribuído para a prática de separação desses registros do restante de documentos já depositados nos espaços tradicionais dos arquivos.

Segundo Pearce-Moses (2005, tradução nossa), o documento especial é aquele armazenado separadamente de outros documentos, pois sua forma física ou características exigem tratamentos específicos ou seu formato é de grandes dimensões, como os documentos cartográficos, audiovisuais, eletrônicos.

Na concepção de Pearce-Moses, a forma física define o que são os documentos especiais. Para o autor, por conta da forma física, estes documentos necessitam de tratamentos específicos.

Rousseau e Couture utilizam o termo documento não-textual para se referirem ao que outros autores denominam de documento especial. Segundo os autores, documento não-textual é o “documento cuja informação é constituída por sons, imagens, etc. (vídeo, filme, iconografia, mapa e plano, etc.)” (1998, p. 288).

Segundo Paes, o documento especial é:

Aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides – e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação etc. (PAES, 1986, p. 6)

A autora também chama atenção para o fato dos documentos especiais serem diferenciados dos tradicionais por conta de sua forma física. Para Paes o documento especial necessita de tratamento especial, diferente do documento tradicional, com enfoque na preservação ao ser abordado o armazenamento, acondicionamento, conservação.

No âmbito do XII Congresso Internacional de Arquivos em Montreal, no ano de 1992, Magdaléna Cseve e Zoltá Hungria apresentaram um trabalho intitulado "O arquivista de suportes especiais: uma crise de identidade". Nesta apresentação, as autoras utilizam o termo suportes especiais e o definem como: "a expressão suportes especiais é geralmente contraposta aos suportes chamados "tradicionais"" (1992, p. 2, tradução nossa).

Cséve e Bódi dividem os suportes, fontes de informação, em duas categorias: suportes escritos (documentos escritos e documentos impressos) e suportes audiovisuais (registros sonoros, fotografias, filmes cinematográficos e vídeo). (1992, p. 2)

Consideramos que as diferenças [entre os suportes escritos e os audiovisuais] não são meramente técnicas. Obviamente, as propriedades físicas dos documentos audiovisuais determinam seu manejo, porém, também consideramos que o caráter da informação contida nos diferentes suportes é um fator importante na hora de determinar seu tratamento. Isto é, distinguimos os suportes não pelos diferentes tratamentos que requerem, mas porque podem ser fontes

de diferentes tipos de informação. Os suportes escritos ou impressos transmitem a informação em forma escrita, o que significa que é um veículo ideal para a comunicação verbal. Os suportes audiovisuais podem, por exemplo, conter também informação verbal, tal como a língua falada, material escrito à mão ou impresso. Contudo, uma qualidade muito mais importante é que são adequados também para o armazenamento da informação não verbal. Tudo o que não seja falado ou escrito (tanto informação acústica, como música, ruído, etc., ou informação visual, como imagens em movimento ou fixas) entra nesta última categoria. (CSEVE; HUNGRIA, 1992, p. 2, tradução nossa)

As autoras utilizam os termos suportes especiais e suportes audiovisuais como sinônimos. Além disso, as autoras utilizam o termo documento audiovisual para referir-se aos documentos com imagem e/ou som.

González García (1992) trabalha com a ideia dos documentos em novos suportes. Para ele, os novos suportes se dividem em duas categorias: documentos audiovisuais e documentos em suporte informático. Sustentando esta ideia, González García traz duas definições para o termo documentos audiovisuais.

A primeira definição é a do Dicionário de Terminologia Arquivística do CIA: "os documentos que consistem em reproduções de imagens fixas ou em movimento e registros sonoros sobre todo o suporte". (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVO apud GONZÁLEZ GÁRCIA, 1992, tradução nossa)

A segunda definição trazida por González García (1992, tradução nossa) vem do Congresso Nacional dos Arquivistas Franceses, em Paris, no ano de 1986, que teve como temática os "Os novos arquivos: formação e coleção": "documentos que consistem em reproduções de imagens fixas ou em movimento e registros sonoros sobre qualquer suporte."

O uso do termo documento audiovisual englobando os documentos iconográficos e os documentos sonoros é muito comum. No entanto, nesta pesquisa, o documento audiovisual, o documento iconográfico e o documento sonoro são trabalhados como categorias independentes, porém todos pertencentes à categoria de documentos especiais. Tal assunto será retomado adiante nesta pesquisa.

Brandão e Leme trazem o termo documentação especial, que segundo eles:

Trata-se, repetimos, de uma categoria muito ampla, mas que abrange essencialmente documentos não escritos e/ou com características especiais, tais como o suporte não convencional (composição físico-química diversa do papel comum), ou, no caso da

utilização do papel, em formatos excepcionais, além da linguagem diferenciada (não textual) etc. (1986, p. 51)

Para Molina Nortes e Leyva Palma, "os documentos considerados especiais são aqueles que apresentam um formato e suporte diferente dos documentos textuais em papel." (1996, p. 96, tradução nossa)

Mais uma vez, se observa o suporte e formato (físico) na identificação dos documentos especiais.

Damiam Cervantes, em trabalho de licenciatura intitulado "Os documentos especiais no contexto da arquivística", define arquivos especiais como:

Aqueles que apresentam uma ou ambas das seguintes características: a) a linguagem que empregam para transmitir a informação é distinta da textual, **podendo ser iconográfico, sonoro ou audiovisual**; b) o suporte em que se apresentam é distinto do papel. Mesmo sendo de igual material, seu formato varia aos que usualmente se encontram nos arquivos, exigindo condições particulares para sua guarda. (2008, p. 56, grifo nosso, tradução nossa)

A definição proposta por Damiam Cervantes, leva em conta dois elementos que identificam os documentos especiais: a linguagem e o suporte. Esta aceção, portanto, considera como documentos especiais os documentos iconográficos, audiovisuais e sonoros. Ou seja, não está ligada apenas as características físicas de um documento e sim ao sistema de signos utilizados na transmissão do seu conteúdo.

O que dizem os dicionários ou glossários de terminologia arquivística?

O Dicionário de terminologia arquivística define documentação especial como "documentação composta por gêneros documentais não textuais. Ver também: documentação audiovisual, documentação fonográfica e documentação iconográfica." (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, p. 40)

O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística traz o termo documento especial que tem como significado:

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75)

O *Glosario de terminología archivística y de ciertas expresiones de administración*, da Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía (ENBA), propõe o seguinte conceito para arquivos especiais: "a) São os que se consideram com relação a natureza do material que os forma [...] b) São os que se integram com documentos ou materiais diferentes dos tradicionais conhecidos como documentos escritos". (1980, apud DAMIAM CERVANTES, 2008, p. 3, tradução nossa)

O Dicionario de términos archivísticos assim define documentos especiais:

São os que se consideram com relação a natureza do material que os forma, classificando-se de acordo com o sistema que se implante. São os integrados com documentos especiais, podem considerar-se os de microfilme, fotográfico, eletromecânico, etc. (ARÉVALO JÓRDAN, 2003, p. 28, tradução nossa)

Aponta-se a ausência do verbete documento especial no dicionário multilíngua online de terminologia arquivística, do Conselho Internacional de Arquivos¹¹.

Para melhor compreensão dos termos e definições trabalhados acima, será apresentado um quadro que dará a dimensão dos termos utilizados pelos autores para se referirem ao que se denomina nesta pesquisa de documento especial.

Quadro 3: Relação de termos x autores para os documentos especiais

Termos	Autor(es)
Arquivo(s) especial(is)	ENBA (1980)
Documento(s) especial(is)	Paes (1986); Molina Nortes e Leyva Palma (1996); Damiam Cervantes (1998); Arévalo Jórdan (2003); Arquivo Nacional (2005); Pearce-Moses (2005); Lacerda (2008)

¹¹ Pesquisa feita no dia 23 de maio de 2014.

Documentação Especial	Brandão e Leme (1986); Camargo e Bellotto (2010)
Documento(s) audiovisual(is)	González García (1992); Cseve e Hungria (1992)
Documento(s) não-textual(is)	Rousseau e Couture (1998)
Material(is) especial(is)	Schellenberg (1974)
Novos suportes	González García (1992)
Novos documentos	Vaganov (1990)
Suporte(s) especial(is)	Cseve e Hungria (1992)
Suporte(s) audiovisual(is)	Cseve e Hungria (1992)
Suporte(s) não-convencional(is)	Camargo (1990)

Fonte: Elaboração própria.

A partir do quadro acima, é possível estabelecer, com base nos conceitos apresentados pelos diversos autores, uma relação autor x ênfase.

Quadro 4: Diferentes ênfases para diferentes temas, uma relação ênfase x autor.

Autor(es)	Ênfase(s)
Camargo e Bellotto (2010)	Linguagem
ENBA (1980); Paes (1986); Vaganov (1990); Camargo (1990); González García (1992); Molina Nortes e Leyva Palma (1996); Arévalo Jórdan (2003); Pearce-Moses (2005); Lacerda (2008)	Suporte
Brandão e Leme (1986); Cseve e Hungria (1992); Rousseau e Couture (1998); Damiam Cervantes (1998) Arquivo Nacional (2005)	Linguagem e suporte
Paes (1986); Vaganov (1990); Camargo (1990); Damiam Cervantes (1998); Pearce-Moses (2005); Arquivo Nacional (2005); Lacerda (2008)	Preservação/conservação
Paes (1986); Cseve e Hungria (1992); Damiam Cervantes (1998); Pearce-Moses (2005); Arquivo Nacional (2005)	Tratamento arquivístico

Fonte: Elaboração própria.

Nesta pesquisa será utilizada a seguinte definição para a noção de documentos especiais: são aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por conta de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por conta de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso. São documentos especiais os documentos audiovisuais, os documentos iconográficos e os documentos sonoros. Nesta definição, as ênfases recaem para a linguagem, suporte, tratamento arquivístico e preservação/conservação.

Reconhece-se que, atualmente, o termo e a noção de documentos especiais vêm caindo em desuso pelos profissionais de arquivo, porém ainda é muito utilizado na literatura da área e nas instituições arquivísticas públicas brasileiras.

3.3 O DOCUMENTO AUDIOVISUAL, ICONOGRÁFICO E SONORO

Coforme já apontado nesta pesquisa, os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros pertencem à categoria de documentos especiais, por conta da linguagem e suporte utilizado na comunicação de uma informação. Além disso, também já foi mencionado que o termo audiovisual é considerado por alguns autores sinônimo do termo documento especial. Nesse sentido, procurando compreender melhor os documentos que fazem parte desta categoria de documento especial, serão conceituados os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros.

- Documento Audiovisual

Em trabalho apresentado no XI Congresso Internacional de Arquivos, em Paris, no ano de 1988, Paule René-Bazin já destacava a problemática em relação a definição de documentos audiovisuais.

Alguns escolhem interpretar "audiovisual" em um sentido mais amplo, incluindo os documentos visuais e os documentos sonoros [...], a saber: desenhos, mapas, estampas, cartais, fotografias, assim como as películas, discos, fitas-cassetes, etc. (1990, p. 12, tradução nossa)

Parte desta problemática, como destaca René-Bazin, deve-se as dificuldades linguísticas e terminológicas. Para o autor, "o intercâmbio não nasce mais que das palavras, porém os idiomas estão fundados sobre as histórias próprias, adaptadas a cada meio e não é suficiente traduzi-los" (1990, p. 9, tradução nossa)

Esta pesquisa reconhece os problemas terminológicos e conceituais que envolvem o termo audiovisual, porém não é objetivo desta dissertação verticalizar acerca desta questão. Buscaram-se, em alguns autores e dicionários da área

arquivística, subsídios que embasem e sustentem o conceito de documento audiovisual para esta dissertação.

Para Cruz Mundet (2012, p. 58, tradução nossa) "a classe" do documento é determinada "pela linguagem empregada para transmitir a informação", para o autor, "a classe" audiovisual "combina a imagem em movimento e o som, embora os primeiros exemplos carecessem deste último aspecto [som]: filmes, fitas de vídeo, videodiscos...". (2012, p. 58, tradução nossa)

A partir da definição de Cruz Mundet, pode-se observar que os documentos audiovisuais são a combinação da linguagem visual (imagem) e a linguagem sonora. Acrescenta-se a esta combinação, a presença da ilusão de movimento da linguagem visual. Portanto um documento fotográfico, apesar de visual, não contém a linguagem sonora e a ilusão de movimento, o que não o caracteriza como um documento audiovisual. Da mesma forma que um documento sonoro sem a conjugação da linguagem visual e a ilusão de movimento não é um documento audiovisual.

Cruz Mundet deixa evidente, em sua colocação, que os primeiros documentos audiovisuais careciam da linguagem sonora. Esta colocação remete-se ao fato do surgimento da linguagem audiovisual, com o cinema, ser marcado pelo cinema silencioso.

Dois características são essenciais ao documento audiovisual, segundo Cruz Mundet, a combinação da imagem e som e a ilusão de movimento. Cruz Mundet utiliza o termo imagem em movimento, que segundo a UNESCO é assim definida:

Qualquer série de imagens captadas e fixadas em um suporte (independentemente do método de captação das mesmas e da natureza do dito suporte - por exemplo, filmes, fitas, disco, etc. - utilizado inicial e ulteriormente para fixá-las) com ou sem acompanhamento sonoro que, **ao serem projetadas, dão uma impressão de movimento** e estão destinadas à comunicação ou distribuição ao público ou se produzam com fins de documentação. (1980, grifo nosso)

A imagem em movimento é apenas uma impressão de movimento a partir de sua projeção e são constituídas de uma série de imagens fixas. Portanto, o que Cruz Mundet chama de imagem em movimento, sabe-se que é a alusão a impressão de movimento.

O Dicionário de Terminologia Arquivística considera documentação audiovisual o "gênero documental que utiliza como linguagem básica a associação do som e da imagem". (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, p. 39)

Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística conceitua documento audiovisual como: "Gênero documental integrado por documentos que contém imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas. Ver também: documento filmográfico, documento iconográfico e documento sonoro" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73)

A definição apresentada pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta em sua definição que o documento audiovisual "contém imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros". O que se entende é que o documento audiovisual é a associação de imagem e som, pois o aposto "fixas ou em movimento" refere-se a imagem, além disso, quando mencionado o "e registros sonoros", o "e" significa soma, adição.

Porém, quando o dicionário remete, no ver também, aos documentos filmográficos, iconográficos e sonoros, entende-se que estes fazem parte do documento audiovisual, o que pela definição apresentada não o faz.

Damián Cervantes (2008, p. 49) define documentos audiovisuais como:

Nesta documentação a mensagem está estruturada a partir da conjugação de imagens em movimento e sons. **Em seu início era composto exclusivamente por documentos fílmicos, mesmos os que careciam de dados sonoros em seus primeiros exemplares.** Posteriormente se somaram o vídeo e os novos formatos eletrônicos. Como no caso anterior, têm sido modificadas com os avanços tecnológicos e requerem equipamento adequado para seu registro e consulta. (grifo nosso, tradução nossa)

Damián Cervantes, em sua definição, aponta que o documento audiovisual é a combinação de imagens em movimento e som, porém, destaca que um documento fílmico sem som também é considerado um documento audiovisual.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia traz a seguinte definição para documento audiovisual, "documento que reproduz imagens fixas ou móveis, bem como registros sonoros em qualquer suporte, e que exige equipamento apropriado para ser visualizado ou executado; obra audiovisual" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 133)

A partir da definição apresentada por Cunha e Cavalcanti, o documento audiovisual equipara-se a categoria de documento especial, pois engloba tanto os documentos audiovisuais como os documentos iconográficos e sonoros.

Heredia Herrera (2011, p. 94) pontua uma observação a respeito do termo documento audiovisual.

Há autores que restringem [o termo documento audiovisual] aos produtos relacionados com o cinema, televisão e seus derivados. Como tais, formam parte do patrimônio audiovisual e os centros onde se conservam, tratam e dão acesso são as fonotecas, filmotecas, cinematecas, os denominados arquivos de televisão e arquivos de rádio. (tradução nossa)

O glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros, do CONARQ, conceitua documento audiovisual como o "Gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014).

Cabe também observar a definição da Agência Nacional do Cinema, para obra audiovisual:

Produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão. (AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2012)

Nesta dissertação, utiliza-se a seguinte definição para o termo documento audiovisual: é aquele que tem como linguagem a imagem, criada para dar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros.

A definição apresentada acima delimita como características do documento audiovisual: a utilização da imagem com ilusão de movimento e a associação, ou não, dos registros sonoros. **Esta definição tem em seu eixo central a presença das "imagens em movimento".**

Quando colocada na definição "a associação, ou não, dos registros sonoros" justifica-se esta opção para abarcar os primeiros registros fílmicos que não possuíam a presença do elemento som. Estes não podem ser considerados

documentos iconográficos, pois possuem "imagens em movimento", objeto central da linguagem audiovisual.

Sabe-se que a opção desta pesquisa, para o documento audiovisual, não encerram as discussões em torno da imprecisão conceitual existente na área.

- Documento Iconográfico

A utilização da linguagem visual é responsável pelos registros visuais em suportes materiais. Derivam-se destes registros, aqueles produzidos em razão de uma função/atividade e dotados de organicidade, constituindo-se em documentos iconográficos ou visuais.

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, o documento visual é aquele "que exige equipamento para ser visto; videodocumento". (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 135)

A definição de Cunha e Cavalcanti passa ao largo da linguagem utilizada na comunicação da mensagem, a imagem. Os autores não dão ênfase a informação visual contida em um documento visual.

Embora o termo documento visual seja muito utilizado em outras áreas do conhecimento, a maior parte dos autores, dicionários e glossários da área Arquivística utilizam o termo documento iconográfico.

Para Damián Cervantes, o documento iconográfico:

Fundamentalmente se valem de uma linguagem visual baseada em imagens, formas, linhas, cores e signos não textuais para transmitir uma mensagem. Estes recursos permitem incluir nesta categoria os documentos de natureza fotográfica e cartográfica, assim como os mapas e desenhos. As informações se plasmam por meios mecânicos, eletrônicos ou químicos, no caso da fotografia tradicional. (2008, p. 48, tradução nossa)

Damián Cervantes explicita a linguagem visual utilizada para transmissão da mensagem (conteúdo) de um documento iconográfico. Para o autor, os documentos fotográficos e cartográficos são exemplos de documentos iconográficos.

Para o Dicionário de Terminologia Arquivística, documento iconográfico é o "gênero documental que utiliza como linguagem básica a imagem". (CAMARGO;

BELLOTTO, 2010, p. 40). Novamente pode-se perceber a presença da expressão linguagem na definição de documento iconográfico. É esta característica que o distingue dos demais documentos, é o que o define como um documento iconográfico. O suporte e formato diferenciado é consequência do registro da linguagem utilizada na comunicação de uma mensagem (conteúdo).

Cruz Mundet (2012, p. 58, tradução nossa) afirma que o documento iconográfico "emprega imagens, signos não textuais, cores... para representar uma informação: mapas, plantas, fotografias, diapositivos, transparências, microformas..."

Na mesma linha de Cruz Mundet e Camargo e Bellotto, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta a seguinte definição para documento iconográfico, "gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras." (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 76).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística destaca uma característica importante do documento iconográfico, a imagem fixa. Esta característica o diferencia do documento audiovisual, centrado na imagem em movimento, além da presença do som.

Para o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros, o documento iconográfico é o "gênero documental integrado por documentos constituídos de imagens fixas." (2014, p. 9)

A partir das definições acima, adota-se nesta pesquisa a seguinte definição: o documento iconográfico é aquele que tem como linguagem a imagem fixa.

- Documento Sonoro

O Dicionário de Terminologia Arquivística utiliza o termo documentação fonográfica com a seguinte definição: "gênero documental que utiliza como linguagem básica o som" (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, p. 40)

A utilização do termo documento fonográfico é muito comum na literatura da área, como pode ser observado no Dicionário de Terminologia Arquivística. Esta dissertação utiliza o termo documento sonoro, evitando qualquer associação do

documento fonográfico como aquele gerado a partir do equipamento denominado fonógrafo.

Pearce-Moses (2005, tradução nossa) define registro sonoro como "um termo genérico utilizado para abranger uma ampla gama de formatos, incluindo discos de vinil, fitas magnéticas, discos compactos, e arquivos de computador. O termo não inclui gravações multimídia que incluem som, como a trilha sonora de um filme". Interessante notar que o autor chama atenção ao fato da trilha sonora de um filme não ser considerado documento sonoro, pois, apesar da forma de captação separada da imagem em movimento, foram criados para atender a uma determinada obra audiovisual, o que os caracterizam como documento audiovisual.

Segundo Dámian Cervantes (2008, p. 49, tradução nossa), o documento sonoro,

[...] transmite a informação por meio de uma linguagem verbal ou mediante sons. Requerem determinado equipamento tecnológico tanto para o registro das informações num suporte, como sua consulta. São diversos os formatos e suportes, que refletem a evolução tecnológica.

O autor evidencia a linguagem verbal ou sonora como característica de um documento sonoro.

O Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros define documento sonoro como o "Gênero documental integrado por documentos que contém registros sonoros." (2014, p. 9)

Nesta pesquisa, o documento sonoro é aquele que possui como linguagem o som.

Ao delimitar estas classes a partir da linguagem empregada para comunicar uma informação, se descarta considerar como categorias independentes os materiais fotográficos ou cartográficos, em virtude de que suas características estão contidas dentro dos iconográficos. De igual maneira não é coerente possuir uma categoria denominada de documentos informáticos, pois independente da forma de elaboração estar vinculada a informática, a linguagem que se emprega pode variar, que dependendo se identificam como textuais, iconográficos, sonoros ou audiovisuais. Algo similar ocorre com os microformatos; não se pode considerá-los automaticamente como iconográficos só por serem de natureza fotográfica, geralmente serão textuais, a menos que os documentos reproduzidos não pertençam a

dita classe e sejam por exemplo mapas, plantas ou desenhos. (DÁMIAN CERVANTES, 2008, p. 49, tradução nossa)

Esta pesquisa divide os diferentes tipos de documentos a partir da linguagem registrada e utilizada para comunicar uma informação ou conteúdo. Nesse sentido, descarta-se uma divisão por suporte, formato ou técnicas de registro. Esta escolha é corroborada com a afirmação, acima, de Dámian Cervantes.

Um documento eletrônico, digital ou informático pode utilizar uma linguagem audiovisual, iconográfica, sonora ou textual, portanto não se deve categorizá-los como documentos diferentes. Assim como um documento fotográfico é considerado um documento iconográfico, por conta da sua linguagem visual, imagem fixa.

4 INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: OS DOCUMENTOS ESPECIAIS NA ESTRUTURA INTERNA DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Conforme já mencionado, o campo empírico desta pesquisa são as instituições arquivísticas públicas localizadas na cidade do Rio de Janeiro: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

A importância destas instituições arquivísticas públicas, nas suas específicas esferas de competências, ratificam a escolha destas instituições como a empiria desta pesquisa.

4.1 ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL

O Arquivo Nacional é criado por meio do Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, como Arquivo Público do Império. Antes de sua criação formal, o Arquivo Público do Império já estava previsto no artigo 70 da Constituição do Império, de 25 de março de 1824, com a finalidade de guardar o original de todas as leis assinadas pelo imperador.

Instalado provisoriamente na Secretária de Estado dos Negócios do Império, o Arquivo Público do Império era dividido em três seções: Legislativa, Administrativa e Histórica.

Em 1876, o Arquivo Público do Império teve sua estrutura reorganizada em quatro seções: Administrativa, Judiciária, Legislativa e Histórica.

No ano de 1893, o Arquivo Público do Império passa a ser denominado de Arquivo Público Nacional, organizado em duas seções: Legislativa e Administrativa e Judiciária e Histórica.

O Arquivo Público Nacional passa a ser chamado, em 1911, de Arquivo Nacional, denominação utilizada atualmente. Desde então, o Arquivo Nacional passou por diversas alterações em sua estrutura.

Segundo Mattar:

Se na fase do Império nem tudo se recolhe ao Arquivo, na República a situação agrava-se. O Arquivo Nacional transforma-se praticamente em arquivo do Ministério da Justiça, [...] para onde se mandava documentos de menor relevância. Acrescenta-se o fato de que os demais ministérios, inclusive o da Justiça, sempre mantiveram seus próprios arquivos ou serviços de arquivos, gerando a divisão de atribuições e o desestímulo para a guarda de documentos do órgão. Some-se a isso, ainda, longos períodos de regime ditatorial, condições físicas inadequadas de guarda e conservação, e desqualificação técnica, resultando na perda irremediável de parcela significativa do patrimônio documental. Como consequência, desaparece qualquer possibilidade de a sociedade vir a conhecer a informação ali contida, retardando seu progresso em relação às sociedades democráticas, seja pelo aspecto cultural e histórico, seja pelo aspecto de sua participação política. (2003, p. 21)

O Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR) com o objetivo de "assegurar, com vista ao interesse da comunidade, ou pelo seu valor histórico, a preservação de documentos do Poder Público" (BRASIL, 1978), o qual tem como órgão central o Arquivo Nacional.

Em 8 de janeiro de 1991, é sancionada a Lei 8.159, dando ao Arquivo Nacional a responsabilidade pela gestão e recolhimento dos documentos produzidos pelo Poder Executivo Federal. A Lei também cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

O Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994, dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do CONARQ e do SINAR. O Decreto estabelece que o CONARQ fica vinculado ao Arquivo Nacional.

No ano 2000, em razão de alterações na estrutura do Ministério da Justiça, que deveria a partir de então manter em sua estrutura apenas órgãos cuja função seja relativa à segurança, o Arquivo Nacional passa a integrar a Casa Civil da Presidência da República.

O Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, institui o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da Administração Pública Federal, do qual o Arquivo Nacional atua como órgão central.

Em janeiro de 2011, novamente em razão de alterações estruturais, o Arquivo Nacional sai da Casa Civil da Presidência da República. O Decreto nº 7.430, de 17 de janeiro de 2011, transfere o Arquivo Nacional de volta para o Ministério da Justiça.

4.2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Por meio do Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931, é criado o Arquivo Geral do Estado, subordinado à Diretoria do Interior e Justiça.

O Decreto nº 3.004, de 16 de dezembro de 1933, anexou o Arquivo Geral à Biblioteca Pública.

Pelo Decreto nº 148, de 20 de março de 1936, o nome do Arquivo Geral mudou para Diretoria Geral do Arquivo Público e Biblioteca Universitária.

Somente em 28 de dezembro de 1938, pelo Decreto nº 653, houve a separação do Arquivo Público da Biblioteca Universitária.

Por meio da Lei nº 3.790, o Arquivo Público foi transferido para a recém-criada Secretaria de Administração Geral.

No ano de 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o Arquivo Público passa a ser denominado Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, sua atual designação.

O APERJ, por meio do Decreto nº 241, de 16 de julho de 1975, é transferido para a Secretaria de Estado e Justiça. Além da guarda e preservação dos documentos de valor permanente produzidos pelo Estado, o APERJ tinha como atribuição a gestão de documentos, por meio da classificação, avaliação e orientação técnica aos órgãos do Estado.

O Decreto nº 427, de 24 de outubro de 1975, transferiu a Superintendência de Documentação da Secretaria de Administração para a Secretaria de Estado de Justiça, dando-lhe a denominação de Departamento Geral de Documentação (DGD), com as mesmas atribuições do APERJ.

Por meio da Resolução nº 21, de 21 de janeiro de 1976, o Departamento Geral de Documentação fica responsável pela normatização das atividades de documentação do Estado e ao APERJ a responsabilidade do recolhimento dos documentos produzidos pelo Estado.

O Departamento Geral de Documentação, pelo Decreto nº 2.030, de 11 de agosto de 1978, foi extinto e suas atribuições foram transferidas para o APERJ. O APERJ neste momento volta a ser o responsável pelas atividades de gestão de documentos do Estado.

O APERJ teve suprimidas suas atividades de gestão de documentos, por meio dos Decretos nº 25.166, de 1 de janeiro de 1999 e 24.828, de 14 de dezembro de 1999. A Secretaria de Administração e Reestruturação do Estado, fica responsável pela gestão de documentos, como órgão central do Sistema de Comunicações Administrativas e Documentação.

Pelo Decreto nº 31.896, de 20 de setembro de 2002 a participação do Arquivo nas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) não é mais obrigatória.

Em 15 de outubro de 2001, o Decreto nº 29.387, determina que o APERJ seja o responsável pela gestão dos documentos do Poder Executivo Estadual. Além disso, é criado o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ).

O Decreto nº 40.628, de 1 de março de 2007, transfere o APERJ para a Secretaria de Estado da Casa Civil.

A Lei 5.562, de 20 de outubro de 2009, determina em seu Artigo nº 17:

Compete ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro implementar a política estadual de arquivos, definida pelo Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ, criado pelo Decreto Estadual nº 29.387, de 15 de outubro de 2001, além da gestão, transferência, recolhimento, processamento técnico, preservação e divulgação dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. (RIO DE JANEIRO, 2009).

O APERJ tem um importante papel no Estado do Rio de Janeiro ao ser responsável pela implantação a política estadual de arquivos emanada do CONEARQ.

4.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

No ano de 1892, o Arquivo da Câmara foi transferido da Câmara Municipal para o Poder Executivo Municipal.

Com o Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, o Arquivo da Câmara passou a ser denominado Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, com responsabilidade de preservar os documentos produzidos pelo Executivo Municipal.

Em 1940, por meio do Decreto nº 620, o Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tendo sua denominação alterada para Serviço de Arquivo Geral.

O Serviço de Arquivo Geral mudou a sua denominação, em 1963, para Serviço de Arquivo Histórico, subordinado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, período da transferência da Capital Federal para Brasília e a criação do estado da Guanabara.

Após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a denominação foi alterada para Arquivo Municipal, no ano de 1975, subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Por meio do Decreto nº 2.053, de 6 de março de 1979, a denominação do Arquivo Municipal foi alterada para Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na Secretaria Municipal de Educação.

A Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002, define o AGCRJ gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade.

O Decreto nº 22.615, de 30 de janeiro de 2003, estabelece que ao AGCRJ cabe “elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo do município” e “gestão de documentos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal” (RIO DE JANEIRO, 2003). O decreto também regulamenta o Conselho Municipal de Arquivos (COMARQ).

O AGCRJ é transferido para o Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura por meio do Decreto nº 22.614, de 30 de janeiro de 2003.

O Decreto nº 36.689, de 1 de janeiro de 2013, transfere o AGCRJ para a Secretaria Municipal da Casa Civil.

4.4 A ESTRUTURA INTERNA DO ARQUIVO NACIONAL, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM QUADRO EM CONSTANTE ALTERAÇÃO

A partir dos regimentos internos e organogramas das instituições arquivísticas selecionadas como campo empírico desta dissertação, será apresentado a evolução estrutural destas instituições, evidenciando a influência da noção de documentos especiais em suas estruturas.

Como forma de ilustrar e melhor compreender os dados levantados a partir do campo empírico desta pesquisa, recorreu-se, como campo de experiência e observação, aos organogramas de quatro instituições arquivísticas internacionais: o National Archives of Australia, o National Archives and Records Administration (Estados Unidos), o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal) e o Archives Nationales (França). Os dados dos organogramas foram coletados por meio do site destas instituições arquivísticas, entre os dias 09 de abril de 2014 e 23 de maio de 2014.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo possui uma estruturação simples, subdividindo-se em duas divisões: Divisão de Comunicação e Acesso e Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições Arquivístico.

A Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições Arquivístico compete:

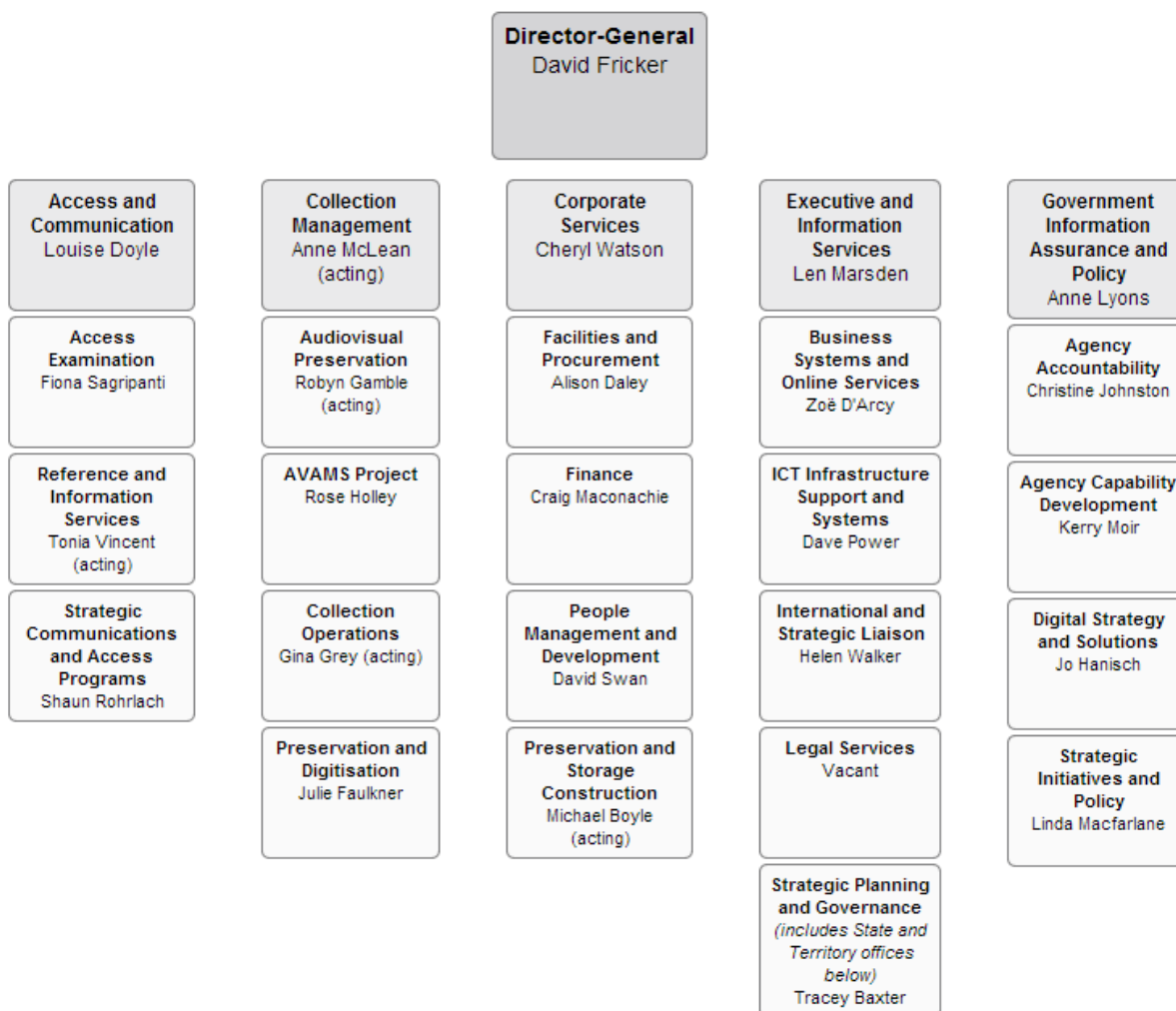
- a) Assegurar as incorporações previstas, nos termos da lei, e promover outras aquisições de património arquivístico de interesse;
- b) Assegurar todos os procedimentos técnicos e formalidades relativos às aquisições de património arquivístico autorizadas;
- c) Proceder ao tratamento arquivístico da documentação à sua guarda e elaborar os respetivos instrumentos de descrição e pesquisa, de acordo com as orientações da DGLAB. (PORTUGAL, 2012)

Percebe-se que não há divisão entre setores de processamento técnico de documentos textuais e documentos especiais, na estrutura formal do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No National Archives of Australia há um setor que cuida da gestão de coleções, com quatro setores subordinados. Observa-se nesta subdivisão, um setor de preservação audiovisual separado de um setor de preservação e digitalização. O fato que possa justificar esta divisão, deve-se ao fato desta instituição arquivística possuir reconhecimento internacional no que tange ao trabalho de preservação audiovisual.

O setor de gestão de coleções tem como responsabilidade "assegurar, descrever e preservar documentos de valor do arquivo nacional." (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, tradução nossa)

Figura 4: Organograma do National Archives of Australia.



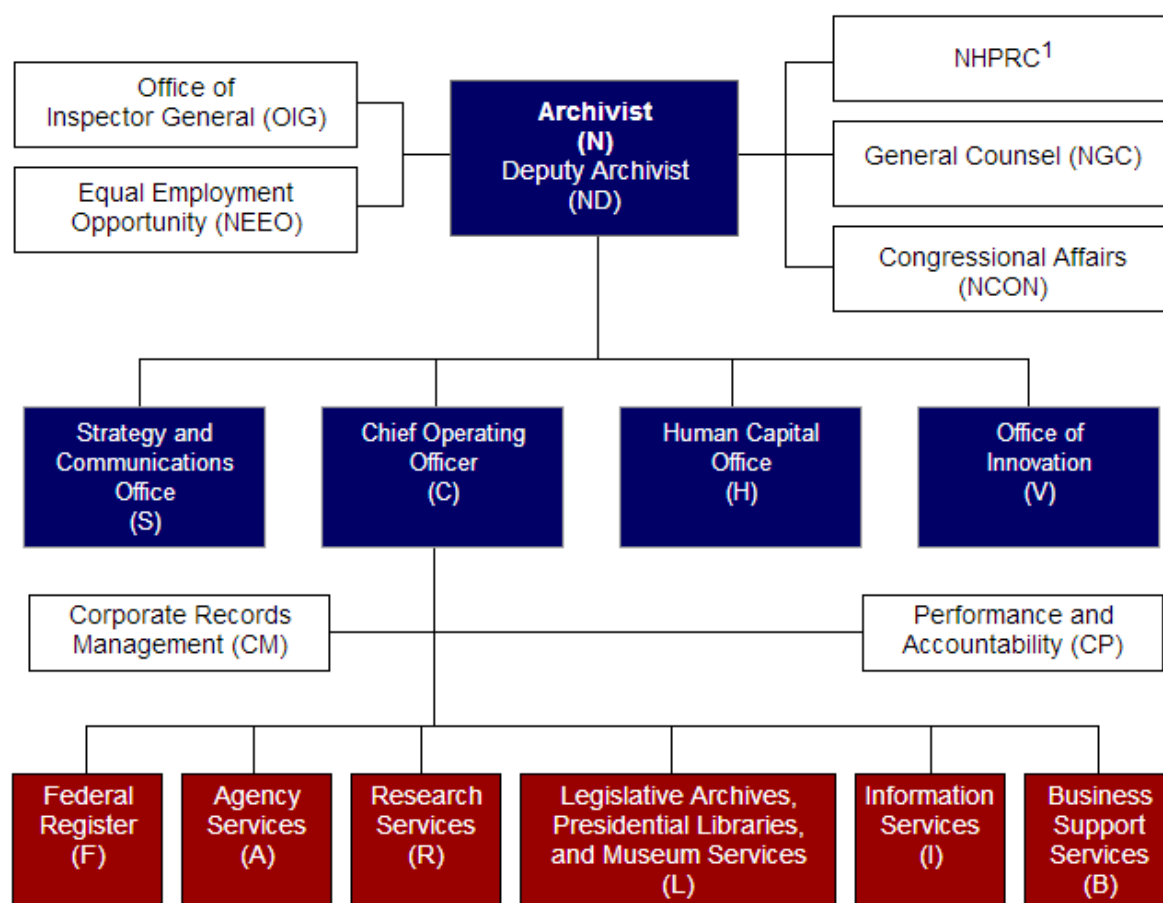
Fonte: National Archives of Australia. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/organisation/chart/index.aspx>>. Acesso em: 09 de abril de 2014.

Apesar de um setor específico de preservação audiovisual, não há evidente nesta estrutura uma divisão de processamento técnico arquivístico de documentos especiais separado de outros documentos.

Entende-se que a gestão de coleções seja o setor responsável por todos os documentos em diferentes linguagens, suportes e formatos.

O National Archives and Records Administration (Estados Unidos), possui uma estruturação complexa, que demonstra a importância desta instituição arquivística para o Estado. Conforme seu organograma, não há qualquer subdivisão de processamento técnico de documentos por linguagem, suporte ou formato.

Figura 5: Organograma do National Archives and Records Administration.

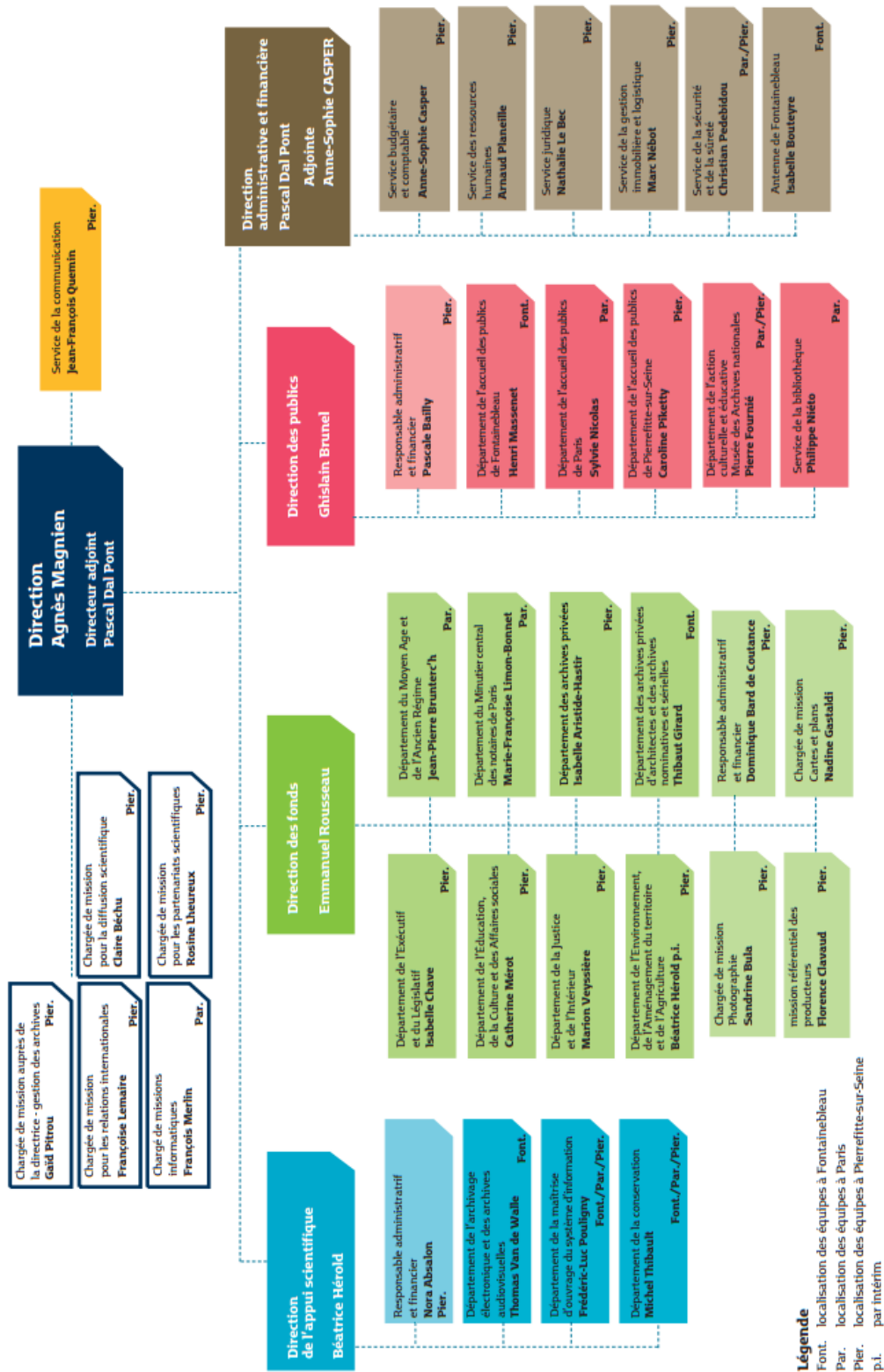


Fonte: National Archives and Records Administration. Disponível em: <<http://www.archives.gov/about/organization/>>. Acesso em: 09 de abril de 2014.

Os organogramas de três instituições (Portugal, Estados Unidos e Austrália) não evidenciam em sua estrutura um setor de tratamento técnico para os documentos especiais, diferentemente do pressuposto inicial desta pesquisa, que defende que esta categoria influencia na estruturação interna das instituições arquivísticas públicas.

O Archives Nationales (França) possui em sua estrutura quatro direções. Destaca-se nesta estrutura, uma Direção de gestão de fundos responsável pela recolha, triagem, estudo, classificação e inventário dos arquivos.

Figura 6 : Organograma do Archives Nationales, da França.



Fonte: Archives Nationales. Disponível em: <https://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/sia/documents/10157/24618/organigramme-avril-2014.pdf/fa35891d-0dfc-48a8-bd51-f09be1222f80>. Acesso em: 23 de maio de 2014.

Por meio do organograma acima, chama atenção um Departamento de documentos eletrônicos e audiovisuais subordinada a uma Direção de apoio científico.

Conforme informações do site da instituição¹², os arquivos audiovisuais estão em sua sede de Fontainebleau sob custódia do Departamento de documentos eletrônicos e audiovisuais. A sede Pierrefitte-sur-Seine mantém sob sua custódia os documentos após a Revolução Francesa e os arquivos de origem privada, excluindo os fundos especiais que são custodiados na sede de Fontainebleau.

Chama atenção a estrutura do Archives Nationales da França, comparado às outras três instituições citadas acima. Parece evidente em seu organograma uma divisão estrutural a partir da linguagem e/ou suporte onde são registradas as informações, ou seja, uma possível separação estrutural dos documentos especiais com os demais documentos.

Sendo o pressuposto desta pesquisa confirmado, ou seja, que as instituições arquivísticas públicas dividem-se estruturalmente em setores de tratamento técnico de documentos textuais e documentos especiais, operando com uma noção de documentos especiais, que devem ser separados por conta de seus suportes e formatos, com objetivo de preservá-los, esta característica tende a refletir uma influência da arquivística francesa.

4.4.1 Arquivo Nacional

Foram coletados e analisados os dados dos relatórios de atividades da década de 1980 e os regimentos internos do Arquivo Nacional. O acesso aos dados foi solicitado via e-SIC¹³ (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), do Governo Federal.

Os relatórios de gestão, da década de 1980, do Arquivo Nacional foram acessados via sala de consultas da própria instituição.

Os atos legais (Decretos e Portarias) que aprovam os regimentos internos do Arquivo Nacional foram consultados via Sistema de Informações do Arquivo

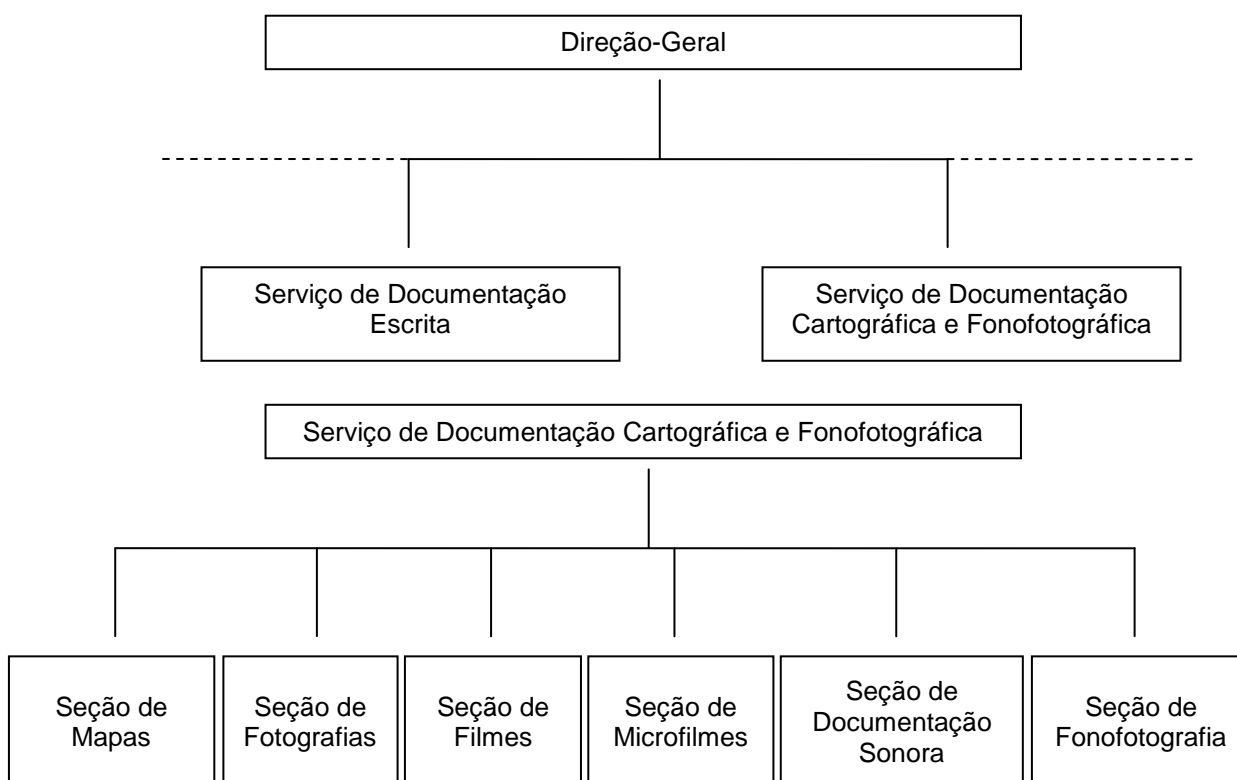
¹² Fonte: Archives Nationales. Disponível em: <<https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/sia/fr/web/guest/home>>. Acesso em: 23 de maio de 2014.

¹³ Informação solicitada no dia 01 de fevereiro de 2013.

Nacional (SIAN), no campo história administrativa do fundo Arquivo Nacional. Após consulta foram visualizados por meio do Portal Legislação - SICON (<http://legis.senado.gov.br/sicon/>), do Senado Federal.

Desde sua criação, em 1838, o Arquivo Nacional passou por diversas transformações em sua estrutura interna. A presença dos documentos especiais na estrutura da instituição, só tem início por meio do regimento aprovado pelo Decreto nº 44.862, de 21 de novembro de 1958. Neste regimento, foi criada o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, que se subdividia em seis seções: Seção de Mapas, Seção de Fotografias, Seção de Filmes, Seção de Microfilmes, Seção de Documentos Sonoros e Seção de Fonofotografia.

Figura 7: Estrutura do Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, do Arquivo Nacional, em 1958.



Fonte: elaboração própria.

O surgimento na estrutura do Arquivo Nacional de um setor específico para o processamento técnico dos documentos especiais alinha-se, conforme mencionado anteriormente, com a incorporação pela Arquivologia dos documentos especiais como documentos arquivísticos, nas décadas de 1960 e 1970.

Ao Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica competia:

- I - **recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos cartográficos e fotográficos**, de valor legal, administrativo e histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela constituídas, e os de valor histórico, provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular;
- II - elaborar e executar um plano de reprodução, por microfilmagem ou fotocópia, dos documentos do Arquivo Nacional ameaçados de destruição ou cujos originais sejam dispensáveis;
- III - promover a execução de um plano de reprodução, em microfilme, dos documentos de valor histórico, de propriedade de arquivos nacionais, públicos e privados e de arquivos estrangeiros;
- IV - extrair certidões de documentos sob sua guarda, reproduzidos por microfilmagem;
- V - fornecer à Seção de Consulta os documentos sob sua guarda não reservados, pedidos para consulta;
- VI - fornecer ao Serviço de Pesquisa Histórica os elementos necessários à edição de publicações;
- VII - colaborar com o Serviço de Registro e Assistência na prestação de assistência técnica aos arquivos nacionais. (BRASIL, 1958, grifo nosso)

Embora o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica tenha como competência, conforme regimento interno da instituição, "recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos cartográficos e fotográficos", havia também subordinada a este serviço as seções que realizavam estas atividades com os filmes e os documentos sonoros.

Somente a Seção de Fonofotografia não detinha acervos arquivísticos sob sua custódia. Esta seção tinha como objetivo a execução de reproduções fonográficas, fotográfica, microfotográfica e cinematográfica, conforme plano de reprodução, com objetivo de preservar os documentos "ameaçados de destruição."

A portaria nº 600-B, de 15 de outubro de 1975, cria a Divisão de Documentação Audiovisual, com três seções a ela subordinadas: Seção de Gravação de Som e Imagem, Seção de Filmes e Seção Iconográfica e Cartográfica.

De acordo com Artigo nº 7, compete à Divisão de Documentação Audiovisual:

[...] adquirir, recolher, registrar, classificar, catalogar, inventariar e conservar:

- I. Através da Seção de Gravações de Som e Imagem:

- a) gravações de interesse científico, cultural e artístico;
- b) gravações de acontecimentos administrativos e históricos e vozes de personalidades.

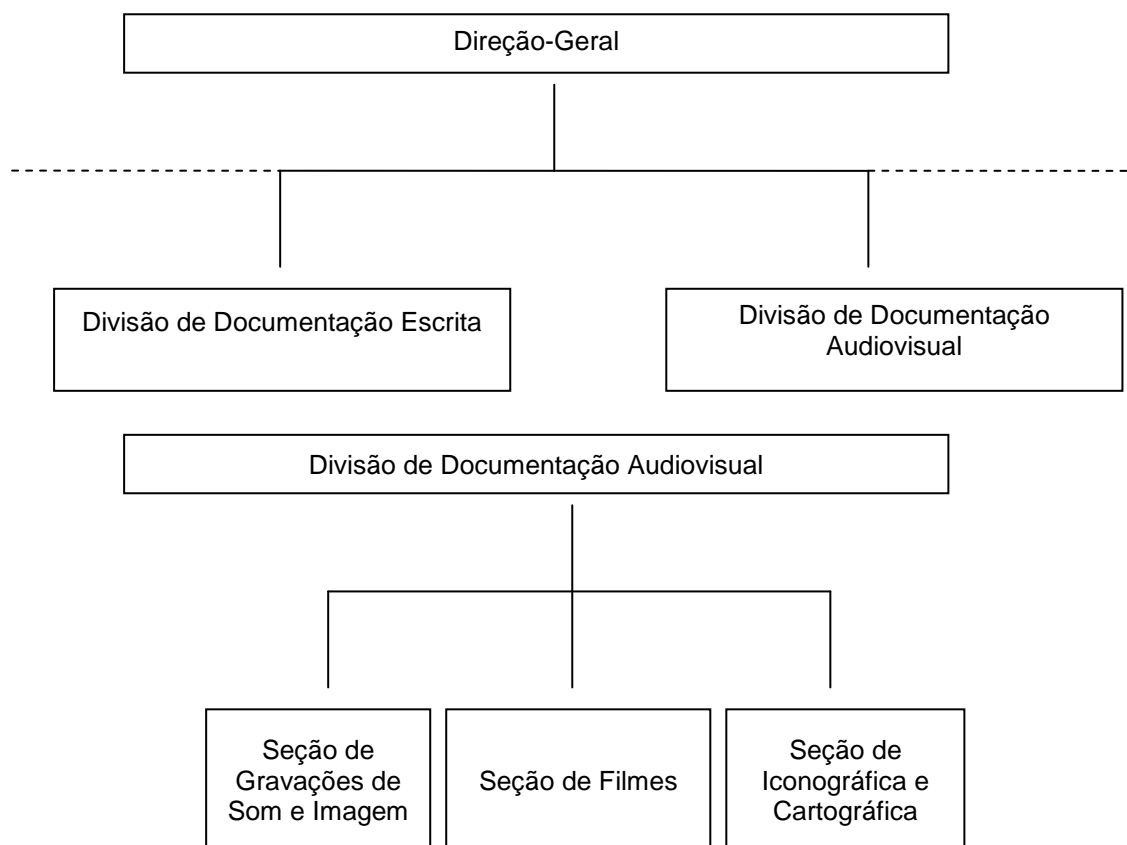
II. Através da Seção de Filmes:

- a) filmes, microfilmes e slides;
- b) microfilmes de documentos ameaçados de destruição ou cujos originais sejam dispensáveis ou por motivo de segurança.

III. Através da Seção Iconográfica e Cartográfica:

- a) material iconográfico de importância documental;
- b) cartas, plantas, mapas e atlas de interesse histórico, cultural, artístico ou administrativo. (BRASIL, 1975)

Figura 8: Estrutura da Divisão de Documentação Audiovisual, do Arquivo Nacional, em 1975.



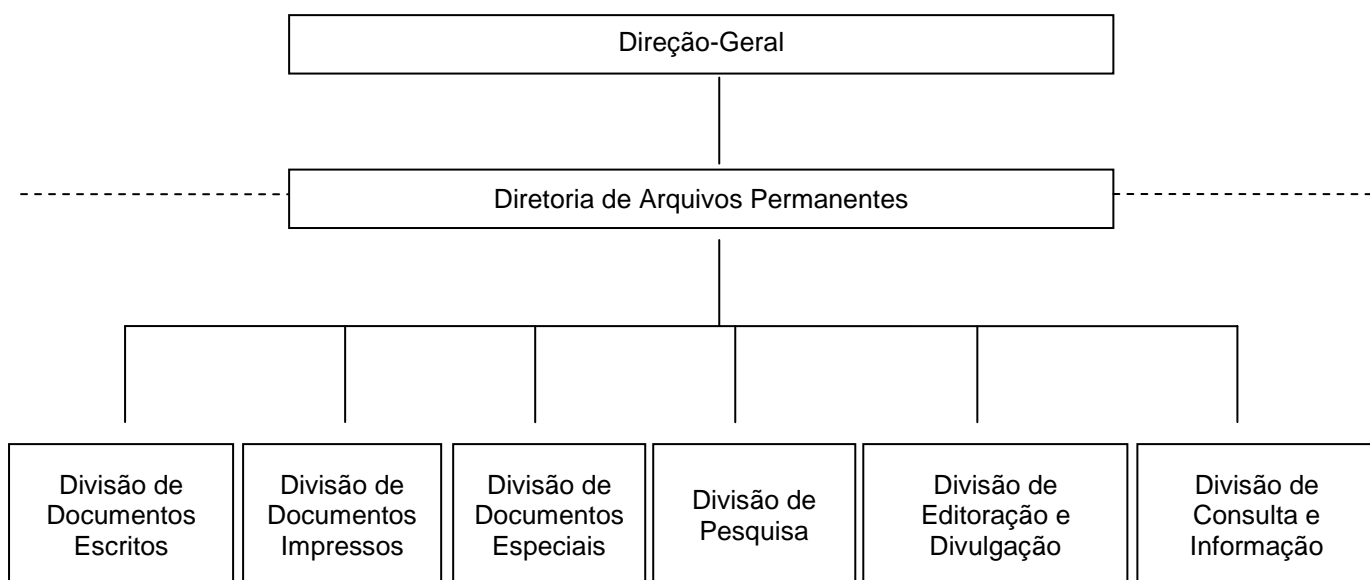
Fonte: elaboração própria.

Na década de 1980, em pleno processo de modernização institucional, foram iniciados estudos com vistas à reformulação do regimento interno da instituição. A primeira proposta de regimento interno submetido ao Ministério da Justiça, na

primeira metade da década de 1980, para aprovação, resultou da comparação de estruturas organizacionais de instituições arquivísticas de diversos países. Nesta proposta, subordinada a Diretoria de Arquivos Permanentes, era criada a Divisão de Documentos Especiais.

Hoje, denominada Divisão de Documentos Especiais, segundo o novo organograma institucional, já que abrange outros documentos, como os cartográficos, constitui um dos segmentos do Arquivo Nacional, onde talvez se perceba com mais clareza a introdução de modificações estruturais. (BRASIL, [198-Ja, p. 68)

Figura 9: Proposta de Estrutura da Divisão de Documentação Audiovisual, do Arquivo Nacional, na primeira metade da década de 1980.

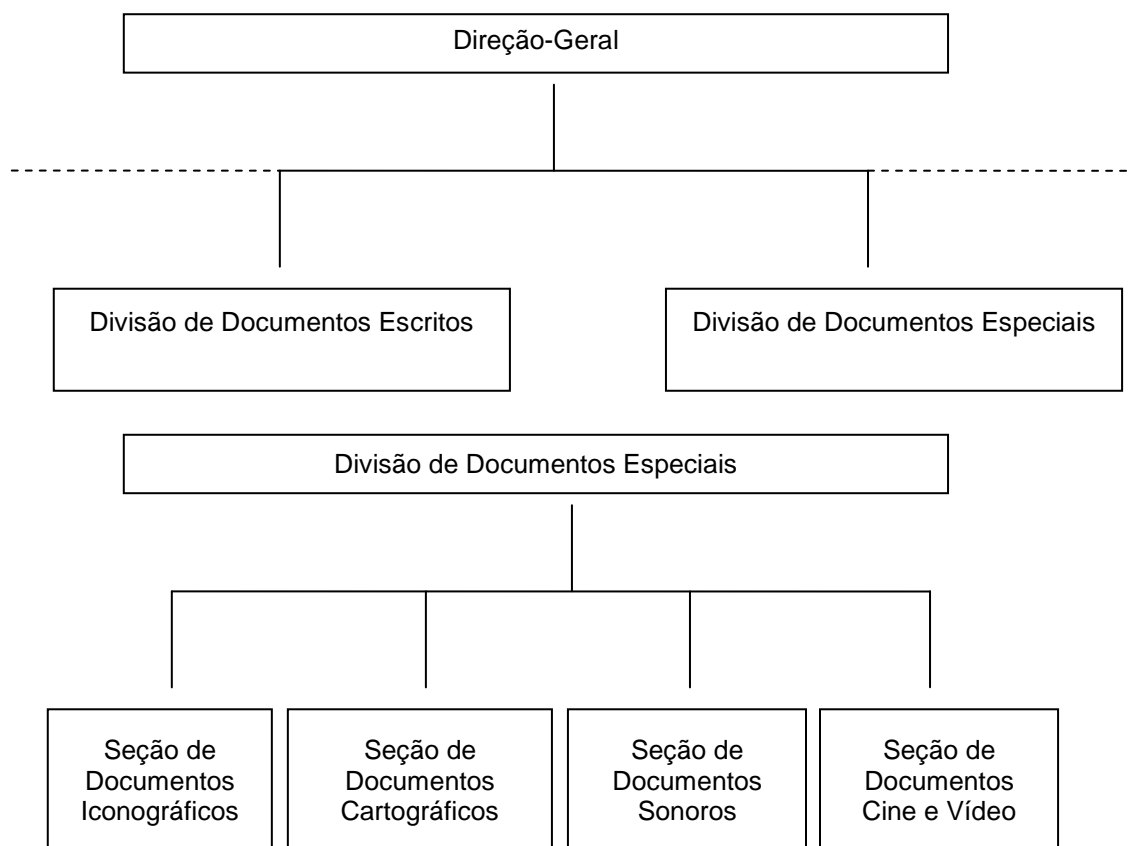


Fonte: elaboração própria.

Este regimento não entrou oficialmente em vigor.

Na segunda metade da década de 1980, outra proposta de regimento interno foi apresentada para o Ministério da Justiça. Nesta nova proposta de estrutura, a Divisão de Documentos Especiais ficava ligada diretamente à Direção-Geral da instituição.

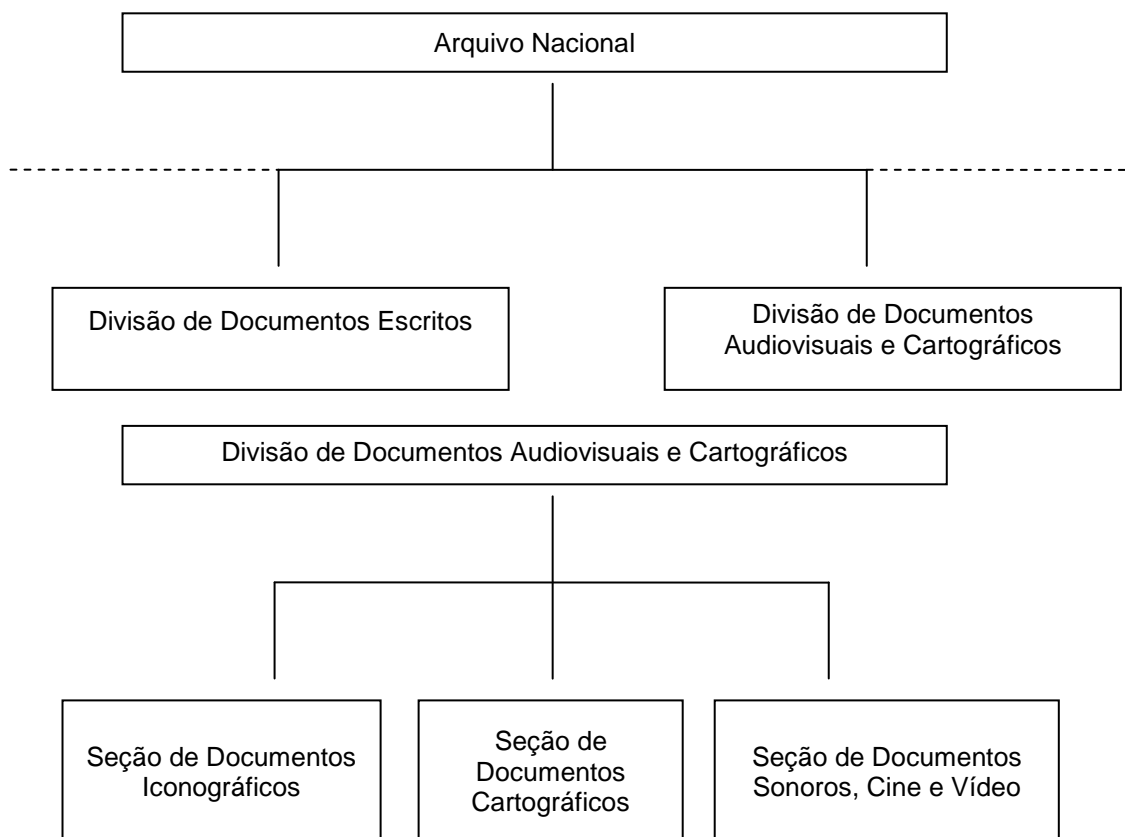
Figura 10: Proposta de Estrutura da Divisão de Documentação Audiovisual, do Arquivo Nacional, na segunda metade da década de 1980.



Fonte: elaboração própria.

A portaria nº 384, de 12 de julho de 1991, cria a Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, com três seções: Seção de Documentos Iconográficos, Seção de Documentos Cartográficos e Seção de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo.

Figura 11: Estrutura da Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, do Arquivo Nacional, em 1991.



Fonte: elaboração própria.

O Artigo nº 12, do regimento interno aprovado em 1991, estabelece as competências da Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos: "administrar a guarda e o controle intelectual e físico da documentação audiovisual e cartográfica, bem como garantir o acesso e propiciar os meios para a disseminação das informações" (BRASIL, 1991)

Os regimentos internos publicados pelas portarias nº 173, de 8 de abril de 1992 e nº 617, de 17 de agosto de 1994, não alteram a estrutura do regimento anterior.

Em todas as alterações estruturais citadas acima, a unidade responsável pelos documentos especiais não tinha qualquer relação com a unidade responsável pelos documentos textuais. Estas unidades mantinham o mesmo grau na hierarquia da instituição.

Este quadro altera-se por meio da portaria nº 16, de 4 de julho de 2001, que cria a Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo com as seguintes coordenações: Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, Coordenação de Documentos Escritos e Coordenação de Preservação do Acervo.

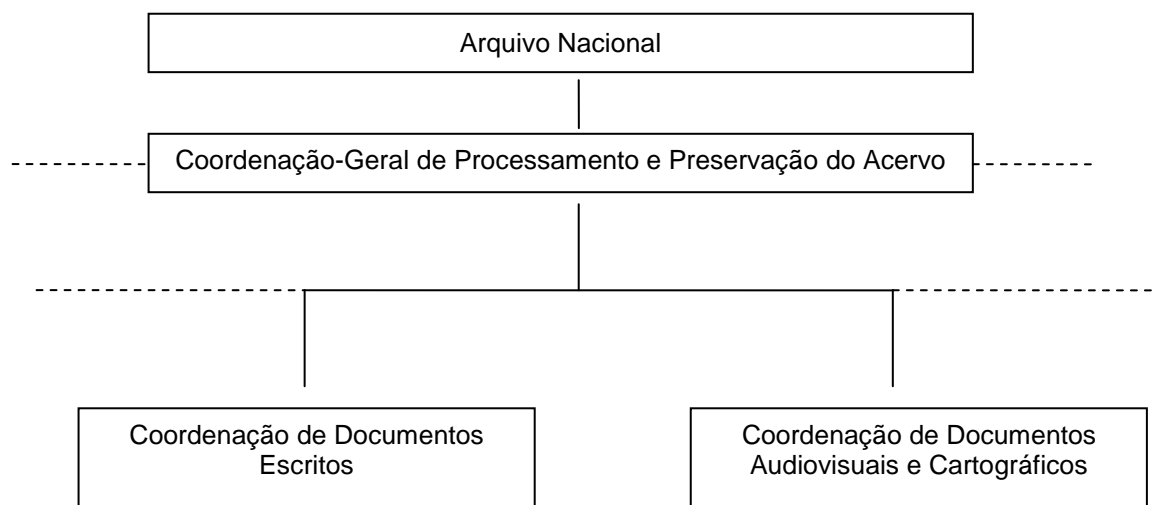
Nesta estrutura, uma coordenação geral integra as coordenações de documentos textuais e especiais, mantida os níveis de independência entre elas. Outro dado que merece destaque é que a partir desta estruturação, somem do regimento interno da instituição as unidades específicas para processamento técnico dos diversos tipos de documentos especiais. Estas unidades, a partir desta estruturação, passam a ser informais na estrutura da instituição.

O Artigo nº 14, da Portaria nº 16, de 4 de julho de 2001, que dispõe sobre o regimento interno do Arquivo Nacional, estabelece que compete à Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos:

- II - arranjar e descrever os documentos cartográficos, iconográficos, sonoros e de imagens em movimento, sob sua guarda;
- III - elaborar instrumentos de pesquisa a serem utilizados pela Coordenação de Atendimento a Usuários;
- VI - gerenciar os depósitos e promover a preservação do acervo sob sua guarda;
- VIII - executar a reprodução de documentos sonoros e de imagens em movimento, com vistas ao atendimento ao usuário;
- IX - subsidiar a Coordenação de Gestão de Documentos com informações quanto ao desmembramento de fundos arquivísticos e transferência interna do acervo. (BRASIL, 2001)

Duas novas portarias que instituem o regimento interno do Arquivo Nacional foram publicadas: nº 42, de 8 de novembro de 2002, e nº 2.433, de 24 de outubro de 2011. Ambas mantiveram a mesma estrutura definida pela portaria nº 16, de 4 de julho de 2001.

Figura 12: Estrutura da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, do Arquivo Nacional, em 2001.



Fonte: elaboração própria.

As diversas estruturas internas pelas quais passou o Arquivo Nacional desde sua criação, tendem a refletir as diversas modificações estruturais do Estado brasileiro. No que tange aos documentos especiais, e no que pese as alterações estruturais, eles permaneceram institucionalizados desde o ano de 1958. Uma área específica, dentro da estrutura interna da instituição, para processamento técnico dos documentos especiais, ratificam a importância destes documentos como documentos arquivísticos.

Observa-se na estrutura do Arquivo Nacional, desde o ano de 1958, um setor responsável pelo processamento técnico dos documentos escritos no mesmo nível hierárquico do setor responsável pelo processamento técnico dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros.

Enquanto o setor de documentos escritos divide-se em seções conforme uma lógica de nível de poder/produtores dos documentos, o setor de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros divide-se em seções por meio da linguagem/suporte dos documentos.

Embora com diversos nomes, o setor objeto desta análise sempre esteve responsável pela custódia e tratamento técnico dos documentos audiovisuais, iconográfico e sonoros, entendidos por esta pesquisa como documentos especiais, e

os documentos cartográficos.

Percebe-se uma nítida divisão entre os documentos tradicionais e os ditos especiais. Além dessa divisão, a sobreposição de atribuições entre os dois setores também pode ser percebida, ou seja, o setor que faz o arranjo dos documentos textuais é diferente do setor que faz o arranjo dos documentos especiais, dentro de um mesmo fundo. Chama-se atenção ao fato de que esta sobreposição de atividades pode levar a perda da organicidade dos diversos tipos de documentos que compõem um fundo de arquivo.

Na década de 1980, o Arquivo Nacional implementa o seu programa de modernização institucional-administrativa. Este programa foi arquitetado a partir do diagnóstico dos principais problemas da instituição, desde sua criação em 1838, e perspectivas futuras.

O objetivo deste programa era dotar o Arquivo Nacional de aparatos para recolhimento, processamento técnico e difusão dos acervos por ele custodiados. Para este objetivo, quatro ações foram realizadas: identificação do acervo recolhido e a ser recolhido pela instituição; arranjo de séries e fundos documentais; apoio aos trabalhos de identificação e arranjo; e implementação do SINAR. (BRASIL, [198-]a)

No que se refere aos documentos especiais, dentro das quatro ações destacadas acima, a então Divisão de Documentos Especiais¹⁴ contou com as atividades de identificação do acervo e a elaboração de modelos de organização destes documentos.

A experiência de trabalho desenvolvida na execução do programa de modernização permitiu a divulgação de um método de abordagem capaz de processar grandes volumes documentais de natureza pública. Método aplicável a documentos textuais ou aos documentos chamados não-convencionais (discos, fitas, filmes, fotografias, vídeos etc.), depositados na maior parte dos arquivos públicos, poderá sofrer adaptações e acréscimos que contribuirão decisivamente para a consagração de uma metodologia brasileira na organização dos seus arquivos públicos. (BRASIL, [198-]a, p. 23)

Observa-se por meio dos relatórios de gestão da década de 1980, o apontamento de que a então Divisão de Documentos Especiais constituía-se um dos

¹⁴ Divisão proposta no regimento interno elaborado na década de 1980, enviada ao Ministério da Justiça e não aprovado. O relatório de atividades do Arquivo Nacional, 1980-1984, faz referência a esta divisão.

setores do Arquivo Nacional onde mais se podia observar a introdução de modificações estruturais, fruto do programa de modernização do Arquivo Nacional.

4.4.2 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

As informações relativas aos organogramas, estrutura interna e regimentos internos foram obtidas por meio de um compilado de atos legais fornecidos via Divisão de Acesso à Informação - Sala de Consulta da própria instituição, denominado "Legislação para a história administrativa do APERJ".

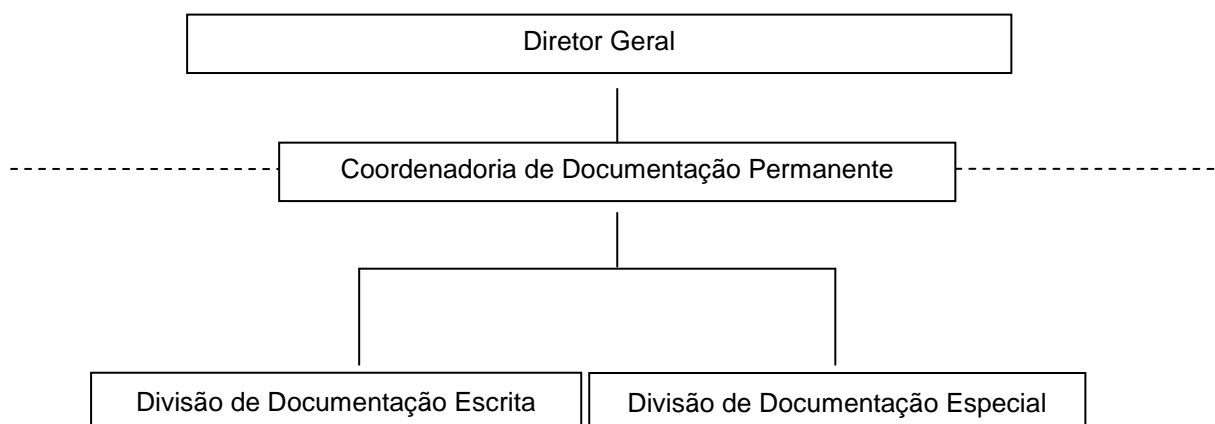
Foi realizada pesquisa de regimentos internos no Sistema de Atos Oficiais do Executivo - Governo do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.atosdoexecutivo.rj.gov.br/publico>), com os seguintes termos: "Arquivo Público do Estado" e "Arquivo Público", no dia 26 de março de 2014.

Outra pesquisa via e-mail, com a assessoria do APERJ, entre os dias 21 e 22 de maio de 2014, complementaram as informações pesquisadas.

A partir destes dados, o APERJ só possui três regimentos internos que disponibilizam sua estrutura hierárquica.

A resolução nº 478, da Secretaria de Estado da Justiça, de 26 de julho de 1994, dispõe sobre o regimento interno do APERJ. Neste regimento há uma Coordenadoria de Documentação Permanente, com duas divisões subordinadas: a Divisão de Documentação Escrita e a Divisão de Documentação Especial.

Figura 13: Estrutura da Coordenadoria de Documentação Permanente do APERJ, em 1994.



Fonte: elaboração própria.

A resolução nº 151, da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, de 9 de julho de 2009, aprova o regimento interno do APERJ. Nesta estrutura, observa-se uma Divisão de Documentos Permanentes, sem nenhuma subdivisão, diferentemente do regimento interno de 1994. Pode-se inferir, a partir destes dados que uma única equipe realiza o processamento técnico arquivístico tanto para os documentos especiais, como para os documentos textuais.

A resolução nº 339, da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, de 20 de março de 2014, altera o regimento interno do APERJ. A Divisão de Documentos Permanentes é alterada para Divisão de Processamento Técnico, com as seguintes competências:

I - a identificação, arranjo e descrição dos documentos textuais de valor permanente.

II - a identificação, arranjo e descrição de fotografias, mapas, plantas, desenhos, fitas audiomagnéticas, discos, fitas videomagnéticas e outros documentos especiais não escritos. (RIO DE JANEIRO, 2014)

Apesar de apenas um setor para de processamento técnico do acervo, nas competências da divisão a identificação, arranjo e descrição dos documentos textuais e especiais são separados. Isso tende a refletir, portanto, na estrutura interna da instituição.

4.4.3 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Os dados relativos aos organogramas, estrutura interna e regimentos internos foram obtidos por meio da publicação intitulada: “Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arcagrande e boa” na história carioca”, de autoria de Maria Celina Fernandes e publicado pelo próprio Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro¹⁵.

Os atos legais foram acessados na íntegra através do portal Legislação Municipal da cidade do Rio de Janeiro (<http://informaweb.rio.rj.gov.br/>).

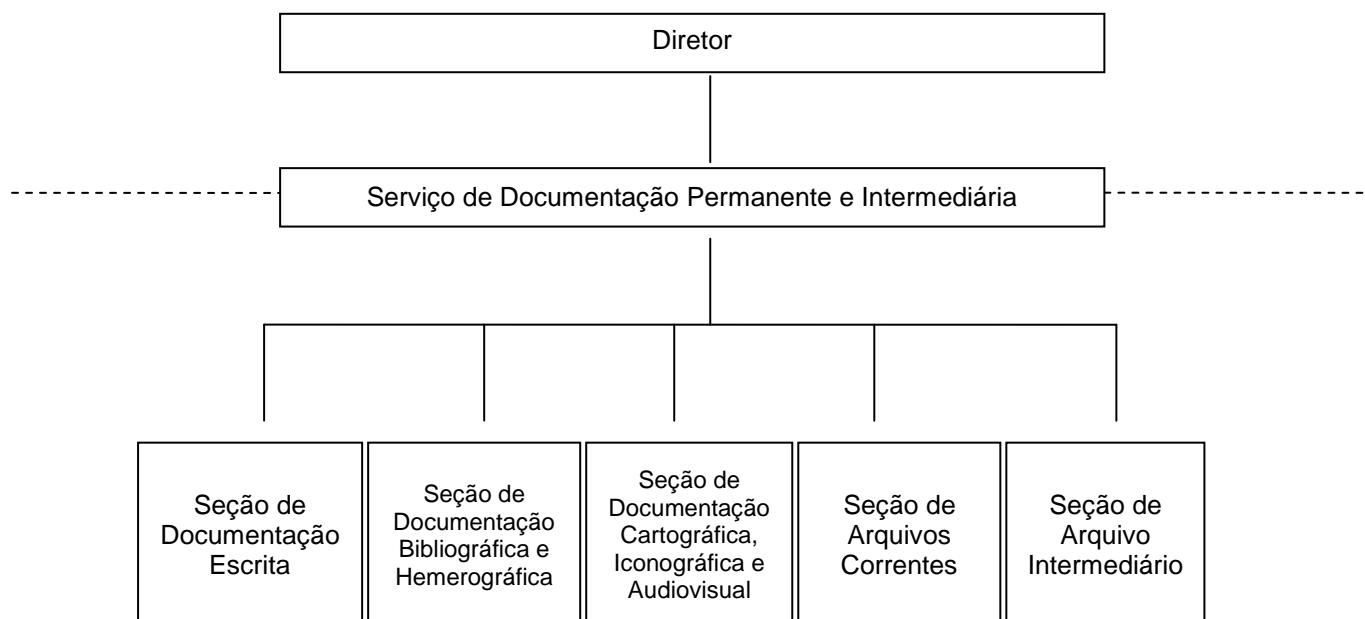
No ano de 1894, por meio do Decreto Executivo nº 25, a então Diretoria de Arquivo Geral da Diretoria Geral do Interior e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal foi incumbida de “recolher, guardar e conservar, devidamente classificados, os documentos escritos, impressos, **iconográficos** e cartográficos, relativos à história e à administração do município do Rio de Janeiro” (FERNANDES, 2011, p. 109, grifo nosso)

Ressalta-se, por meio deste decreto, a custódia de documentos especiais no então Arquivo Geral da Diretoria Geral do Interior e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal. Esta custódia não significou, de imediato, uma estrutura específica para processamento técnico destes documentos.

No ano de 1979, o regimento interno do AGCRJ, subordinado ao Departamento Geral de Cultura, aprovado pelos decretos nº 2052 e 2053, de 6 de março de 1979 e alterado pelo decreto nº 2849, de 13 de novembro de 1980 cria a Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual. Esta seção fica subordinada ao Serviço de Documentação Permanente e Intermediária.

¹⁵ A obra foi indicada pelos funcionários do AGCRJ, por meio de pesquisa de fontes realizada por e-mail no período de 13 a 18 de fevereiro de 2014.

Figura 14: Estrutura do Serviço de Documentação Permanente e Intermediária do ACGRJ, em 1979.



Fonte: elaboração própria.

A Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual tinha como competências:

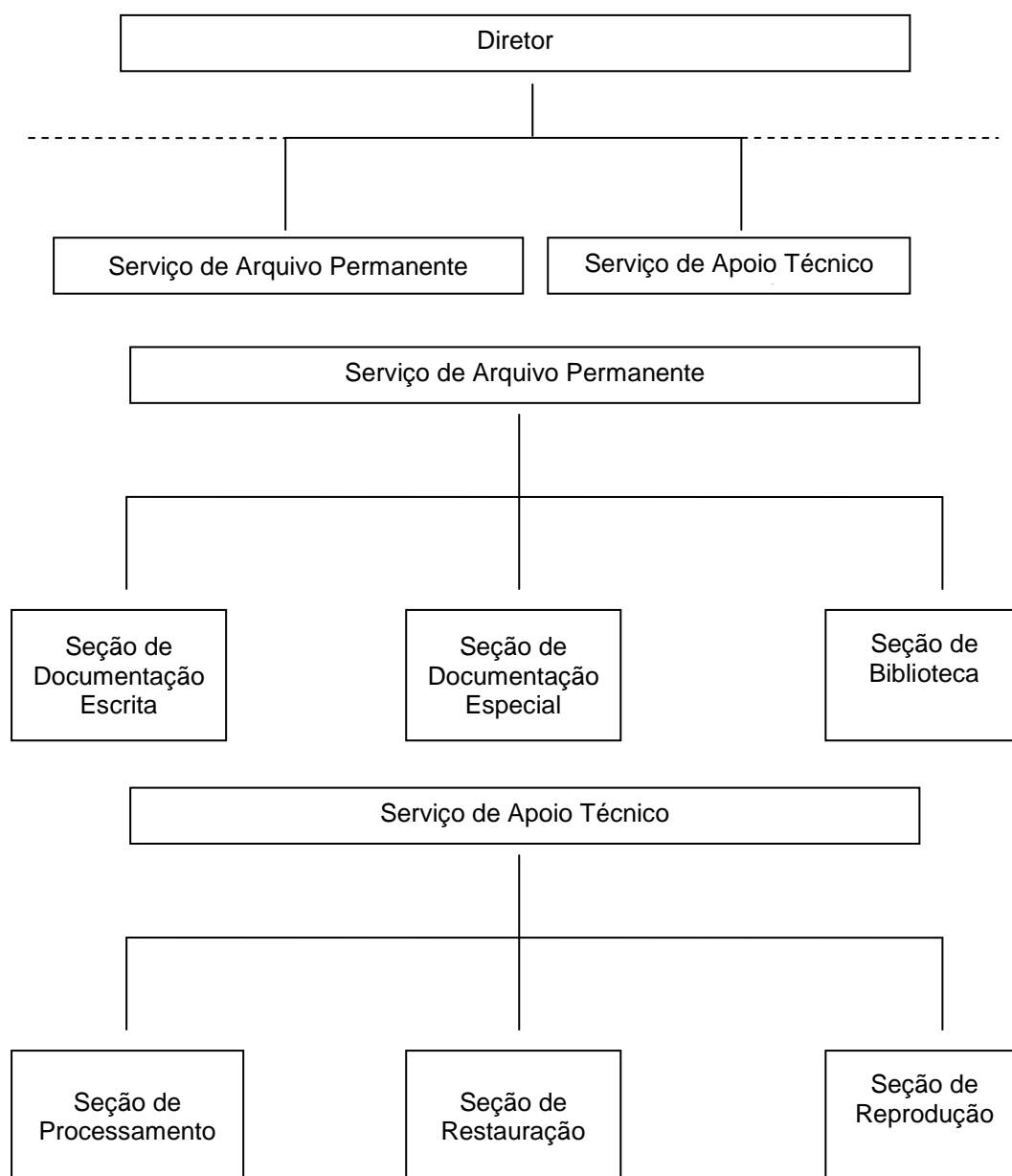
- I. Custodiar, inventariar, conservar e eventualmente propor a aquisição de registros iconográficos referentes ao espaço socialmente organizado do atual Município do Rio de Janeiro;
- II. Custodiar, inventariar, conservar e eventualmente propor a aquisição de registros cartográficos referentes ao espaço socialmente organizado do atual Município do Rio de Janeiro;
- III. Custodiar, inventariar, conservar e eventualmente propor a aquisição de registros fonográficos e cinematográficos referentes ao espaço socialmente organizado do atual Município do Rio de Janeiro;
- IV. Custodiar e conservar as reproduções em microfimes, filmes, ou outras modalidades, pertencentes ao acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, mantendo atualizados os instrumentos necessários à consulta da documentação; [...] (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1979-1980)

Já é possível notar uma estrutura específica para os documentos especiais, separados da estrutura dos documentos escritos. Porém, esta estrutura específica não era responsável pelo tratamento técnico arquivístico dos documentos, bem como sua preservação. Estas atividades eram de responsabilidade do Serviço de

Apoio Técnico, que era subdividido em três seções: Seção de Processamento Técnico, Seção de Preservação e Restauração e Seção de Reprodução e Microfilmagem.

A Resolução nº 11, de 23 de setembro de 1986, altera a estrutura do AGCRJ, que passa a vigorar da seguinte maneira (FERNANDES, 2011, p. 297):

Figura 15: Estrutura do Serviço de Arquivo Permanente e Serviço de Apoio Técnico do ACGRJ, em 1986.



Fonte: elaboração própria.

Segundo Fernandes (2011, p. 300), em 26 de maio de 1988, foi publicado o Decreto nº 7.666, que altera a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura e conseqüentemente a do AGCRJ (órgão subordinado). Tal medida teve como objetivo a redução de despesas, após anúncio, pelo prefeito, da falência financeira da cidade. O AGCRJ teve sua estrutura reduzida e a Seção de Documentação Especial foi extinta, além de outras alterações estruturais.

O AGCRJ passa a contar com uma Divisão de Arquivos, subdivididas em: Serviço de Arquivo Permanente, Serviço de Arquivo Intermediário e Serviço de Apóio Técnico.

Por esta nova estrutura, os documentos ficam sob a responsabilidade de uma única unidade (no caso de documentos permanentes), independente da linguagem, formato ou suporte.

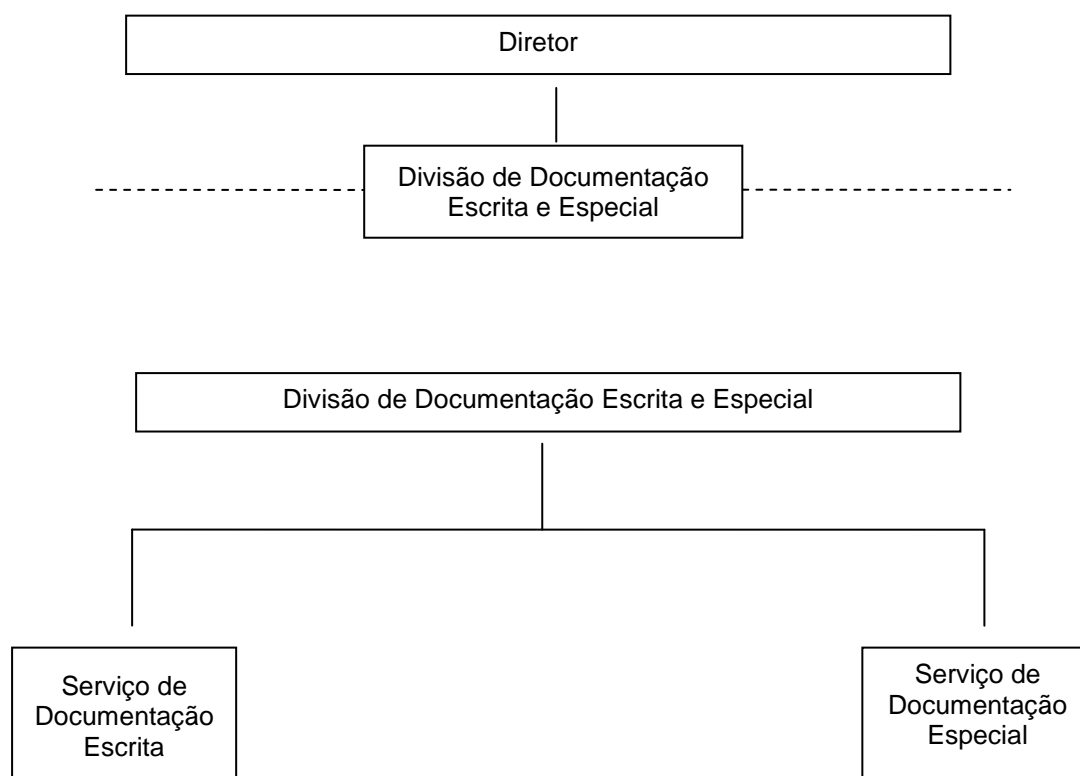
Uma nova estrutura foi estabelecida por meio do Decreto nº 8.356, no ano de 1989. Nesta nova estrutura, uma Divisão de Arquivos era subdividida em Serviço de Documentação Escrita e Serviço de Apoio Técnico. (FERNANDES, 2011, p. 302).

Nota-se que não há nesta estrutura um serviço que seja responsável pelos documentos especiais, somente um serviço que trate dos documentos textuais. Sobre isso, Fernandes destaca (2011, p. 302, grifo nosso):

Helena Corrêa Machado, que ainda exercia o cargo de diretora do Arquivo Geral da Cidade, preocupada com as conseqüências danosas que as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.356 acarretariam ao funcionamento do órgão, apresentou ao diretor do DGD, o professor Eptácio José Brunet Paes, por meio do Ofício nº 08/89 ,564 uma proposta de reestruturação do órgão. Esta proposta pretendeu propor alterações tanto na área técnico-arquivística, quanto na de apoio cultural, de modo que o desempenho das funções do órgão não fosse prejudicado. **Assim, propôs que na Divisão de Arquivos a denominação do Serviço de Apoio Técnico fosse alterada para Serviço de Documentação Especial e Apoio Técnico, para que este pudesse incorporar o Serviço de Documentação Especial, que fora extinto, apesar de ter a responsabilidade de executar o processamento técnico de um amplo acervo composto por fotografias, gravuras, plantas, mapas, filmes e fitas gravadas de valor documental inestimável.** Alegou que a ampliação da denominação do Serviço de Apoio Técnico não acarretaria novas despesas e diminuiria o prejuízo causado pela extinção do Serviço de Documentação Especial, cujas funções foram suprimidas na nova estrutura do Arquivo Geral da Cidade.

Em 10 de outubro de 1991, o Decreto nº 10.628 define uma nova estrutura para o AGCRJ.

Figura 16: Estrutura da Divisão de Documentação Escrita e Especial do ACGRJ, em 1991.



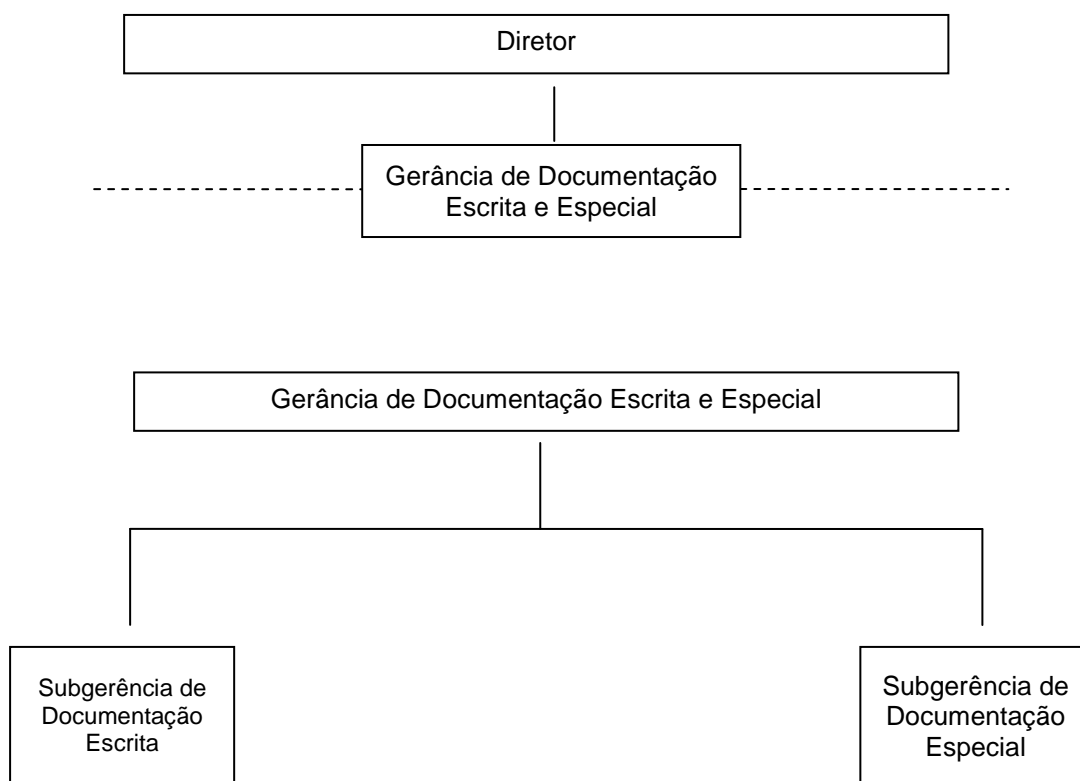
Fonte: elaboração própria.

Observa-se o retorno de um serviço específico para os documentos especiais, na estrutura do AGCRJ, na mesma posição hierárquica do serviço responsável pelos documentos escritos.

O Decreto nº 26.970, de 1 de setembro de 2006, modifica a denominação dos serviços e seções, mas mantém a mesma estruturação interna da instituição. As divisões se transformam em gerências e os serviços se transformam em subgerências.

Atualmente, o AGCRJ tem como estruturação interna de processamento técnico arquivístico dos seus acervos:

Figura 17: Estrutura Gerência de Documentação Escrita e Especial do ACGRJ, em 2006.



Fonte: elaboração própria.

A análise das estruturas internas das três instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro permitiram verificar, ao longo do tempo, a influência da categoria documentos especiais na estruturação interna destas instituições.

Estas configurações estruturais, nas três instituições analisadas, guardam similaridades e demonstram a preocupação das mesmas com estes documentos.

Comparando com a realidade das quatro instituições internacionais acima mencionadas, as três instituições brasileiras guardam semelhanças com o modelo estrutural do Archives Nationales da França. Esta semelhança ratifica a influência da escola francesa na Arquivologia brasileira.

4.5 AS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas entre os dias 7 e 17 de março de 2014 e ocorreram nas próprias instituições onde atuam os entrevistados. Foi solicitado aos entrevistados a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, com objetivo de comprovar a participação voluntária dos entrevistados. Utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice A).

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e foi assegurado aos mesmos o anonimato, ou seja, não serão identificados nesta pesquisa os nomes dos entrevistados, bem como a instituição em que atuam. Para identificação dos entrevistados, será utilizada a seguinte codificação: entrevistado 1 (E1), entrevistado 2 (E2) e entrevistado 3 (E3).

Justifica-se esta opção o fato da pesquisa não ter como objetivo identificar ou comparar a forma de estruturação e atividades individuais de cada instituição, senão no seu conjunto. Além disso, ao optar pelo anonimato dos entrevistados, pensou-se em deixá-los mais a vontade para responder as perguntas.

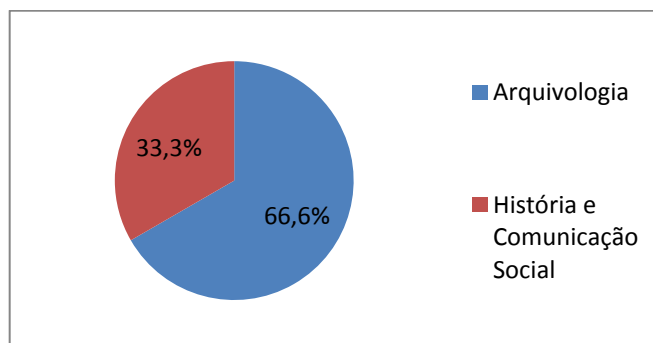
Na primeira parte da entrevista semi-estruturada, procurou-se identificar o perfil dos entrevistados.

Conforme apontado na metodologia da pesquisa, os três entrevistados são responsáveis por uma área de processamento técnico arquivístico de documentos especiais. Dois entrevistados são responsáveis diretos pela área de processamento técnico de documentos especiais e um entrevistado é o responsável pela área de processamento técnico de documentos escritos e especiais (embora esta área seja subdividida em outras duas áreas: documentos escritos e documentos especiais).

O tempo de atuação no cargo entre os entrevistados é: dois entrevistados (66,6%) estão há 3 anos no cargo atual e um entrevistado (33,3%) há um ano.

Dos três entrevistados, dois (66,6%) são graduados em Arquivologia e um (33,3%) possui graduação em História e Comunicação Social.

Quadro 5: Formação Acadêmica dos Entrevistados.



Fonte: elaboração própria.

Dois entrevistados (66,6%) possuem pós-graduação *Lato sensu* (especialização), um em História do Brasil Pós-30 e Docência do Ensino Superior e o outro em Comunicação Empresarial.

Apenas um entrevistado (33,3%) possui mestrado, em História Social. Nenhum entrevistado possui doutorado.

Quadro 6: Formação Acadêmica dos Entrevistados.

Titulação acadêmica	Número	Percentual
Graduação	3	100%
Especialização	2	66,6%
Mestrado	1	33,3%
Doutorado	0	0%

Fonte: elaboração própria.

4.5.1 O que dizem os atores responsáveis pelo setor de processamento técnico dos documentos especiais?

- A noção de documentos especiais

A partir das falas dos entrevistados (E1 e E2), é possível perceber um entendimento parecido, acerca do conceito/noção de documentos especiais, entre

dois entrevistados.

É aquele que precisa de um acondicionamento diferente dos demais documentos. Temos uma reserva térmica, para esses documentos que tem umidade e temperatura controlada, junto com o pessoal da divisão de preservação de documentos. São considerados documentos que tem uma necessidade de ambientação diferente. (E2)

Esse conceito de documentos especiais foi pensado e consolidado a partir do momento em que havia uma necessidade em trazer para a discussão arquivística os documentos como fotografia, cinema, documentos sonoros, mapas, ou seja, aqueles documentos não convencionais, aqueles documentos de tamanhos diferenciados que necessitavam de equipamentos para leitura, documentos não tradicionais, não textuais basicamente. [...]. Designou-se esse termo, documentos especiais, justamente para você, entre aspas, entre muitas aspas, incorporar estes documentos a discussão arquivística, mas mesmo assim, mantendo um distanciamento [...]. Nós vamos tratar, mas ao mesmo tempo não sabemos como tratá-lo, então se escolheu este termo [documentos] especiais que ainda, na prática, é vigente. (E3)

O posicionamento do entrevistado E1 é oposto ao entendimento colocado pelos entrevistados E2 e E3.

Eu não concordo. Eu sei que há uma grande discussão, mas eu realmente não concordo muito com, [o termo], ditos especiais [...] (E1)

É um pouco complicado. Como eu trabalho numa instituição histórica, qualquer documento para mim vai ter um tratamento especial, porque eu particularmente vejo todo o documento frágil. Nós temos documentos aqui de 1567, o mais antigo na verdade nosso é de 1569, [...] então, para mim, qualquer documento vai ser especial (E1)

O entrevistado E1 parte da premissa que todo documento é especial, independente do suporte ou linguagem, porque necessita de um tratamento especial. Este posicionamento tende a refletir a sua prática arquivística num arquivo público, onde há depositados documentos textuais antigos e, portanto, necessita de um tratamento especial. Este posicionamento reforça o que já foi exposto

anteriormente nesta pesquisa, o documento especial foi assim definido por questões de preservação, ou seja, ele merece atenção especial, principalmente no que tange a sua preservação.

Quando perguntado ao entrevistado E1, o que a sua instituição entende por documento especial, tem-se a seguinte resposta:

São documentos que não são em suporte de papel. Porém, uma observação, o iconográfico não deixa de ser um papel, mas eles tratam como se fosse uma coisa diferente, como documento especial por ser uma folha de papel diferente. Os mapas, documentos fílmicos e imagéticos tratam como [documento] especial. (E1)

Interessante notar uma nítida discordância do entrevistado E1 com o termo documento especial. Quando o entrevistado questiona o documento iconográfico como documento especial, já que o mesmo "não deixa de ser um papel", parte-se do pressuposto de que o entrevistado entende o documento especial enquanto seu suporte diferenciado ou frágil.

Nesta pesquisa, como já mencionado anteriormente, o documento especial é aquele que possui uma linguagem audiovisual, iconográfica e sonora, e um suporte geralmente frágil.

Ao analisarmos as resposta dos três entrevistados é nítida a ênfase no seu suporte. Apenas o entrevistado E3 abordou a questão da linguagem, mesmo que de forma incipiente.

- A estrutura interna de processamento técnico dos documentos especiais

Foi perguntado aos entrevistados como se configura a estruturação interna da instituição, com relação aos setores de processamento técnico e preservação dos acervos por ela custodiados. Obteve-se como resposta¹⁶:

¹⁶ As informações referentes aos entrevistados (E1, E2, E3) não serão fornecidas nestas respostas. Esta pergunta visa complementar as informações analisadas nos regimentos internos, atos legais e organogramas das instituições. A não identificação visa manter o anonimato das fontes, não permitindo relacionar a codificação do entrevistado à sua respectiva instituição.

É uma gerência [de preservação] que está, estruturalmente, abaixo da minha gerência [de documentos escritos e especiais], mas não deixa de ter um papel fundamental na minha, porque a gente acaba conversando muito sobre essa questão de preservação. O processamento e a preservação estão interligados. A qualquer momento a gente pode solicitar um parecer técnico de preservação para eles e vice-versa.

[Entrevistador: esses setores são subordinados ao seu, são três setores (preservação, documentos escritos e documentos especiais) independentes?].

É, o meu setor e mais outros dois interligados diretamente a mim. Estruturalmente o setor de preservação está abaixo da minha gerência, não está vinculado diretamente. Tem a gerência de apoio técnico [responsável pelo setor de preservação] que não deixa de ser uma gerência também, mas que é uma gerência que hierarquicamente está abaixo da minha, não é interligado diretamente. (AGCRJ)

O SDE (Serviço de Documentos Especiais) está dentro da Divisão de Documentos Permanentes. A gente trabalha articulado com as outras divisões aqui no arquivo para o tratamento dos acervos, no caso a divisão de preservação de documentos.

[Entrevistador: dentro desse setor de arquivo permanente também tem um setor no mesmo nível hierárquico do seu, ou seja, um chefe de serviço para documentos textuais?]

Sim e não, vou explicar. Como é uma estrutura pequena, tem o SDE e tem a Divisão de Documentos Permanentes, não como serviço. A Divisão de Documentos Permanentes é composta do SDE e os outros funcionários que trabalham voltados para documentação textual. Cada um pega uma frente de trabalho, então é como se eles fossem responsáveis por determinados fundos e coleções textuais, mas dizer que se tem um chefe de serviço de documentos textuais, não, não tem. (APERJ)

O Arquivo Nacional, ele é dividido em coordenações gerais. Falando da nossa coordenação geral, existe uma Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo, que na prática é a coordenação que trabalha com o acervo documental. As outras [coordenações gerais] são de gestão de documentos, administração, pesquisa, acesso, difusão e consulta. Mas a que realmente faz o processamento técnico, que faz a guarda, que faz a custódia, que faz a preservação, é a nossa Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. [...] Essa coordenação se divide em três coordenações aqui na sede, uma que é a Coordenação de Documentos Escritos, a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos [...] e a Coordenação de Preservação. A Coordenação de Preservação, ela interage com as duas primeiras, então ela faz todo um trabalho conjunto, até porque no nosso caso, nós trabalhamos muito com procedimentos de conservação, conservação

preventiva, e, em alguns casos, até mesmo com pequenos reparos [...]. Nós ficamos responsáveis pelo tratamento da informação [...]. (ARQUIVO NACIONAL)

Por meio dessas respostas, é possível ratificar e complementar a estruturação interna das instituições, já apresentado nesta pesquisa. Destaca-se o fato do APERJ possuir uma Seção de Documentos Especiais, subordinada a Divisão de Documentos Permanentes. Esta seção não consta na estrutura disposta na Resolução nº 339, de 20 de março de 2014, ainda vigente.

Quando perguntados se a estrutura interna vigente atende as atividades de processamento técnico desenvolvidas no âmbito dos documentos especiais, obtiveram-se as seguintes respostas:

Enquanto estrutura organizacional, sim. A estrutura que nós temos aqui funciona. (E2)

Em parte, sim. A nossa coordenação é subdividida em supervisões, cada supervisão tratando um gênero documental [...]. Cada documento vai para sua área de atuação, só que ele é tratado em separado. Muitas vezes, por mais que se pense, por mais que a gente faça reunião de planejamento, que a gente faça uma série de estudos, capacitação, treinamento, mesmo assim a gente não conseguiu, e eu acho que a gente nunca vai conseguir nessa estrutura, fazer um trabalho de forma mais integrada. Historicamente você tem profissionais ligados a essas áreas, que estão aqui [...] há muito tempo e que já tem uma prática estabelecida. Agora, se você me pergunta se realmente atende as expectativas, eu colocaria que atende em parte. (E3)

Sim, atende. Hoje me atende porque eu consegui interligar, eu consegui realmente interligar [os setores]. Antigamente, realmente uma [área] não conversava muito com a outra [área], mais por questões pessoais, entendeu [...]. A gente consegue agora, estamos conseguindo harmonizar todo o procedimento para o tratamento do acervo, agora sim a gente está caminhando. Atende, atende perfeitamente. (E1)

Apesar da maioria dos entrevistados concordarem com a estrutura vigente na instituição, o entrevistado E3 ressalta que a estrutura vigente na sua instituição é um impedimento ao trabalho integrado: "eu acho que a gente nunca vai conseguir nessa estrutura, fazer um trabalho de forma mais integrada".

- A separação física dos documentos especiais dos demais documentos de um fundo de arquivo

Apesar de setores fisicamente separados na estrutura interna das três instituições arquivísticas, no que tange aos documentos textuais e documentos especiais, buscou-se verificar se esta separação estrutural acarreta uma separação dos diversos documentos que compõem um fundo de arquivo.

Para isso, foi perguntado aos entrevistados se os documentos especiais são fisicamente separados dos outros tipos documentais.

Sim, na maior parte [das vezes]. Nós temos alguns processos, por exemplo, [...], que é de documentos escritos, em que as fotografias ficam juntas. Nós temos, por exemplo, as fichas consulares em que as fotografias ficam juntas. A gente tem alguns documentos referentes à ditadura militar em que as fotografias ficam juntas. [...] Mas de modo geral, acredito que 90% das vezes, os documentos ditos especiais eles são retirados daquele conjunto para preservação, para o tratamento e um melhor acondicionamento. (E3)

É, vamos dividir em dois momentos. Hoje, atualmente, é assim feito. [...] Por exemplo, semana passada chegou uma coleção, então já é separado, isso aqui é material que já vai para o [setor de documentos especiais], isso daqui é material que vai para o resto da divisão permanente, que é outro depósito. Já é separado. [...] Depois que é tratado é separado sim, mantendo a unidade intelectual de tudo. É separado fisicamente. Mas no caso de ser uma fotografia no meio, dentro de um documento, a foto está inserida dentro de um documento textual, ela é tirada, mas ali fica uma guia informando que ali havia uma foto e que a foto foi retirada. Só que houve um momento anterior de não se fazer isso, então nós temos muitos acervos que ainda estão misturados. (E2)

Sim, alguns sim e outros não. Se for fita cassete, eu até prefiro que não se misturem [...]. Todos os nossos depósitos são climatizados, são monitorados duas vezes ao dia, e não é um depósito que a gente sempre está entrando e pegando documentação. [...] Então, até prefiro que seja assim, o que for fita cassete ou cd fica junto [dos documentos textuais]. (E1)

A separação física entre os documentos textuais e os documentos especiais, a partir das respostas dos entrevistados, tende a refletir a estrutura internas destas instituições, bem como a preocupação com a preservação dos documentos. Nota-se, a partir da fala dos entrevistados E1 e E3 a preocupação com a preservação

destes documentos.

- A organicidade e o controle do inter-relacionamento dos documentos especiais com os demais documentos de um fundo de arquivo no momento da separação física

Sendo os documentos especiais, salvo poucas exceções, separados fisicamente dos outros documentos que compõem um fundo/coleção, há um meio utilizado, no momento da separação, que garanta o inter-relacionamento dos documentos? Se a separação física refletir em uma separação intelectual, há perda de vínculo orgânico entre os documentos que compõem um fundo de arquivo. O que dizem os entrevistados?

O nosso instrumento principal, nós fazemos um inventário, um instrumento de pesquisa. No instrumento de pesquisa é que vão ter alguns campos da NOBRADE: a história arquivística, a história administrativa, a data-limite. [...] Nós, na nossa base de dados, na codificação ele já junta toda a codificação, então no quadro de arranjo já vem todo ele estruturado em qualquer tipo de suporte. Quando você vê o documento ele já diz o tipo de suporte. No nosso instrumento de pesquisa também vem o quadro de arranjo, especificando qual o tipo de suporte que é em cada, e no nosso instrumento institucional vem a questão de onde ele está no topográfico. Vem dizendo está no depósito tal, estante tal, prateleira tal, entendeu. (E1)

Esse mecanismo, esse instrumento, ele deveria ser feito nas nossas reuniões de planejamento de tratamento daquele acervo. [...]. Então, a partir do momento que você tem um planejamento disso, espera-se que os técnicos mantenham esse tipo de ação. [...]. Há essa necessidade de fazer um trabalho integrado. (E3)

Em um primeiro momento, quando a documentação chega aqui, não tem tratamento nenhum. Na listagem mesmo é feito, [...] tal material foi para o [setor de documentos especiais]. Conforme vai sendo feito o tratamento, nos próprios instrumentos de pesquisa a gente vai elaborando, na descrição do documento, vai mantendo a relação. Fora as guias que acompanham todos os documentos, porque as vezes a separação é total. Separação total que eu quero dizer é assim, as vezes tem documentos que na hora do arranjo eles vão por exemplo fazer parte de uma série que vai ficar exclusivamente pertencente ao [setor de documentos especiais]. Às vezes não, vamos supor um caderno que tinha uma foto, esse caderno vai ter uma descrição e vai estar lá dizendo tanto na descrição quanto no documento físico, nos documentos que são separados a qual outros

documentos eles estão ligados. Atrás da foto vai à identificação de onde é que ele estava, no exemplo do caderno, de onde foi tirada a foto, fica a referência e no instrumento também. Temos toda a precaução para a fotografia não se perder, pois se perdida você nunca mais recupera. (E2)

O quadro de arranjo e o instrumento de pesquisa foram as formas apontadas para se manter o vínculo orgânico dos documentos que compõem um fundo de arquivo.

Apesar de todos os entrevistados garantirem que há um controle das relações orgânicas dos documentos no momento da separação dos mesmos, foi perguntado se eles concordam que a separação física dos documentos especiais com os demais documentos que compõem um fundo de arquivo, sem um devido controle intelectual das relações orgânicas dos documentos, resulta na quebra do vínculo orgânico dos documentos.

Você não só resulta na quebra do vínculo, como você acaba a informação. É como se você apagasse uma informação, você não considerasse aquilo. Você mata o documento. [...] Você acaba com tudo, você acaba com tudo. (E1)

Completamente, absolutamente. Às vezes nós temos a documentação que foi separada de uma forma, eu nem vou dizer incorreta, porque era o contexto da época, o que se pensava a respeito. (E2)

Sem dúvida. Quando você desvincula e você não mantém intelectualmente [a relação entre os documentos], você não percebe mais esse vínculo, não percebe mais como aquele documento foi produzido, porque ele foi produzido, como ele foi produzido, qual a função para qual ele foi produzido. Sem dúvida, você perde o vínculo orgânico. O que nós temos que destacar é o seguinte: esse famoso vínculo orgânico que a gente tanto preza e que a gente tanto fala de sua importância, que é a base da nossa área, que nos diferencia das demais áreas documentais, ela normalmente, infelizmente, mas normalmente, ela é desconsiderada sempre. Até mesmo pelo órgão produtor que não trabalha com classificação, que não faz avaliação, que não faz uma série de coisas, de procedimentos, em que você já perde desde a sua origem. [...]. Eu não conheço uma instituição que faça uma devida classificação desses documentos [audiovisuais, iconográficos e sonoros]. [...]. Então, já vem desvinculado da origem, já perdeu a organicidade. Aqui [no arquivo permanente] a gente refaz, recria artificialmente uma outra organicidade. No caso de arquivos pessoais é mais dramático ainda, porque você quase que obriga aquele conjunto documental a se reorganizar, você cria séries completamente artificiais e aí é um dilema, é complicado. Agora é

claro que você consegue de alguma maneira, através da história arquivística, história administrativa e algumas outras, voltar aquilo que era, mas na verdade, o arquivo é apenas um resquício, o que ficou, o que sobrou, então nunca vai ser exatamente o retrato fiel do que foi produzido. (E3)

Os entrevistados concordaram com a importância deste controle intelectual no momento da separação física dos documentos. Chama atenção o que coloca o entrevistado E1: "você mata o documento. [...] Você acaba com tudo cara, você acaba com tudo."

O entrevistado E1, ao se expressar desta forma, revela o que já é de conhecimento do campo arquivístico: o inter-relacionamento é uma das características do documento de arquivo. Um documento de arquivo não existe fora do seu contexto de origem, isolado como uma peça única.

O entrevistado E3 destaca a importância da classificação arquivística como a atividade responsável pela preservação do vínculo orgânico dos documentos de arquivo. Segundo o entrevistado, se os documentos especiais fossem corretamente classificados, como os documentos textuais, teriam preservados o seu vínculo orgânico ao longo do ciclo de vida dos documentos.

Os entrevistados foram perguntados se já houve a perda do vínculo orgânico, na instituição, dos documentos especiais e os demais documentos que compõem um fundo de arquivo.

Esta é uma pergunta chave para esta pesquisa, que tem como pressuposto que a divisão estrutural das instituições arquivísticas, no que tange aos setores de processamento técnico dos documentos, leva a uma divisão física dos documentos especiais com os demais documentos, o que resulta na quebra do vínculo orgânico dos documentos. Obteve-se como respostas:

Sem dúvida. Todos os fundos documentais aqui presentes, eu acho que presentes em quase todos os arquivos, de alguma maneira você perdeu esse vínculo. De alguma maneira, em maior ou menor caso, mas você tem essa perda. Isso é inevitável. (E3)

Isso acontece. Na estrutura mais antiga isso acontece. Temos um conjunto de cartazes que eles foram retirados [do seu conjunto] sem manter a referência. Você vê que são cartazes que estavam dentro de fichário da polícia política, foi cobrado sobre aquela marca no fichário. Então assim, você não sabe onde saiu e vai fazer diferença para aquele documento onde ele estava. Do ponto de vista histórico,

muda completamente. Do ponto de vista daquele cartaz do partido comunista, se ele estava preso, sei lá, se ele foi apreendido, se ele foi apreendido lá dentro de uma cela do partido, isso faz diferença você saber de onde ele saiu para estar ali num lugar diferente. (E2)

Muitos. Principalmente porque o [arquivo] não dotava de equipamentos que pudessem ler esse tipo de suporte. Porque às vezes até conseguimos pessoal especializado, mas não conseguimos equipamentos ou conseguimos o equipamento, mas não conseguimos pessoal especializado. [...]. Realmente, existem algumas documentações que a gente tem perda de organicidade sim. [...]. Realmente não existia um critério de recolhimento para isso entendeu, às vezes chegava uma parte da documentação, às vezes chegava à outra parte, de suportes diferentes, só que você não tinha um controle de depósito então você perdia tudo aquilo, você acabava tratando tudo como um fundo novo, mesmo sendo [do mesmo produtor]. (E1)

É possível perceber na fala dos entrevistados que já houve perda da organicidade, nas instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, na separação dos documentos especiais com os demais documentos de um fundo de arquivo.

As formas apontadas pelos três entrevistados para manter o controle orgânico dos documentos de um fundo de arquivo, nas instituições, são: instrumentos de pesquisa, guias e listagens.

Uma indagação que surge a partir destas respostas e que foi colocada para os entrevistados: a estrutura interna atual da instituição contribui para essa perda do vínculo orgânico?

Se não tivesse interligação [entre os setores] hoje em dia, de comunicação, eu diria que bastante. A gente tem esse vínculo muito próximo de uma gerência para outra, e a gente consegue conversar bastante e ter uma padronização. (E1)

Sim. Mas como eu disse, foi uma escolha. Você poderia ter montado ou pensado em uma estrutura diferente que poderia ou não dar certo. Existiu aqui no arquivo, numa época que eu não estava que eram projetos por fundos, então cada equipe organizava um fundo independente de ter A, B ou C tipos de documentos. E nesse caso você também não teve um trabalho efetivo, não foi uma coisa otimizada em virtude de um não conhecimento de linguagem específica, questão de preservação, uma série de coisas. Então eu acho que a gente não pode nem crucificar o trabalho, nem falar que o trabalho é maravilhoso, perfeito, porque não é nem uma coisa nem outra. (E3)

[...] Eu acho que estruturas diferentes provocam esse tipo, realmente, de falta de comunicação. (E2)

Em maior ou menor grau, os entrevistados apontaram a divisão da estrutura interna da instituição como uma possível causa para a perda da organicidade entre os documentos especiais e os demais documentos de um fundo de arquivo. Como dito anteriormente, a separação física, e em alguns casos intelectual, dos documentos reflete a separação física institucional.

Algumas falas dos entrevistados, durante as entrevistas, merecem destaque.

Quando perguntado se a estrutura interna vigente hoje na instituição, atende as atividades de processamento técnico desenvolvido no âmbito dos documentos especiais, o entrevistado E3 mencionou:

Eu gostaria muito de pensar e de conseguir que um dia a gente conseguisse passar ao usuário que aquela fotografia, aquele registro sonoro, aquele filme, estava inserido dentro de um contexto, estava inserido dentro de uma atividade que foi desenvolvida pela instituição, ela não está a toa, está separada, não é uma atividade isolada. Gostaria muito que este documento fosse contextualizado, mas existe o que a prática nos fornece e o que a teoria nos fica instigando. O que a gente percebe é que às vezes a prática fala mais alto, porque a gente tem isso, não há como negar, nós temos uma função social, nós temos uma meta que é disponibilizar a documentação ao usuário. É como eu disse, eu prefiro disponibilizar uma documentação em seis meses, mesmo de forma preliminar, mas que o usuário tenha acesso aquela documentação, do que esperar dez anos ou então esperar uma vida inteira, como tem conjuntos documentais aqui que nunca foram tratados, então eu prefiro disponibilizar e depois com outros mecanismos, que há outros mecanismos, você conseguir estabelecer melhor essa organicidade, recuperar o contexto. Até porque não foi o [arquivo] que realizou essa descontextualização, essa documentação já chegou assim dessa maneira, e por mais que você tenha conjuntos documentais que venham para cá mais ou menos juntos, ou seja, vem recolhido ou vem doado de forma muito mais intelectualmente, já não tem essa organicidade, ele vem apenas no mesmo tempo e no mesmo espaço, mas a organicidade já foi para o espaço a muito tempo, e aí você reconstruir isso é um trabalho que demora e as pessoas não sabem como fazer isso também. (E3)

A fala do entrevistado E3 evidencia a não relação orgânica dos documentos especiais com os demais documentos de arquivo de um fundo de arquivo. Dentro do

contexto na qual esta resposta foi dada, pode-se inferir que a estrutura da instituição contribui na separação física e lógica dos documentos.

Ao final da fala, o entrevistado E3 revela que em muitos casos a perda do vínculo orgânico já vem da própria instituição produtora dos documentos. Ao chegar na instituição a documentação já chega sem os vínculos orgânicos estruturados, entre os documentos especiais e os demais documentos produzidos pela instituição.

Chama atenção a opção metodológica de processamento técnico da documentação especial custodiada pela instituição, ou seja, o fato da realização de um tratamento técnico mais rápido para dar acesso aos documentos e posteriormente um tratamento técnico mais detalhado em que se consiga resgatar a ordem original de acumulação dos documentos, com isso, restabelecendo o vínculo orgânico dos documentos.

Ao ser perguntado ao entrevistado E1 a respeito do que ele entende por documentos especiais, foi dito no âmbito da resposta:

Quando eu cheguei aqui, eu fui mapeando depósito por depósito. Essa questão de divisão [de documentos por suporte e em depósitos específicos] é muito cultural e isso acaba sendo cultural não só na instituição, Brasil divide, faz essa divisão. É normal do ser humano dividir as coisas, você classificar as coisas. A gente vinha, tratava um acervo, tratava um fundo e depois quando a gente ia mapear todos os outros depósitos, a gente via que tinha mais documentação pertencente aquele fundo, em suportes diferentes. Então eu fui vendo que a área de documentação escrita só tem documentos manuscritos, o que eu acho um pouco errado porque também deveria ter textual, e agora a gente está trazendo toda a documentação textual, só que a gente está dando outro tratamento. Até os tipos de suporte, eles até podem estar separados, e eu acho realmente que devem estar separados, porque cada um tem que ter uma salvaguarda diferente, uma estratégia de tratamento também diferente, precisa de uma climatização diferente. Eu até acho correto, mas que seja um instrumento que consiga mapear todos esses itens documentais numa coisa só, então o que acontece, tinham vários instrumentos espalhados pelo arquivo de fundos iguais mas que não conversavam entre eles, então é o que a gente está fazendo agora. Não teve essa preocupação anterior, por que a gente também não tinha todos os depósitos mapeados, porque a gente recebeu muita documentação sem tratamento, pouca gente para tratar, para verificar realmente se o que estão mandando era isso, então, a gente lançou um guia de fundos. O guia de fundos é basicamente nosso grande projeto de arrumar nossa casa para depois começar a arrumar a casa dos outros. [...] mas para mim, realmente tudo é documento especial, é uma linha muito tênue se é especial ou não. [...] você trata em termos de descrição, melhor os documentos

textuais e acaba dando um sentido de preservação somente para os especiais, para os outros tipos de suporte mais frágeis. [...] essa outra documentação dita especial, acaba perdendo todo o histórico de entrada, aonde ela conversa com o outro tipo de documentação, perde-se tudo, realmente tudo. (E1)

O entrevistado E1 afirma que a divisão física dos documentos especiais ocasionou, na sua instituição, uma descontextualização entre os documentos. Além disso, o entrevistado aponta o caminho utilizado para tentar restabelecer o vínculo entre os documentos, já que os instrumentos de pesquisa não refletiam esta organicidade entre documentos de um mesmo fundo de arquivo.

A investigação empírica desta pesquisa, a partir das entrevistas semi-estruturadas, buscou complementar as informações analisadas a partir dos regimentos internos e organogramas das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, no que tange a estruturação interna dos setores de processamento técnico dos documentos, em especial a presença de um setor específico para os documentos especiais, destas instituições.

As entrevistas evidenciaram a preocupação destas instituições com a quebra do vínculo orgânico dos documentos especiais com os demais documentos de arquivo e as formas utilizadas no controle intelectual destes documentos, a partir da sua separação física para preservação.

As três instituições arquivísticas dividem sua estrutura de processamento técnico arquivístico em setor que trata os documentos textuais diferente do setor que trata os documentos especiais. Mesmo no caso do APERJ, que na sua estrutura oficial (vigente), há apenas uma Divisão de Processamento Técnico, vinculada ao Departamento de Gestão do Acervo, pela entrevista pode-se observar a existência de um Serviço de Documentos Especiais (SDE) responsável pelo processamento técnico dos documentos especiais.

O APERJ e AGCRJ utilizam o termo documento especial, enquanto o Arquivo Nacional utiliza o termo documento audiovisual, que conforme já demonstrado nesta pesquisa, é considerado, erroneamente, sinônimo do termo documento especial.

O risco da perda do vínculo orgânico entre os diversos documentos, em diferentes suportes, formatos e linguagens, que compõem os fundos de arquivos custodiados nestas instituições, é uma preocupação apontada por todos os

entrevistados.

Os três entrevistados concordam que a separação física destes documentos, sem um devido controle intelectual, acarreta na quebra da organicidade dos documentos que compõem um fundo de arquivo.

As três instituições já tiveram problemas com a perda da organicidade de diversos fundos e coleções. Nesse sentido, os entrevistados colocaram os instrumentos e as estratégias utilizadas, pelas instituições arquivísticas da cidade do Rio de Janeiro, para controlar o vínculo orgânico no momento da separação dos documentos especiais com os demais documentos.

Na análise das entrevistas foram respeitadas as colocações dos entrevistados, de modo que as respostas fossem devidamente contextualizadas com os temas das perguntas.

Este recurso metodológico mostrou-se bastante eficaz para o cumprimento dos objetivos desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou verticalizar acerca de uma categoria pouco explorada na literatura arquivística, os documentos especiais. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a produção e utilização de documentos de arquivo em linguagem audiovisual, visual e sonora cresce de forma vertiginosa. Este crescimento tende a impactar a prática das instituições arquivísticas ou serviços arquivísticos. Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa revelou a emergência do tema na teoria e prática arquivística.

O recorte temático proposto nesta dissertação não aprofunda uma série de inquietações e problematizações que surgiram durante o seu desenvolvimento, contudo esta dissertação não teve a pretensão de esgotar o tema.

O campo teórico desta dissertação procurou sustentar - a partir das categorias arquivo, documento de arquivo, informação arquivística, organicidade, arquivologia contemporânea e instituição arquivística - a análise do campo empírico da pesquisa. Além disso, o campo empírico corroborou juntamente com os marcos teóricos para a realização de todos os objetivos propostos por esta dissertação.

A categoria de documentos especiais ainda é presente na literatura arquivística (ainda que de forma pulverizada) e, principalmente, na estrutura e prática das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, conforme demonstrado na primeira parte do pressuposto inicial da pesquisa e confirmado por meio da análise dos dados da investigação empírica.

Fica evidenciado que a estrutura das instituições arquivísticas analisadas se dividem em setores que realizam o processamento técnico arquivístico dos documentos textuais ou escritos diferente dos documentos especiais. Se comparado com a estrutura das quatro instituições arquivísticas internacionais - National Archives of Australia, National Archives and Records Administration (Estados Unidos), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal) e Archives Nationales (França) - apresentadas como exemplo e ilustração de outras realidades, pressupõe-se que esta divisão estrutural é uma influência francesa, já que nenhuma das outras três instituições internacionais dividem-se de forma igual ou semelhante.

O pressuposto de uma influência francesa na estruturação das instituições

arquivísticas públicas brasileiras tende a ser um reflexo da arquivística brasileira ser inspirada na arquivística francesa. Este pressuposto já suscita uma nova pesquisa.

A estruturação interna das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro ratifica a importância que a categoria documentos especiais possui na realidade destas instituições, seja por conta de sua preservação ou processamento técnico.

A partir das entrevistas procurou-se confirmar a segunda parte do pressuposto inicial da pesquisa. A análise das entrevistas levantam divergências entre os entrevistados em relação a definição de documentos especiais, mas apontam a preocupação dos entrevistados com sua preservação.

A separação física dos documentos especiais dos demais documentos que compõem um fundo de arquivo, por conta da preservação, foi apontada pelos três entrevistados. Esta separação física reflete uma estrutura hierárquica destas instituições arquivísticas, o que acarreta uma preocupação com a perda da organicidade entre os diversos documentos que compõem um fundo de arquivo.

A preocupação com a separação lógica dos conjuntos documentais também foi apontada pelos entrevistados, que dispõem de instrumentos para a manutenção do inter-relacionamento dos documentos. Apesar disso, as três instituições revelaram que já houve perda da organicidade entre os documentos especiais e os demais documentos que compõem um fundo de arquivo. Esta perda lógica tende a ser reflexo de uma divisão física e/ou estrutural do conjunto documental sem um devido controle intelectual dos documentos.

Com isso, confirma-se o pressuposto inicial da pesquisa: as instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro ainda utilizam esta noção - documentos especiais - e como resultado, pode-se observar a divisão de sua estrutura interna de tratamento técnico e preservação. A partir da divisão da estrutura interna destas instituições arquivísticas públicas, percebe-se, como consequência, um risco de perda da relação orgânica entre os diversos documentos, em diferentes suportes, formatos e linguagens, que compõem os fundos de arquivos custodiados nestas instituições.

Esta pesquisa não defende uma não divisão física entre documentos especiais e documentos textuais por conta das formas de preservação que cada suporte ou formato exigem. O que é posto nesta dissertação é a preocupação com

uma divisão física sem um devido controle intelectual, acarretando em perda de contextualização entre os diversos documentos de um fundo de arquivo.

Percebe-se que a estrutura das instituições arquivísticas analisadas tende a acarretar perda de vínculo orgânico, pois trabalham com dois setores diferentes e em mesmo nível hierárquico para os documentos textuais e os documentos especiais. Ou seja, equipes diferentes realizando atividades de arranjo e descrição (arquivo permanente) de um mesmo fundo, estruturalmente separados. Este problema estrutural foi pontuado por apenas um entrevistado.

A partir dos resultados obtidos por meio da investigação empírica desta pesquisa e se sustentado no campo teórico apresentado, sugere-se uma não divisão hierárquica entre setores que tratam documentos especiais e documentos textuais. Caso esta divisão seja uma opção institucional, o fundo de arquivo deve ser tratado de forma conjunta e orgânica, separado fisicamente por questões de preservação, mas logicamente relacionados por questões orgânicas, de modo que os documentos reflitam a ordem original de acumulação do produtor, conforme suas funções e atividades. Dessa maneira, ao separar os documentos especiais dos demais documentos de um fundo de arquivo deve-se utilizar algum meio que consiga manter a organicidade dos documentos.

Como mencionado no decorrer desta dissertação, a preservação dos documentos especiais tende a ser o único ou o maior enfoque quando comparado com os documentos textuais. Se produzidos ou recebidos no decorrer de uma função/atividade e dotados de organicidade, os documentos especiais são considerados documentos de arquivo, devendo ser tratados arquivisticamente.

As especificidades no tratamento arquivístico dos documentos especiais - classificação, avaliação, arranjo, descrição entre outros - imprimem uma agenda de pesquisa importante para a teoria e prática arquivística, uma vez que esta pesquisa não pôde abordar todos estes temas.

Diferente da abordagem da maioria dos autores mencionados anteriormente, esta pesquisa trabalhou com uma noção de documentos especiais centrada na linguagem utilizada na comunicação de uma informação, seja visual, audiovisual ou sonora. A ideia do documento especial como um documento frágil, tendo como eixo central o seu suporte, não possui mais sentido na perspectiva de uma Arquivologia contemporânea.

O advento de novos suportes e formatos proporcionados pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação desafiam cada vez mais os arquivistas e profissionais de arquivo com relação ao tratamento e preservação das informações neles contidas, independente da linguagem utilizada (textual, audiovisual, visual, sonora, etc.).

O documento especial não deve estar à margem do tratamento arquivístico dado aos demais documentos de arquivo. Portanto, a ideia de documento "especial" como algo "fora do comum" ou "distinto" deve ser suprimida, devendo estes documentos fazer parte do seu conjunto orgânico, com os demais documentos que compõem um fundo de arquivo.

Na dimensão de uma abordagem informacional da área, cada vez mais induzida pelas novas formas de produção e armazenamento da informação arquivística, proporcionadas pelo crescente avanço das tecnologias da informação e comunicação, não há limites entre as diversas linguagens utilizadas na transmissão de uma mensagem. Onde a informação arquivística está registrada torna-se secundário, o foco é a preservação da informação independente do suporte e formato onde as informações estão registradas.

Esta pesquisa demonstrou o uso da categoria documento especial tanto na teoria arquivística quanto na prática das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, o que demonstra a importância desta noção para a Arquivologia.

Como já mencionado, não se pretendeu esgotar o tema, mas sim contribuir para o crescimento da Arquivologia e aguardar que outras pesquisas possam enriquecer este debate.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). Instrução normativa nº 105, de 10 de julho de 2012. Dispõe sobre o registro de título da obra audiovisual não publicitária, a emissão de certificado de registro de título e dá outras providências. 447ª Reunião da Diretoria Colegiada, de 10 de julho de 2012.

ARÉVALO JÓRDAN, Víctor Hugo. *Diccionario de términos archivísticos*. Córdoba: Ediciones del Sur, 2003. 240 p.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Regimento Interno*. Rio de Janeiro, 1979-1980.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991. 198 p.

BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo Tarso R. Dias Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Revista Acervo*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro. v.1, n.1, jan.-jun./1986. p. 51-59

BRASIL. Arquivo Nacional. *Relatório de gestão 1980-1984*. Rio de Janeiro, [198-]a

BRASIL. Arquivo Nacional. *Relatório de gestão 1985-1989*. Rio de Janeiro, [198-]b

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958. Aprova o regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Diário Oficial da União*. p. 24.809, 21 de novembro de 1958, seção 1.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n.º 600-B, de 15 de outubro de 1975. Aprovar o regimento interno do Arquivo Nacional. 1975.

BRASIL. Decreto n.º 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, 26 de setembro de 1978.

BRASIL. Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, n. 455, p. 3, 9 de janeiro de 1991, seção 1.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n.º 384, de 12 de julho de 1991. Aprovar o

anexo regimento interno do Arquivo Nacional - AN. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, p. 13.920, 15 de julho de 1991, seção 1.

BRASIL. Casa Civil. Portaria n.º 16, de 4 de julho de 2001. Dispões sobre o regimento interno do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, n. 129-E, p. 24, 5 de julho de 2001, seção 1.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Los nuevos documentos de archivo y la formación de archiveros. *Anuario Interamericano de Archivos*: Centro Interamericano de desarrollo de archivos. Córdoba, Argentina, 1990.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996. 142 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 2010. 128 p.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri, 1928. 535 p.

CHALHUB, Samira. *Funções da linguagem*. São Paulo: Ática, 2006.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil*. 2012. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/index.htm>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). *Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros*. 2014.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação arquivística*, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012, p. 123-148.

COOK, Terry. Moda absurda ou renascimento profissional: pós-modernismo e a prática de arquivo. *Informação arquivística*, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013, p. 158-187.

CÔRTEZ, Helena Sporleder. A sala de aula como espaço de vida: Educação e mídia. In *Leituras significações plurais - educação e mídia: o visível, o ilusório, a imagem*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2003.

COSTA, Célia Leite. *Memória e Administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese de Doutorado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Archivística: gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid: Alianza Editorial, 2012. 359 p.

CSEVE, Magdalena; HUNGRIA, Zolta Bodi. El archivero de soportes especiales una crisis de identidad. Montreal: XII Congresso Internacional de los Archivos, 1992. 7 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

DAMIAN CERVANTES, Gumaro. *Los documentos especiales en el contexto de la archivística*. México, 2008. 93 p.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196 p.

DONDI, A. Dondis. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 236 p.

DUCHEIN, Michel. Os Arquivos na Torre de Babel: Problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, jan-dez 2007. p.13-22

FERNANDES, Maria Celia. *Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da "arca grande e boa" na história carioca*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. 384p.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. In: *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 33-45, 1998.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 121 p.

GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. Los documentos em nuevos soportes. *Boletim do arquivo*. São Paulo, v.1, n.1, Dez./92. p. 19-38.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v.19, n.2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GUIMARÃES E SILVA, Júnia. *Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT/Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Que es un archivo?*. Asturias: Ediciones Trea, S.L., 2007. 136 p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que un diccionario*. Junta de Andalucía: Consejería de cultura, 2011. 221 p.

HERNÁNDES OLIVEIRA, Luís et al. La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: Mariz, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Orgs.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino em arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 34-65.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1.986 p.

INDOLFO, Ana Celeste. *O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IACS – IBICT, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

INDOLFO, Ana Celeste. *Dimensões político-arquivísticas na avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004 - 2012)*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 26-60, jul/dez. 2007.

JAPIASSÚ, H. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Livrarias Francisco Alves Editora: Rio de Janeiro, 1978.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Caderno de Textos. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999a.

JARDIM, José Maria. *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999b. 239 p.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-95). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: Eduff, 1999c.

JARDIM, José Maria. *Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)*. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1738.pdf>>. Acesso em:

14 de janeiro de 2012.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a. p. 135-154.

JARDIM, José Maria. Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Orgs.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino em arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012b. p. 397-415.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.5, n.5, p.1-13, out. 2004.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. London: Percy Lund, Humphries & CO LTD, 1937. 257 p.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 2005. 152p.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LANZA, Emanuela; GOLINELLI, Paolo. *Elementi essenziali di archivistica teorica e pratica*. Bologna: Pàtron Editore, 2006. 142p.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos 2004. 124 p.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In: *Historia e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

LODOLINI, Elio. *Storia dell'archivistica italiana: dal mondo antico alla metà del secolo XX*. Milano: FrancoAngeli, 2010. 351p.

LODOLINI, Elio. *Archivistica: principi e problemi*. Milano: FrancoAngeli, 2011. 496 p.

MARIZ, Anna Carla Almeida. *A informação na internet: arquivos públicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 168p.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. *La construcción teórica en*

archivística: el principio de procedencia. Madrid: Boletín Oficial del Estado y Universidad Carlos III de Madrid, 1996. 190 p.

MATTAR, Eliana (Org.) *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, 136 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 176.

MOLINA NORTES, Juana; LEYVA PALMA, Victoria. *Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa*. Guadalajara: ANABAD Castilla-La Mancha, 1996. 216 p.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Equipe de Liderança. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/organisation/leadership/collection-management.aspx>>. Acesso em: 09 de abril de 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). IBICT. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986. 162p.

PEARCE-MOSES, Richard. A Glossary of Archival and Records Terminology. Chicago: *The Society of American Archivists*, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 06 de maio de 2012

PORTUGAL. Despacho n. 9339, de 11 de julho de 2012. *Diário da República*, Lisboa, 2012. 2ª série, n. 133, p. 24380.

RENÉ-BAZIN, Paule. La creación y la reunión de nuevos documentos de archivo. *Anuario Interamericano de Archivos*: Centro Interamericano de desarrollo de archivos. Córdoba, Argentina, 1990.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 5.562, de 20 de outubro de 2009. Dispões sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução Casa Civil nº 339, de 20 de março de 2014. ALTERA E APROVA O REGIMENTO INTERNO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, 21 de março de 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 22.615, de 30 de janeiro de 2003. Regulamenta a Lei nº 3.404 de 06 de junho de 2002, que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados. *Diário Oficial [do Município do Rio de*

Janeiro], Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2003.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

SANTAELLA, L. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia*. São Paulo: Iluminuras e FAPESP, 2005

SAAVEDRA BENDITO, Pau. *Los documentos audiovisuales: qué son y cómo se tratan*. Asturias: Ediciones Trea. 2011. 177 p.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: FGV. 1974. 346p.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 2009. 254 p.

SILVA, Eliezer Pires. O Conceito de informação arquivística. In: XI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. *A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros / FAPERJ, 2008, 284 p.

SOUSA, Renato Tarciso. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

SZLEJCHER, Ana. Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 17-52.

TANODI, Aurelio. *Manual de Archivología Hispanoamericana: Teorías y Principios / Aurelio Tanodi y Branka Tanodi*. Córdoba: Brujas, 2009. 300p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUMARÃES, José Augusto Chaves. Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. In: XI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010.

UNESCO. *Recomendações sobre a Salvaguarda e a Conservação das Imagens em Movimento*. Paris: UNESCO, 1980.

VAGANOV, Fedor M. La conservación de los nuevos documentos de archivo. *Anuario Interamericano de Archivos*: Centro Interamericano de desarrollo de archivos. Córdoba, Argentina, 1990.

VÁZQUEZ MURILLO; Manuel. *Administración de documentos y archivos: planteos para el siglo XXI*. Buenos Aires: Alfagrama, 2008. 176 p.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS

THIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA

ORIENTADOR: PROF^a DR^a ANNA CARLA ALMEIDA MARIZ

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA A PESQUISA: OS DOCUMENTOS ESPECIAIS À LUZ DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1. Formação Acadêmica

Graduação:	Ano de conclusão:	Instituição:
Especialização:	Ano de conclusão:	Instituição:
Mestrado:	Ano de conclusão:	Instituição:
Doutorado:	Ano de conclusão:	Instituição:

2. Atuação Profissional

Instituição:	Cargo/função:	Tempo:
--------------	---------------	--------

3. O que você entende por documentos especiais?

4. O que a instituição entende por documentos especiais?

5. Nesta pesquisa, entende-se por documentos especiais: são aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por conta de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por conta de seu suporte, de

procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso. São documentos especiais os documentos audiovisuais, os documentos iconográficos e os documentos sonoros.

Descreva as atividades desenvolvidas, na instituição, no processamento técnico dos documentos especiais (audiovisuais, iconográficos e sonoros).

6. Como se configura a estrutura interna da instituição com relação aos setores de processamento e preservação dos acervos por ela custodiados?

7. Esta estruturação interna atende as atividades, de processamento técnico, desenvolvidas no âmbito dos documentos especiais?

8. Os documentos especiais são fisicamente separados dos outros tipos de documentos? Exemplo: Em um acervo com documentos textuais e documentos especiais, os mesmos ficam fisicamente separados por conta da preservação?

9. (Se a resposta da pergunta 8 for positiva)

Esta separação ocorre antes da entrada dos documentos na instituição ou por critério da própria instituição (posterior ao recebimento do acervo)?

10. (Se a resposta da pergunta 8 for positiva)

Qual o meio utilizado para manter o inter-relacionamento dos documentos especiais com os demais documentos que compõem o fundo de arquivo?

11. (Se a resposta da pergunta 10 for negativa, ou seja, não há nenhum meio utilizado para manter o inter-relacionamento dos documentos que foram fisicamente separados)

Você concorda que a separação física dos documentos especiais com os demais documentos que compõem o fundo de arquivo, sem um devido controle intelectual das relações orgânicas dos documentos, resulta na quebra do vínculo orgânico dos documentos? Justifique sua resposta.

12. Há fundos que tiveram a perda da organicidade entre os documentos especiais e os demais documentos que compõem o fundo de arquivo?

13. (Se a resposta da pergunta 12 for positiva)

A estrutura interna atual da instituição contribui para a perda do vínculo orgânico dos documentos especiais com os demais documentos que compõem o fundo de arquivo?

14. Os documentos especiais são arranjados e descritos por uma equipe técnica diferente da equipe técnica que arranja e descreve os documentos tradicionais (textuais)?

15. (Se a resposta da pergunta 14 for positiva)

Como são mantidos os vínculos orgânicos entre os documentos? Esta divisão física de equipes para a mesma atividade, em um mesmo fundo de arquivo, reflete uma separação lógica dos conjuntos documentais? Justifique sua resposta.